



Lyvia Spregacinere Squadrans

**O Estado de Vigilância de Exceção
dos Estados Unidos:
A espionagem aos aliados**

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais

Julho 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Lyvia Spregacinere Squadrans

O Estado de Vigilância de Exceção dos Estados Unidos: A espionagem aos aliados

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade
Estudos de Paz e Segurança, apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para Obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Doutora Maria Raquel Freire

Coimbra, 2017

Agradecimentos

Quando decidi que iria estudar em Coimbra, nunca imaginei o quanto essa experiência se tornaria importante na minha trajetória de vida, tanto profissional quando pessoal. Portugal me deu muito mais do que a oportunidade de realizar o sonho de fazer um mestrado fora do meu país de origem, o Brasil. Viver em Portugal me trouxe maturidade e uma família incrível a quem eu jamais esquecerei. A concretização deste sonho não seria possível sem a ajuda e o amor dos meus familiares brasileiros. Então, com sinceridade, agradeço:

Primeiramente, aos meus pais, Marco Squadrans e Silvana Squadrans, por tudo o que vocês fizeram por mim, desde o sustento familiar e apoio para que eu realizasse meus sonhos, até as palavras de carinho e conforto que nunca me faltaram.

À família tuga que conquistei neste ano morando na terrinha dos meus antepassados. À Lili e Guilherme, por me abrigarem por tantas noites e me darem carinho quando estava com saudade do Brasil. À Armanda, Guilhermino, Nininha, Vítor, Frederico e Alexandra, que me acolheram na família com muita alegria. À minha “mãe” de Coimbra, Lena, que se preocupava comigo como se eu fosse sua filha e sempre estava disposta a me ajudar. Ao meu primo Luis, que até o vidro do próprio carro quebrou para me ajudar e que, também, sempre estava por perto quando precisava. Aos meus primos doutores, Pedro e Carla, que em tantos almoços juntos me deram valiosos conselhos na carreira acadêmica e muito carinho. À Dadita, Jorge, Bemí, Rui e Joantina, que abriram as portas de suas casas e me levaram para conhecer um pouquinho dessa terra maravilhosa que é Portugal.

Aos meus amigos e colegas que me apoiaram nesta caminhada, dando conselhos e entendendo meus momentos de estudo e dedicação a este trabalho. Agradeço às meninas do BFC que, em cada drible, me ensinaram a aproveitar a vida da melhor maneira. À Tete, que me aturou por tanto tempo e, ajudou na impressão desta dissertação. À Julia, que sempre esteve por perto, mesmo à distância e ajudou com seu inglês irlandês.

À minha orientadora, Prof. Doutora Maria Raquel Freire, que à distância soube entender minhas dificuldades e me auxiliou nesta caminhada até aqui.

E por último, mas não menos importante, à Deus a oportunidade de estar na Terra aprendendo e tentando ser melhor, e por todos os sonhos que o Senhor já me ajudou a conquistar.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo mostrar o porquê dos Estados Unidos investigar e interceptar ligações, e-mails e mensagens, de seus próprios aliados, uma vez que eles não apresentariam ameaça direta à segurança do país, através de uma política de vigilância fortalecida no pós-11 de setembro e pós-criação do Ato Patriota, em que a Agência de Segurança Nacional (NSA) teve suas capacidades aumentadas e legitimadas pelo Congresso estadunidense. Para isso, o trabalho examina os conceitos de inimigo e medo, usando para tal, a abordagem da Escola de Copenhague e o seu conceito de securitização, que tem suas origens no construtivismo, e concorda que as ameaças são socialmente construídas através do chamado Ato de Fala, que consiste em discursos e documentos de líderes. Sendo assim, a linguagem é algo fundamental no processo de securitização, bem como a aceitação da audiência, em que os receptores dessa mensagem aceitam que medidas emergenciais sejam tomadas em casos de uma ameaça eminente. É nesse sentido que o trabalho estuda a construção do inimigo, o terrorismo, no pós-11 de setembro, realizada pelo governo dos EUA, que justifica suas ações excepcionais, que em muitos casos vão contra os direitos dos cidadãos, em detrimento da segurança. O Ato Patriota se configura como uma dessas medidas excepcionais, que levou, junto com outros dispositivos legais, à um aumento das capacidades de inteligência do governo estadunidense e, em consequência, a uma vigilância em massa, exposta em 2013 por Edward Snowden, ex-agente da NSA. O trabalho analisa minuciosamente tais documentos confidenciais da política de inteligência dos EUA no pós-11 de setembro, bem como a história da NSA, desde sua criação durante a Guerra Fria, apresentando as estruturas e leis associadas, para mostrar a evolução da agência e da importância dada à Comunidade de Inteligência estadunidense. Por fim, debate a ambiguidade da política de vigilância dos Estados Unidos, que espionam os próprios aliados, principalmente os europeus, que ajudam na inteligência contra o terrorismo e, através do conceito de securitização, nos leva a conclusão de que através do discurso da segurança os EUA tratam os aliados como se fossem ‘inimigos’, numa cultura do medo construída após os atentados terroristas.

Palavras-Chave: Securitização; Terrorismo; Estados Unidos; NSA; Vigilância em Massa; Estado de Exceção; Espionagem.

ABSTRACT

The present paper aims to present why the United States investigates and intercepts telephone calls, e-mails and messages from its own allies, since they do not present a direct threat to the security of the country, through a policy of surveillance strengthened in the post September 11 and post-creation of the Patriot Act, in which the National Security Agency (NSA) had its capabilities increased and legitimized by the US Congress. So, the paper examines the concepts of enemy and fear using the approach of the Copenhagen School and its concept of securitization, which has its origins in constructivism, and agrees that threats are socially constructed through the so-called Act of Speech, which consists of speeches and documents of leaders. Thus, language is fundamental to the securitization process, as well as the acceptance of the audience, in which the recipients of this message accept that emergency measures are taken in cases of eminent threat. In this sense, the paper studies the construction of the enemy, the terrorism, in the post-September 11, executed by the US government, which justifies its exceptional actions, which in many cases goes against the rule of law, to the detriment of security. The Patriot Act is one of these exceptional measures, which led, along with other legal provisions, to an increase in US government intelligence capabilities and, consequently, to mass surveillance, exposed in 2013 by Edward Snowden, Agent of the NSA. The paper thoroughly analyzes such confidential US intelligence policy documents post-9/11, as well as the history of the NSA since its inception during the Cold War, presenting the structures and associated laws, to show the evolution of the agency and the Importance to the American Intelligence Community. Finally, it discusses the ambiguity of US surveillance policy, which spies on their allies, specially the Europeans, who help in intelligence against terrorism and, through the concept of securitization, leads us to the conclusion that through the speech of Security the United States treat their allies as “enemies”, on a culture of scare built after the terrorist’s attacks.

Keywords: Securitization; Terrorism; United States; NSA; Mass Surveillance; Exception State; Espionage.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
METODOLOGIA	5
1. Escola de Copenhague	7
1.1 A origem dos Estudos de Segurança Internacional.....	7
1.2 O Construtivismo	9
1.2.1 A influência do Construtivismo nos Estudos de Segurança	11
1.3 A Escola de Copenhague.....	12
1.3.1 O processo de Securitização	13
1.3.2 A importância da linguagem.....	16
1.3.3 A aceitação da audiência	19
1.4 O Estado de Exceção.....	21
1.5 Sintetizando a Securitização	23
2. As relações de vigilância dos Estados Unidos.....	25
2.1 Comunidade de Inteligência	25
2.1.1. CIA.....	27
2.1.2 FBI.....	29
2.1.3 DHS.....	30
2.2 Uma breve história da NSA nos Estados Unidos	31
2.2.1. A Origem da NSA no período das Guerras Mundiais.....	32
2.2.2 NSA na Guerra Fria	34
2.2.3 Dispositivos Legais para vigilância na Guerra Fria	39
2.2.3.1 Foreign Intelligence Surveillance Act of 1978 (FISA)	40
2.2.3.2 Executive Order 12333.....	41
2.3 NSA no pós-11 de setembro	43
2.3.1 A NSA e o Ato Patriota.....	45
2.3.2 Pretextos legais para continuidade da vigilância	47
2.3.3 NSA no Governo Obama.....	50
2.4 Edward Snowden e os documentos confidenciais liberados	51
2.4.1 ECHELON.....	53
2.4.2 FAIRVIEW.....	54
2.4.3 PRISM.....	55
2.4.4 QUANTUM INSERT	55

2.4.5 XKEYSCORE	56
2.5 Espionagem dos EUA aos países aliados	57
2.5.1 Vigiar a Europa	58
2.5.2 Respostas dos EUA aos documentos liberados	61
3. Securitização da Vigilância dos Estados Unidos	63
3.1 Securitização do Terrorismo	64
3.1.1 A Doutrina Bush	69
3.1.2 Doutrina Obama	73
3.2 As políticas de Exceção dos Estados Unidos	76
3.2.1 A Vigilância no Estado de Exceção	77
3.2.1.1 O Estado de Vigilância de Exceção dos EUA	78
3.3 Vigiar os Aliados	83
3.3.1 Aceitação dos Aliados	84
3.4 Securitização do terrorismo e o Estado de Vigilância de Exceção dos EUA	87
Conclusão	89
Referências Bibliográficas	93

INTRODUÇÃO

Em junho de 2013, o mundo conheceria a existência de um personagem que desafiou a *National Security Agency* (NSA), agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Edward Snowden. O ex-funcionário da área de inteligência do governo estadunidense, foi responsável pelo vazamento de documentos que comprovam a espionagem do governo estadunidense a outros países ao redor do globo e a própria população, através de empresas como o Google, Apple e Facebook. Os dados divulgados por Snowden tomaram proporções inigualáveis. Entre as informações divulgadas, algumas chocaram a todos, como a lista de nomes a serem “secretamente” assassinados pelo governo norte-americano e as escutas telefônicas de diplomatas e autoridades de nações aliadas (G1, 2014).

Uma nova sensação de medo surgiu depois do 11 de setembro e esse sentimento é usado pelos governos para legitimar suas ações securitárias (Bauman *et al*, 2014: 141). Atualmente, é necessária uma força de inteligência para lidar com inimigo que não tem Estado, não tem exército formal, não tem pretensões de entrar em uma guerra convencional e quer atingir os próprios objetivos (Smith, 2007 *apud* Manwaring, 2011: 17). Novas armas surgem nesse sistema para preservar o poder e a força. A ameaça terrorista, por exemplo, pode viver em um único indivíduo, que se esconde atrás de um computador. Esse medo coletivo fez com que os Estados Unidos, assim como outros Estados, aumentassem suas capacidades de vigilância, através de programas como o PRISM, que coleta dados das empresas de internet, como Google, Yahoo, Facebook, AOL, Microsoft, Apple e etc (Harris, 2014: 10). O sistema de inteligência dos Estados Unidos é um dos mais complexos e estruturados do mundo e, em 2013 com o vazamento de documentos da NSA por Snowden, conheceu-se um pouco mais da política de vigilância estadunidense.

A NSA ganhou força em 2001, com a criação do Ato Patriota, aprovado pelo Congresso americano depois do ataque às Torres Gêmeas. A lei prevê, entre outras cláusulas, a criação de uma força eletrônica nacional e o aumento da vigilância de informações virtuais por parte do governo (Rees, 2006: 87). Atualmente, sabe-se que os programas da NSA incluem a coleta de dados via cabos de internet, a aquisição de informações via companhias privadas, interceptação de mensagens, conversas telefônicas, conversas via videoconferência, e sinais de áudio de smartphones, computadores e comunicação via

satélite (Bauman *et al*, 2014: 123). Esse sistema comumente usado para marketing e consumo, pode facilmente criar perfis de um indivíduo, resultado do rastreamento de informações do cartão de crédito, das informações retiradas dos sites de busca, das fotos postadas nas redes sociais e informações dos aplicativos de celulares.

Gilles Deleuze, no artigo “Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle”, traça alguns pontos que distinguem uma sociedade disciplinar de uma sociedade de controle. A primeira seria formada por enclausuramentos, como as escolas, hospitais, prisões, e até a própria família, em que as pessoas são vigiadas constantemente e o comportamento pessoal é colocado a prova todo o tempo. As pessoas têm que se comportar e se certificar que estão no padrão de comportamento correto para evitar serem presas. Já nas sociedades de controle, o espaço físico do enclausuramento passa a figurar na internet, onde as pessoas se transformam em logins e senhas. Slavoj Zizec (2003) também comenta essa sociedade criada pelas políticas pós-11 de setembro: “a ‘doutrina Bush’ se apoia na afirmação violenta da lógica paranoica do controle total sobre uma ameaça futura de ataques preventivos contra ela” (2003: 12). Lyon (2009: 3) ainda lembra que o processo de vigilância esconde uma relação intrínseca de poder.

É nesse contexto, de uma sociedade de controle, em que todos se vigiam o tempo todo, que os estadunidenses regulamentam o próprio esquema de rastreamento. E constroem a própria sociedade de controle, em que observam os atos de todo o mundo e são observados e hackeados a todo o tempo.

Entretanto, o debate que envolve a questão da vigilância não pode se restringir a questão da privacidade. O assunto vai além e permite que outros pontos sejam discutidos, por exemplo, os objetivos do governo estadunidense em espionar aliados. Aliados estes que exercem parceria também na área de vigilância com os EUA, como é o caso do Reino Unido, através da GCHQ (*Government Code Headquarters*), e da Alemanha, com BND (*Bundesnachrichtendienst*), escritório de inteligência alemão. Nesse sentido, o trabalho se propõe a responder a seguinte pergunta de partida: Por que os Estados Unidos vigiaram os próprios aliados, uma vez que estes não seriam identificados como ameaças eminentes? Parte-se do argumento em que se os EUA usaram a luta contra o terrorismo como justificativa para o aumento da vigilância, após os atentados do 11 de setembro, então o discurso do bem versus o mal serviu de apoio para justificar a espionagem aos aliados, usada não somente com objetivos antiterroristas, mas também como forma de controle perante ao mundo. Sendo assim, pretende-se estudar, a partir da Escola de Copenhague, a construção

dos conceitos de inimigo e medo nos Estados Unidos, pós-11 de setembro, para justificar a ação de vigilância do país aos próprios aliados.

Há uma lacuna na literatura referente às práticas de interceptação e investigação dos estadunidenses aos próprios parceiros. E é por isso que a discussão que este trabalho pretende se torna tão importante. Além disso, o tema é relevante pois os EUA configuram-se como a potência hegemônica do século XXI e analisar a política externa estadunidense é importante para qualquer internacionalista. Mais do que isso, analisar os pontos da política de vigilância do país é importante para compreender os objetivos da política externa dos Estados Unidos em relação ao que eles configuram como ameaça.

O trabalho será um estudo sobre a política externa dos Estados Unidos em relação às políticas de vigilância, amplificadas pelo surgimento e fortalecimento da NSA, principalmente pós-11 de Setembro e pós criação do Ato Patriota. A finalidade é analisar o objetivo dos estadunidenses em investigar e interceptar ligações, e-mails e mensagens, de seus próprios aliados, uma vez que eles não apresentariam ameaça direta à segurança do país. Além disso, o trabalho também pretende examinar os conceitos de inimigo e medo, usando para tal a abordagem da Escola de Copenhagen e analisar o desenvolvimento do sistema de vigilância dos Estados Unidos, apresentando as estruturas e leis associadas, antes e depois do 11 de setembro.

O aumento do investimento em vigilância dos Estados Unidos, com propósito de garantir a própria segurança contra ameaças terroristas, poderia ser encarado como um investimento em defesa. Entretanto, passa a ser ofensivo uma vez que existe a interceptação de documentos, e-mails e até mensagens de celular em território não-estadunidense e de figuras públicas, como o caso das interceptações de conversas telefônicas da então presidente do Brasil, Dilma Rousseff e da chanceler alemã Angela Merkel (G1, 2013). Para Bauman *et al* (2014: 124), a prática da vigilância em massa, ao mesmo tempo que une os Estados porque podem trocar informações dos serviços de inteligência contra um inimigo em comum, os afasta porque usam as mesmas tecnologias para espionar aliados, o que gera uma instabilidade no entendimento de certas alianças e no comportamento dos Estados.

A análise feita através das questões securitárias intrínsecas à política externa dos Estados Unidos, pretende debater as questões da espionagem americana aos aliados, principalmente os casos europeus, que ajudam na inteligência contra o terrorismo e, ao mesmo tempo, são espionados. Essa ambiguidade da política de vigilância dos EUA, nos faz

pensar em como o país usa o discurso da segurança para transformar aliados em inimigos, numa sociedade cercada pelo medo. Por isso, o uso da Escola de Copenhague ajuda a elucidar a dualidade da política estadunidense. Para os teóricos de Copenhague, as ameaças à segurança são socialmente construídas e a securitização é uma prática intersubjetiva (Buzan *et al*, 1998: 30). Nesse sentido, e de forma preliminar, observa-se uma construção do discurso de medo e inimigo no pós-11 de setembro, a partir da teoria assinalada, que ajudou os EUA a justificar a ação de vigilância estadunidense a outros países, inclusive aos aliados. Por essa lógica, os estadunidenses estariam se adiantando em vigiar tudo e a todos, para garantirem a própria segurança. Existiria aqui o caráter da excepcionalidade do conceito de securitização, apresentado pela Escola de Copenhague, em que medidas emergenciais seriam usadas para garantir a segurança contra uma determinada ameaça. Sem tais medidas extraordinárias, segundo Buzan *et al* (1998), seria tarde para agir e garantir a segurança, o que explica a aceitação de “violações” ao estado de direito por parte da população e dos aliados. Além disso, existe a questão do Estado de Exceção, de Giorgio Agamben, que explica que quando essas violações existem por conta de medidas emergenciais e temporárias, cria-se um Estado de sítio, mas que tais componentes legais, quando perdem o caráter temporário e se incorporam à cultura de uma sociedade, existe o Estado de Exceção permanente, que é o que ocorre com os EUA no pós-11 de setembro, quando medidas excepcionais são adotadas para garantir a segurança, mas são perpetuadas e perdem o caráter provisório.

O trabalho tem três capítulos. No primeiro capítulo, denominado “Escola de Copenhague”, a teoria da securitização será esmiuçada, apresentando desde as origens dos Estudos de Segurança, passando pela influência do Construtivismo às ideias sobre segurança, até a concepção das ideias da Escola de Copenhague e sua evolução no tempo, até os dias atuais. Além disso, será explicado o conceito de Estado de Exceção de Agamben, que, como explicamos, ajudará a entender o Estado de Vigilância de Exceção dos Estados Unidos.

O segundo capítulo, denominado “As relações de vigilância dos Estados Unidos”, aborda a história da inteligência dos EUA, focando, principalmente, no surgimento da NSA e dos escândalos e mecanismos jurídicos de vigilância criados desde a Guerra Fria até o período pós-11 de setembro. A vigilância compreendida em Lyon (2009) como a coleta e processamento de dados pessoais para a manutenção do controle e das relações de poder passou a figurar, sobretudo a partir dos anos 1970, quando o presidente Nixon (1969-1974)

foi associado ao escândalo das escutas eletrônicas no Comitê Nacional do Partido Democrata, em Watergate. O incidente, que culminou na renúncia do republicano fez com que o Congresso estadunidense se empenhasse em estabelecer limites à apropriação presidencial dos instrumentos de inteligência. A mais notável dessas ferramentas foi o *Foreign Intelligence Surveillance Act (FISA)*, vigente até hoje e responsável por possibilitar ao legislativo maior supervisão das atividades executivas no campo da inteligência. O capítulo também aborda o aumento da espionagem dos EUA a partir do 11 de setembro. A deflagração da Guerra Global ao Terror trouxe alterações de ordem prática, considerando as especificidades contextuais e tecnológicas do período, e a dicotomia “liberdade-controle” e das brechas legais que a alimentam ficaram em evidência. O primeiro e talvez um dos mais importantes movimentos de alteração foi a passagem no Legislativo, em 11 de outubro de 2001, da emenda constitucional do Ato Patriota. Além disso, também relevante foi o escândalo de 2013, envolvendo Snowden e os segredos descobertos sobre a vigilância dos Estados Unidos à própria população e aos aliados, principalmente nos casos europeus.

O terceiro capítulo, denominado “Securitização da vigilância dos Estados Unidos”, traz a discussão que une a teoria de securitização e o histórico da política de vigilância dos Estados Unidos, principalmente após o 11 de setembro de 2001. O objetivo é mostrar as intenções do discurso de medo e inimigo para beneficiar a construção de um sistema de espionagem global, o que ajudou a justificar a investigação estadunidense aos aliados. Apesar do discurso da NSA de coletar informações de suspeitos de terrorismo, fica claro que a vigilância também tem objetivos políticos e diplomáticos (Greenwald, 2014). Essa discussão sobre como os países aliados são encarados como inimigos em nome da segurança dos EUA, está contemplada no capítulo, bem como na conclusão do trabalho.

METODOLOGIA

Dentro da Escola de Copenhague, o processo de securitização utiliza o conceito de Ato de Fala, que consiste na análise do processo comunicativo, pelo qual um ator pode invocar a questão da segurança. Para o convencimento do caráter de emergência, o ator precisa de poder e capacidade junto aos demais atores do Sistema Internacional (Buzan *et al*, 1998). Por essa ótica, o trabalho faz uma análise dos discursos estadunidenses, no pós-11 de setembro para enxergar a construção de inimigo utilizada pelos EUA para justificar a investigação de seus próprios aliados.

Faz-se necessário, também, uma pesquisa documental para descobrir a origem do sistema de vigilância estadunidense, bem como o fortalecimento de agências de espionagem, como é o caso da NSA, no pós-11 de setembro. Para isso, os dados do governo dos Estados Unidos, como por exemplo os relatórios *National Security Strategy* (NSS) que condensam interesses e estratégias do país em relação a segurança e das agências de investigação, como FBI (*Federal Bureau of Investigation*), NSA e CIA (*Central Intelligence Agency*), são imprescindíveis. Mais do que isso, é importante analisar os dados divulgados por Edward Snowden, que permitiram ao mundo descobrir informações confidenciais sobre o sistema de vigilância estadunidense, bem como documentos divulgados pelos chamados Wikileaks¹, que auxiliam a encontrar dados secretos do governo estadunidense.

A pesquisa bibliográfica através de livros e artigos científicos também é indispensável para sabermos o que os principais autores da Escola de Copenhague já escreveram sobre a securitização e a construção dos conceitos de ameaça, inimigo e medo.

¹ O Wikileaks é uma organização transacional sem fins lucrativos que publica no site documentos, fotos e informações confidenciais de governos ou empresas. Apesar de uma fonte não convencional, faz-se necessária a utilização para mostrar a relação ambígua dos Estados Unidos com os seus aliados no que diz respeito à vigilância.

Capítulo 1. Escola de Copenhague

Com o surgimento do *Centre for Peace and Conflict Research*², em 1985, que ficou conhecido como Escola de Copenhague, houve o alargamento dos Estudos de Segurança Internacional. Entre as contribuições da nova Escola, está o alargamento do conceito de segurança e a teoria da securitização. Com isso, a Escola passou a oferecer uma análise diferenciada sobre segurança, indo além do que antes existia e que restringia os estudos a questões estatais e militares. Além disso, se propôs a explicar como qualquer tema pode ser transformado em uma questão de segurança, através de um processo social e discursivo.

Neste capítulo pretende-se mostrar a origem dos Estudos de Segurança Internacional, passando brevemente pelas contribuições da teoria construtivista, até chegar na concepção da Escola de Copenhague e a sua contribuição para a ampliação do conceito de segurança. Além disso, traz a explicação da teoria de securitização, inaugurada pela Escola, bem como a importância do ato de fala e da aceitação da audiência nestes processos.

1.1 A origem dos Estudos de Segurança Internacional

Os Estudos de Segurança Internacional (ESI) nasceram no centro da teoria realista das Relações Internacionais (RI) no final da Segunda Guerra Mundial. Até os anos 1980, as análises sobre segurança eram restritas às questões militares. Observa-se isso na concepção do Dilema de Segurança, de John Herz, conceito existente em qualquer sistema anárquico. Para Herz (1950: 157), os grupos desse sistema vivem preocupados com a própria segurança, angustiados em serem atacados ou dominados por outros grupos. Buscando segurança, eles adquirem mais e mais poder para escapar do impacto do poder dos outros. Isso deixa os outros mais inseguros e faz com que se preparem para o pior. Um círculo vicioso de adquirir segurança e poder se estabelece e por isso é chamado de dilema de segurança, uma vez que nenhum dos dois se sente seguro num mundo de eterna competição. As armas que um Estado usa para a própria proteção, seriam a essência do Dilema de Segurança, porque elas ameaçam os outros e em sua essência são símbolos ambíguos (Booth e Wheeler, 2008: 2).

² Atualmente conhecido como *Conflict and Peace Research Institute (COPRI)*.

Segundo Buzan e Hansen (2009: 23), com o início da Guerra Fria os Estudos de Segurança focaram-se na figura do Estado e como as ameaças à soberania deveriam ser combatidas, num mundo em que as armas nucleares reinavam para aumentar a sensação de medo. Nesse momento, os teóricos realistas aproveitaram o cenário internacional e se firmaram como a principal teoria das RI, argumentando que, por vivermos em uma sociedade anárquica, os Estados devem buscar a própria sobrevivência e, portanto, promover a segurança nacional. O debate realista, de teóricos como Hans Morgenthau, Kenneth Waltz, Thomas Schelling, John Mearsheimer e outros, acredita que o poder traz segurança, e que o Estado é o ator principal e o uso da força uma preocupação central contra ameaças, que seriam essencialmente externas. O Dilema de Segurança foi muito debatido e trabalhado pelos realistas durante a Guerra Fria, porém, ele restringia algumas percepções de segurança e não era capaz de explicar outras, como a constante busca por cooperação entre os Estados.

Com o declínio da economia dos Estados Unidos, na década de 1970, as crises do petróleo e a importância dada às relações transacionais e a interdependência econômica, os teóricos neoliberais passaram a se preocupar com os conceitos de segurança. O debate liberal, incitado principalmente por Robert Keohane, Stephen Krasner e Joseph Nye, acredita que a segurança não deve ter papel principal nas discussões sobre a agenda internacional e sim a cooperação entre Estados, uma vez que o uso da força não seria necessário quando há colaboração interestatal. O Dilema de Segurança também seria revisito pelos liberais com a análise de Robert Jervis. Para ele, (1978: 169), o dilema se apresenta quando os meios que um Estado usa para garantir sua segurança, acabam por gerar insegurança em outro. Existiriam maneiras de garantir a própria segurança sem deixar os outros inseguros, porém, o problema estaria na dificuldade em diferenciar um armamento em defensivo e ofensivo, o que dependeria da interpretação subjetiva de cada Estado (Jervis, 1978: 201).

As duas análises, entretanto, não contemplavam todas as questões securitárias que o período implicava porque, segundo Buzan (1983:3) o conceito de segurança era pouco desenvolvido pelos teóricos e seria “raramente abordado em termos diferentes do que o de interesses políticos de atores e grupos específicos e a discussão possuía uma forte ênfase no caráter militar³”. Assim, inaugurava-se, nos anos 1980, uma nova maneira de enxergar o mundo das RI, que questionava as teorias tradicionalistas e culminou com o surgimento de outras linhas de pensamento, como o construtivismo, a teoria crítica, a Escola Inglesa, a

³ Tradução livre da autora: “The concept of security is seldom addressed in terms other than the policy interests of particular actors or groups, and the discussion has a heavy military emphasis” (Buzan, 1983: 3).

Escola de Copenhague, entre outras. Williams (2003: 17) concorda que o debate tradicional sobre os Estudos em Segurança Internacional (*International Security Studies*) era um “produto de um legado histórico, cultural e profundamente político⁴”.

A partir de então, os estudos sobre segurança foram divididos em duas linhas de pesquisa: (1) os *estudos estratégicos*, concentrados nos Estados Unidos e na teoria realista e (2) os *estudos para paz*, centralizados na Europa (Duque, 2009: 462). Era preciso pensar o mundo de forma diferente, por isso, essa nova onda de pensadores, no quadro do pós-positivismo, surgiu para dinamizar o debate da segurança, trazendo à luz conceitos antes analisados apenas pelas teorias tradicionais das RI e sublinhando a relevância de outras dimensões nos estudos de segurança que não apenas as tradicionais.

1.2 O Construtivismo

O pensamento pós-positivista acredita na construção da realidade, a partir de um determinado contexto histórico e social, em que os agentes sociais exercem um papel fundamental. É com essa crença que nasce a teoria construtivista, que buscava rever as perspectivas estabelecidas no campo das RI, e se interessava em explicar “(...) como os objetos e práticas da vida social são ‘construídos’, e especialmente aqueles que a sociedade e os pesquisadores tomam como certos ou naturais⁵” (Fearon e Wendt, 2002: 57).

O construtivismo pode ser encarado como uma teoria das relações internacionais que veio para se contrapor às ideias neorrealistas e neoliberais que predominaram na década de 1970. A busca de um novo olhar sobre as questões estatais e internacionais fizeram com que muitos autores, como Nicholas Onuf, Alexander Wendt, Richard Ashley e Emanuel Adler, começassem a dissertar sobre a importância das ideias e das interações sociais na tomada de decisões e na constituição do que chamamos de realidade (Pecequilo, 2016: 208).

Os construtivistas buscam mostrar o que as coisas são e como elas chegaram a ser o que são, através da construção de um pensamento, identidade e cultura. Sendo assim, acreditam que as estruturas e agentes podem ser construídos e serem alterados ao longo do

⁴ Tradução livre da autora: “They are the product of an historical, cultural and deeply political legacy” (Williams, 2007: 17).

⁵ Tradução livre da autora: “how the objects and practices of social life are ‘constructed’, and especially those that societies or researchers take for granted as given or natural” (Fearon e Wendt, 2002: 57).

tempo, porque as relações entre Estados, governos, pessoas e etc, também são mutáveis. Assim, acreditam que a realidade seria socialmente construída.

Segundo Onuf (2002 *apud* Pecequillo, 2016: 209), o construtivismo está sistematizado em três pressupostos:

- (i) A sociedade é o que ela faz dela própria, ou seja, é um processo “no qual os agentes e seus mundos se constituem uns aos outros”;
- (ii) O discurso e seus derivados (regras, políticas) são o meio da construção social, o que quer dizer que a linguagem é o meio pelo qual se dá a constituição da realidade;
- (iii) “(...) as regras transformam materiais disponíveis em recursos, o que gera oportunidades assimétricas para o controle e distribuição assimétrica de bens”.

Tomando por base o segundo pressuposto, percebe-se que as ideias assumem um papel importante na construção da realidade. Nesse sentido, Adler completa o pensamento de Onuf:

O construtivismo considera que o conhecimento e as ideias intersubjetivas têm efeitos constitutivos na realidade social e sua evolução (...) o construtivismo trata de tudo (...) a comunicação social é o outro valor agregado importante (...) a comunicação social e a racionalidade prática dependem da linguagem, que é o veículo para a difusão e institucionalização das ideias (Adler, 2002 *apud* Pecequillo, 2016: 209).

Wendt (1992), autor de “*Anarchy is What States make of it*”, completa que as pessoas e Estados vão agir com base no sentido que os outros têm para eles. Ele explica que a falta de uma autoridade acima dos Estados não faz com que eles vivam em um mundo de “guerra de todos contra todos”, como Hobbes previa quando explicou a natureza humana, em que os interesses dos Estados eram determinados em termos de sobrevivência. Para Wendt (1992: 407), a estrutura social é resultado da interação entre os estados ao longo dos anos e a anarquia é o que os Estados fazem dela. Ou seja, age-se de maneira diferente com os inimigos do que o fazem com os amigos, porque os inimigos trazem ameaça e os amigos não. Nesse sentido, o surgimento de uma ameaça acontece por motivos sociais e intersubjetivos, por exemplo, o poderio militar estadunidense é considerado uma ameaça aos mexicanos, mas não aos canadenses, o que nos faz perceber que as ameaças não são percebidas da mesma forma por diferentes atores. Sendo assim, os interesses dos Estados se dão através de uma construção social, em que são formadas as identidades estatais, e não só por condições sistêmicas ou psicológicas.

1.2.1 A influência do Construtivismo nos Estudos de Segurança

O construtivismo dos anos 1980 e 90 redefiniu alguns conceitos securitários estabelecidos pelas escolas tradicionalistas, entre eles, a questão da centralidade do Estado. Indo na contramão dos teóricos realistas e liberais, a temática da segurança era tão importante a ser discutida quanto outros pontos, como Estado, autoridade, legitimidade, política e soberania (Buzan e Hansen, 2009: 9). A obra de Barry Buzan, de 1983, *People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations*, seria o pontapé inicial para a criação de uma nova forma de pensar os Estudos de Segurança Internacional. Os novos pensadores beberam em outras fontes, como Richard Ullman e Jessica Tuchman Mathews. Ullman argumentava que era preciso redefinir as questões de segurança nacional, sendo a visão militar limitante e falsa. E Mathews ampliava as questões de segurança, incluindo problemas ambientais e demográficos (Mathews, 1989: 162-167). Para Waever (1995) os dois apenas contribuíram para ampliar o debate sobre segurança pegando emprestado o conceito tradicional e o expandindo.

Com o final da Guerra Fria, sem um embate militar entre as duas potências, houve a falência das ideias tradicionalistas das RI, que não conseguiam mais explicar as novas ameaças do Século XX, e o surgimento de novos debates que alargaram o conceito de segurança, em que o construtivismo teve papel fundamental.

De acordo com Buzan e Hansen (2009: 10-13), os Estudos de Segurança Internacional podem ser explicados através de quatro perguntas problemas. A primeira está relacionada a considerar ou não o Estado como ator principal do conceito de segurança, ou seja, o que precisa ser segurado? Os autores explicam que a nação, o Estado, os indivíduos, os grupos étnicos, o meio-ambiente ou o planeta em si, tem que ser considerados quando pensamos no conceito de segurança. A segunda questão vem para examinar se devemos ou não incluir as ameaças nacionais ou internacionais na discussão, ou seja, se devemos nos prender a questão territorial quando falamos de uma ameaça, que muitas vezes pode ser a um grupo de atores, ao invés de apenas ao Estado. A terceira vem para questionar se devemos limitar o debate da segurança a questões militares e ao uso da força, sendo que ameaças podem vir de outros pontos, como o econômico, estabilidade governamental, fontes de energia, ciência e tecnologia, alimentação e recursos naturais. A quarta envolve a questão se a segurança está intrinsecamente ligada aos conceitos de ameaça, perigo e urgência, ou

melhor, se as ameaças devem ser consideradas sempre as mesmas e se os objetos a serem segurados também se mantêm os mesmos.

Nesse sentido, é possível enxergar a importância que o construtivismo teve para alargar o conceito de segurança, que passou a incluir na explicação das causas dos problemas securitários a importância das ideias, normas, valores e cultura, que antes eram deixadas de fora. Além disso, contribuíram para alargar o conceito de ameaça, que pode não vir de um Estado inimigo, mas da economia, meio-ambiente, atores transnacionais e etc., e também mostrar que os inimigos de um Estado são socialmente construídos, por exemplo, quando um Estado vizinho é amigo e o do lado é inimigo, o que mostra que é independente da estrutura do sistema.

De acordo com Buzan (1997: 5), os Estudos de Segurança Internacional podem ser divididos em três vertentes:

- (a) A tradicionalista, que, como vimos, foca nas questões militares e no uso da força, é Estado-cêntrica e objetiva;
- (b) A crítica, que considera que as ameaças são socialmente construídas, sendo impossível determiná-las sem que seja feita uma análise do contexto social. Os críticos não objetivam a formulação de uma teoria e de um conceito de segurança, mas sim mostrar que existe a construção social do conceito e como os indivíduos podem se emancipar dessas relações de poder socialmente construídas;
- (c) A abrangente, onde se encontra a Escola de Copenhague, que acredita que o conceito de segurança pode ser alargado, considerando que as ameaças não são provenientes apenas de questões militares e que representa uma oposição as duas outras vertentes.

1.3 A Escola de Copenhague

Após o fim da Guerra Fria, a expansão da perspectiva de segurança para além das questões militares fez com que a Escola de Copenhague ganhasse força e reconhecimento. Eles conseguiram fazer uma síntese das vertentes tradicionalista e crítica do conceito de segurança internacional, o que a fez contribuir para uma nova agenda de pesquisa na área,

além de dar importância às perspectivas europeias ao tema da segurança, antes dominado, principalmente, por teóricos estadunidenses (Duque, 2009: 475).

Os teóricos de Copenhague acreditam numa análise das questões securitárias que englobam cinco setores: militar, político, econômico, societal e ambiental. Sendo assim, eles alargaram os conceitos, sem deixar de contemplar os antigos. Para eles, a segurança é um fenômeno intersubjetivo, ou seja, a ameaça se encontra nos olhos de quem vê, uma vez que qualquer coisa poderia ser enxergada como tal (Guzzini, 2015: 22). Para exemplificar, uma arma só significa uma ameaça quando um ator a enxerga como tal, se este não o fizer, não existiria a sensação de insegurança. Neste sentido, os teóricos de Copenhague acreditam que as ameaças são construídas e envolvem questões políticas e culturais, sendo os discursos algo de extrema importância para ajudar na construção de uma ameaça à segurança.

O indivíduo, o Estado e o Sistema Internacional são fundamentais para Copenhague. A segurança individual seria o ponto de partida para a análise, porém, o enfoque central continua sendo a segurança coletiva, centrada na figura do Estado, ator importante no cenário internacional. Nesse sentido, a dicotomia entre segurança individual e nacional existe, sendo que a segurança individual recebe um caráter secundário, uma vez que o coletivo se sobressai.

Copenhague trouxe contribuições importantes para os Estudos de Segurança Internacional, entre elas o conceito de securitização, o alargamento do conceito de segurança, por meio de uma análise multisetorial e a teoria dos complexos regionais (Huysmans, 1998: 480). Em relação aos níveis de análise, o grupo enfoca no sistema internacional, nos subsistemas internacionais (como exemplo, a União Europeia), nas unidades, nas subunidades (como os grupos de interesse) e nos indivíduos. Além disso, trouxeram à luz a valorização da linguagem para auxiliar na compreensão dos processos de “securitização”. As palavras e os discursos, então, têm papel fundamental na análise dos teóricos da Escola. Nas próximas seções vamos analisar o conceito de securitização, bem como a importância do discurso, chamado de ato de fala, e a aceitação da securitização pela audiência.

1.3.1 O processo de Securitização

A teoria de securitização é uma das contribuições da Escola de Copenhague e foi desenvolvida por Ole Wæver, nos anos 1980 e em 1998 recebeu a colaboração de Barry

Buzan e Jaap Wilde, no livro *Security: A New Framework for Analysis*. Os trabalhos de Buzan e Waever inauguraram os estudos de Copenhague e trouxeram ao mundo uma nova perspectiva para pensar a questão da segurança. Para Huysmans (1998: 482), o alargamento das questões de segurança proposto pela Escola de Copenhague foi o mais profundo e sistemático realizado até então. E isso só foi possível por causa da obra coletiva dos autores.

(...) por exemplo, neste grupo, a abordagem mais ou menos neorrealista de Buzan encontra com a perspectiva social construtivista de Waever, que foi primeiramente formada pelo pós-estruturalismo e pelo realismo clássico. Como resultado, os conceitos introduzidos pelos autores se desenvolveram dinamicamente⁶ (Huysmans, 1998: 483).

Sendo assim, é inquestionável a importância da análise da Escola de Copenhague para os Estudos de Segurança e o conceito de securitização contribuiu para isso. Mas, o que viria a ser o processo de securitizar?

Segurança é um “conceito hifenizado”, como Buzan e Hansen (2009: 10) sugerem, ou seja, sempre está ligado a um objeto, a algo que deve ser segurado de algo ameaçador. Seguindo as tradições construtivistas, Copenhague acredita que as ameaças são socialmente construídas. Nesse sentido, a questão da segurança é subjetiva, como Waever (2011: 473) ressalta: “securitização significa uma maneira particular de lidar com um assunto, processando uma ameaça através do formato de segurança⁷”. Ou seja, a análise da segurança depende em enxergar algo como ameaça. Como já foi dito anteriormente, uma arma só significa uma ameaça nos olhos de quem vê. Por exemplo, em uma operação de paz, as armas usadas não seriam consideradas ameaças à sobrevivência daquele Estado ou mesmo da população, já numa guerra entre Estados ou civil, as armas podem ser ameaçadoras. O entendimento de ameaça como algo subjetivo fica claro no trecho abaixo:

Mesmo que alguém queira ter uma análise mais objetivista, não é claro como seria realizada exceto nos casos em que a ameaça é inequívoca e imediata (um exemplo seria tanques hostis atravessando uma fronteira; mesmo assim, ‘hostil’ é um atributo não do veículo, mas da relação socialmente construída. Um tanque estrangeiro pode fazer parte de uma força de manutenção da paz)⁸ (Buzan *et al*, 1998: 30).

⁶ Tradução livre da autora: “for example, in this group Buzan’s more or less neorealist oriented approach encounters Waever’s social constructivist perspective, which is primarily informed by poststructuralism and classical realism. As a result, the concepts introduced by the authors have evolved dynamically” (Huysmans, 1998: 483).

⁷ Tradução livre da autora: “Securitization ultimately means a particular way of handling a particular issue, processing a threat through the security format” (Waever, 2011: 473).

⁸ Tradução livre da autora: “Even if one wanted to take a more objectivist approach, it is unclear how this could be done except in cases in which the threat is unambiguous and immediate (an example would be hostile tanks crossing the border; even here ‘hostile’ is an attribute not of the vehicle but of socially constituted relationship. A foreign tank could be a part of a peacekeeping force)” (Buzan *et al*, 1998: 30).

Sabe-se que o processo de securitização passa por três níveis: o objeto referente, o agente securitizador e a aceitação pela audiência. Para começar, devemos nos perguntar quais qualidades um objeto deve ter para ser considerado importante para a segurança internacional, sendo segurança aqui encarada como sobrevivência. Ameaças podem surgir de diferentes fontes, não só militares, mas tem que respeitar um critério para serem securitizadas. Elas têm que ser consideradas ofensivas a sobrevivência do objeto por um ator securitizante. Em outras palavras, um agente securitizador, um líder (que pode ser político, social ou intelectual) começa a falar sobre uma ameaça a um objeto referente e, quando o assunto atinge um público (Estado e população em geral) há a aceitação de que aquilo consiste em uma ameaça real, levando a uma tomada de decisões emergenciais e excepcionais para atacá-la, o que faz parte do processo de securitização (Buzan, 1997: 13-14).

Tipicamente, o agente vai sobrepor tais regras, porque ao retratar uma ameaça o agente securitizador geralmente diz que alguém não pode ser tratado de maneira normal. Nos casos extremos – Guerra – nós não temos que discutir com outras partes; nós tentamos eliminá-las. Essa violação auto baseada das regras é o ato de segurança, e o medo que a outra parte não nos deixará sobreviver como um sujeito é a motivação fundacional para o ato⁹ (Buzan *et al*, 1998: 26).

Para simplificar, o objeto referente vai passar pelo processo de securitização através de um agente, que por meio de seus discursos e relatórios sugere uma ameaça à segurança do objeto e atinge a audiência de um público que, ao aceitar que medidas emergenciais sejam tomadas pelo agente, legitima tais ações e o processo de securitização em si. O objeto referente pode ser de qualquer área. De acordo com Buzan (1997: 10) a segurança não deveria ser restrita ao Estado, mas também outros atores são importantes para analisar o conceito, como os indivíduos, nações, alianças. O que pode ser dito, porém, é que o Estado continua exercendo uma função importante nos Estudos de Segurança, como vemos no trecho abaixo de Waever:

O que realmente torna algo um problema de segurança? (...) problemas de segurança são desenvolvidos a partir de algo que ameaça a soberania ou independência de um Estado de uma maneira rápida e dramática, e o priva da capacidade de gestão por si só¹⁰ (Waever, 1995: 54).

⁹ Tradução livre da autora: “Typically, the agent will override such rules, because by depicting a threat the securitizing agent often says someone cannot be dealt with it in the normal way. In the extreme case – war – we do not have to discuss with other party; we try to eliminate them. This self-based violation of rules is the security act, and the fear that the other party will not let us survive as a subject is the foundational motivation for that act” (Buzan *et al*, 1998: 26).

¹⁰ Tradução livre da autora: “What really makes something a security problem? As I have suggested above, security problems are developments that threaten the sovereignty or independence of a state in a particularly rapid or dramatic fashion, and deprive it of the capacity to manage by itself” (Waever, 1995: 54).

O processo de securitização assume três fases: apontar uma ameaça existencial, tomar uma medida emergencial, e os efeitos dessa decisão, que podem significar uma quebra de regras por se tratar de algo excepcional (Buzan *et al*, 1998: 26). Mas então, se qualquer tema pode ser securitizado, qualquer pessoa teria o poder de ser o agente securitizador? Para Waever (1995: 54), algo só pode ser declarado como problema de segurança por uma elite, que seria quem detém uma posição privilegiada social e política e consegue fazer sua voz ser ouvida. Ou seja, o agente securitizador tem, necessariamente, que ter poder político para que o discurso seja ouvido e, conseqüentemente, aceito por uma audiência internacional.

Nesse sentido, Buzan *et al* (1998: 23) explicam que a securitização passa por um processo de politização. De acordo com os autores, qualquer tema pode ser considerado (a) não-politizado, quando o Estado não quer debater uma questão e a audiência também não quer lidar com o assunto; (b) politizável, quando algo faz parte da agenda política, sendo aceita pelo Estado e audiência como uma questão pública e que deve receber alocação de recursos públicos; (c) ou como de segurança, o que significa dizer que o Estado apresenta um tema como uma ameaça a segurança e que necessita de medidas emergenciais para combatê-la, com a aceitação da audiência.

Tendo em vista a importância da linguagem, Buzan *et al* (1998) consideram a securitização como um “ato de fala”. Ou seja, o discurso é um importante meio pelo qual o ator securitizante transforma algo em ameaça. Quando um ator declara algo como a ser segurado, ou seja, que tenha que ter a sobrevivência protegida, ele quer usar medidas extraordinárias para justificar as suas ações (Buzan, 1997: 14). O processo de securitização depende diretamente do ato de fala. Nesse sentido, o grupo de Copenhague estuda o que pode ser securitizado, quem pode falar de segurança com sucesso, sob quais condições e quais efeitos.

1.3.2 A importância da linguagem

O grupo de Copenhague trouxe uma novidade ao campo das teorias de RI, a importância dada ao discurso e como ele seria a chave para construir as ameaças e, portanto, dar início ao processo de securitização. O discurso é traduzido pela Escola como *Speech Act*, ou seja, Ato de Fala.

O que é segurança então? Com a ajuda da teoria da linguagem, podemos considerar a segurança como um Ato de Fala. Nesse sentido, a segurança não é como um sinal de algo que se refere mais ser mais real; o enunciado em si é o ato.

Ao dizer isso, algo é feito (como uma aposta, uma promessa, uma nomeação de navio). Ao proferir “segurança”, um representante de Estado move um desenvolvimento a uma área específica e, portanto, reivindica um direito especial de usar quaisquer medidas que forem necessárias para bloquear isto¹¹ (Waever, 1995: 55).

O ato de fala da securitização não é definido somente pelo uso da palavra segurança. O que importa, na verdade, é a designação de uma ameaça existencial, que requer medidas especiais e que têm uma audiência que aceita, tanto a existência da ameaça quanto as medidas emergenciais (Buzan, 1997: 15). De acordo com Waever (2011: 469), quando um agente securitizador aponta algo como uma ameaça existencial ao objeto referente, através do uso do ato de fala, para fazer uma audiência tolerar medidas extraordinárias que, se não fosse por isso, não seriam aceitas, isso se torna um caso de securitização. As ameaças não seriam fixas, mas sim socialmente construídas, através do discurso e a Escola de Copenhague se propõe a discutir essa construção.

Segundo Williams (2003: 514), a influência do construtivismo na teoria de Copenhague pode ser vista na importância dada a linguagem, que já era visível nos trabalhos de John L. Austin e John Searle, e os pensadores da securitização se apropriaram e incluíram em seus trabalhos. Austin é considerado o criador do conceito de Ato de Fala, acreditando que as palavras e sentenças tem valor e não podem ser consideradas apenas por serem verdadeiras ou falsas, já que existem com um caráter performativo (que vai além das palavras ditas), não podendo entrar nessa dicotomia de verdade ou mentira. Sendo assim, ele distingue os Atos de Fala em constatativos, que são mais descritivos e podem ser definidos em verdadeiros ou falsos, e performativos. De acordo com Austin (1962: 5), as palavras indicam uma ação, por exemplo, “eu aceito”, “eu aposto”, ou “eu nomeio”, e não necessariamente uma interpretação de verdadeiro ou falso, e o caráter performativo está implícito pois quando são pronunciadas, vêm junto com uma ação/atuação. Para ele, então, existiriam seis condições para que haja sucesso no Ato de Fala:

(A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas e em certas circunstâncias: e, ademais, que

(A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em um caso particular, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.

¹¹ Tradução livre da autora: “What then is security? With the help of language theory, we can regard “security” as a speech act. In this usage, security is not of interest as a sign that refers to something more real; the utterance itself is the act. By saying it, something is done (as in betting, giving a promise, naming a ship). By uttering ‘security’, a state-representative moves a particular development into a specific area, and thereby claims a special right to use whatever means are necessary to block it” (Waever, 1995: 55).

(B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e

(B.2) completo.

(τ.1) Onde, com frequência, o procedimento é utilizado para pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou para instauração de uma conduta correspondente por partes de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e ademais,

(τ.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente¹² (Austin, 1962: 14-15).

Se as condições acima descritas não forem cumpridas não há o Ato de Fala, porém, Austin classifica que se o grupo A e B não estiver completo, significaria um desacerto, ou seja, má interpretação e enganos, e o grupo τ, um abuso, ou seja, o não cumprimento da ação (Austin, 1962: 15-16). Além disso, o Ato de Fala é dividido em três categorias: locucionário, ilocucionário e perlocucionário. O primeiro indica a expressão de um discurso que tenha um sentido específico, ou seja, o simples ato de dizer algo. Já o ato ilocucionário, implica uma fala com sentido que contenha uma performance, ou seja, uma ação. E, por último, o perlocucionário, que também tem um sentido e é considerado uma performance, mas traz resultados intrínsecos a fala e que vão além da linguagem. Simplificando, o ato de fala é dividido em três: o ato de dizer algo, a forma de dizer algo e os resultados do ato dito (Harbermas *apud* Balzacq, 2005: 175)¹³.

Voltando a Escola de Copenhague, segurança não seria qualquer Ato de Fala, mas sim a invocação da existência de uma ameaça, que pede medidas extraordinárias (Williams, 2003: 514). “No discurso de segurança, um assunto é dramatizado e apresentado como um tema de prioridade suprema; assim, rotulando-o como de segurança, o agente reivindica a

¹² Tradução livre da autora: “(A.1) There must exist an accepted conventional procedure having a certain conventional effect, that procedure to include the uttering of certain words by certain persons in certain circumstances, and further, (A.2) the particular persons and circumstances in a given case must be appropriate for the invocation of the particular procedure invoked. (B.1) The procedure must be executed by all participants both correctly and (B.2) Completely. (τ.1) Where, as often the procedure is designed for use by persons having certain thoughts or feelings, or for the inauguration of certain consequential conduct on the part of any participant, the a person participating in and so invoking the procedure must in fact have those thoughts or feeling, and the participants must intend so to conduct themselves, and further (τ.2) must actually so conduct themselves subsequently” (Austin, 1962: 14-15).

¹³ Balzacq (2005: 172) tem uma visão crítica sobre a teoria de securitização da Escola de Copenhague. Para ele, tratar a linguagem como elemento essencial de segurança, reduz a análise sobre o assunto. Assim, securitização seria uma estratégia (pragmática) que ocorre através de uma série de circunstâncias, que incluem o contexto, a disposição psíquico-social da audiência, e o poder que ambos, o orador e o receptor, trazem para a interação. Ou seja, o discurso não representaria a essência do ato de performance sozinho, mas uma conjunção de fatores que participam na construção das percepções de segurança. Guzzini (2015: 21) concorda com Balzacq e acrescenta que existe uma “sociologização” da temática da segurança, em que o conceito é percebido sociologicamente.

necessidade e o direito de tratá-lo com medidas extraordinárias¹⁴” (Buzan *et al.*, 1998: 26). Sendo assim, percebe-se a importância do ato perlocucionário para os pensadores de Copenhague, uma vez que se preocupam com as consequências em transformar algo em ameaça e também a aceitação da audiência.

Nesse sentido, as ameaças podem ser reais ou não, e podem ou não ser aceitas pela audiência. Ou seja, só existe securitização quando o agente receptor da mensagem acredita na sua existência e ajuda a legitimar as medidas emergenciais que, conseqüentemente, serão tomadas. A Escola de Copenhague analisa como as ameaças são construídas e não a sua essência, como Buzan *et al* explica: “o significado está não no que as pessoas conscientemente acham que significa o conceito, mas em como elas usam de determinada maneira e não de outra” (Buzan *et al*, 1998: 24).

O sucesso do processo de securitização está ligado necessariamente a medidas emergenciais, fora dos limites normais de procedimento (Buzan *et al*, 1998: 23-24). Como há pouco tempo para pensar na resposta à crise de segurança, as medidas excepcionais se justificam e são aceitas pela audiência. Além disso, existiriam condições internas e externas para o sucesso do processo. Internamente, a importância é linguística, ou seja, depende da construção de uma ameaça existencial através do discurso de um líder, e a capacidade deste em invocar medidas emergenciais. Externamente, o contexto político e social é importante para o sucesso de um discurso securitizante. Nas duas lógicas, a aceitação da audiência é essencial para o sucesso.

1.3.3 A aceitação da audiência

Como já foi dito anteriormente a aceitação da audiência é essencial para que o processo de securitização seja legitimado. Quando um tema é securitizado, ele é imediatamente relacionado a uma política emergencial que deve ser colocada em prática para conter as ameaças. A aceitação do público é fundamental para que essas medidas entrem em vigor, o que legitima a aplicação de práticas que poderão não estar de acordo com regras e normas vigentes.

¹⁴ Tradução livre da autora: “In security discourse, an issue is dramatized and presented as an issue of supreme priority; thus by labeling it as security an agent claims a need for and a right to treat it by extraordinary means” (Buzan *et al.*, 1998:26).

De acordo com Buzan *et al* (1998: 36), o processo de securitização envolve alguns elementos: o ato de fala; os objetos referentes; os atores securitizadores e os atores funcionais. O ato de fala teria o poder de abdução, ou seja, é capaz de criar uma nova realidade a partir de um discurso em que uma ameaça é construída. “Os objetos referentes são coisas vistas como ameaçadas existencialmente e que tem uma reivindicação legítima de sobrevivência¹⁵” (Buzan *et al*, 1998: 36). Como já vimos, qualquer tema pode vir a ser um objeto referente, desde a soberania do Estado a questões com meio ambiente, uma vez que seja construído um discurso de ameaça existencial e que seja de interesse coletivo. Sendo assim, os atores securitizadores seriam os responsáveis por declarar o objeto referente como ameaçado por algo.

Os atores funcionais, por sua vez, são aqueles capazes de influenciar a tomada de decisões em questões relacionadas à segurança, sem serem os objetos ameaçados ou aqueles que clamam por tornar algo uma ameaça (Buzan *et al*, 1998: 36). Eles não são os responsáveis por criar uma nova agenda de segurança, mas conseguem afetar a dinâmica de um setor, como por exemplo as Organizações não-governamentais (ONG) que alertam para algumas ameaças existenciais a um objeto referente, mas não tem o poder de securitizar. No setor ambiental, por exemplo, os atores funcionais podem ser de caráter econômico, em que a atividade está ligada a preservação ou não do meio ambiente. No setor militar, também enxergamos esse caráter econômico, em que indústrias armamentistas podem influenciar a tomada de decisão, mas também podem existir agências e ONGs com capacidade de gerar uma movimentação sobre o tema e influenciar as políticas de defesa.

Apesar de considerar a influência de diversos atores na construção de uma ameaça, a Escola de Copenhague ainda enxerga o Estado como essencial para o processo de securitização. Ele pode ser o objeto referente, ou o ator securitizador ou até o ator funcional, mas de alguma maneira sempre estaria presente na securitização, uma vez que é enxergado como o provedor de segurança nacional.

O ato de fala, o ator securitizador e os atores funcionais não são os únicos capazes de fazer um processo de securitização ter sucesso. A aceitação da audiência é essencial para isso, como Buzan *et al* ressaltam:

Um discurso que assume a forma de apresentado algo como uma ameaça existencial a um objeto referente não cria sozinho securitização – isso é um

¹⁵ Tradução livre da autora: “Referent objects: things that are seen to be existentially threatened and that have a legitimate claim to survival” (Balzacq, 1998: 36).

movimento securitizante, mas o tema é securitizado só se e quando uma audiência o aceita como tal¹⁶ (Buzan *et al*, 1998: 25).

A securitização de algo não pode ser imposta a uma audiência. O processo tem que ter interação das duas partes, o agente securitizador e a audiência. A ameaça existencial tem que ganhar uma abrangência para que seja realizado um programa que justifique a adoção de medidas emergenciais (Buzan *et al*, 1998: 25). Isso evita a existência de uma oposição às medidas que o agente securitizador pretende tomar, como vemos no exemplo abaixo:

Por exemplo, se uma força militar externa atravessa uma fronteira ou tenta intimidar um país, é necessário (mas não suficiente) ter uma força militar adequada para resistir; ou se uma inquietação social, causada internamente ou externamente, é um problema, alguém tem que ter um aparato repressivo suficiente, uma coesão ideológica no grupo que permita que um aparato seja mobilizado, e a legitimidade para o uso que evite uma escalada da oposição pública¹⁷ (Waever, 1995: 9).

A partir do momento que a audiência abraça um discurso que aponta uma ameaça existencial, ela está também legitimando a tomada de decisão para que a ameaça seja eliminada. Essa decisão pode ou não ter um caráter transgressor das leis vigentes, mas se há a aceitação de boa parte da audiência, não existiria a abertura para opositores às decisões tomadas. Por isso, a aceitação da audiência é tão importante.

1.4 O Estado de Exceção

A teoria de securitização pode ser facilmente ligada ao conceito de Estado de Exceção, que será discutido nessa seção e se faz necessário para explicar no terceiro capítulo a conduta adotada pelos Estados Unidos no pós-11 de setembro. O Estado de Exceção é descrito por Saint-Bonner (2001 *apud* Agamben, 2003: 11), como um “ponto de desequilíbrio entre direito público e fato político”, ou seja, algo que acontece no mundo político, como uma guerra, insurreição, resistência e etc., e atinge o plano do direito em caráter emergencial.

¹⁶ Tradução livre da autora: “A discourse that takes the form of presenting something as an existential threat to a referent object does not by itself create securitization – this is a securitizing move, but the issue is securitized only if and when the audience accepts it as such” (Buzan *et al*, 1998: 25).

¹⁷ Tradução livre da autora: “For example, if a foreign army walks across the border or tries to intimidate a country, it is necessary (but not sufficient) to have adequate military strength to resist; or if social unrest, caused from within or without, is the problem, one must have a sufficiently repressive apparatus, ideological cohesion in the core group that allows the apparatus to be mobilized, and the legitimacy to use it that avoids the escalation of public opposition” (Waever, 1995: 9).

Carl Schmitt, em *Teologia Política* (2009: 13) explica o conceito de exceção dentro de um Estado, em que o funcionamento das normas jurídicas é interrompido quando há uma situação de exceção e o soberano seria aquele que decide sobre a exceção. Ou seja, as motivações políticas seriam tomadas por base na relação amigo *versus* inimigo, em que o inimigo é o outro, aquele que é estranho a mim, e que deve ser neutralizado. O soberano, seria assim, o responsável por decidir quem é este inimigo e quando surge uma situação conflituosa, em que deve decidir sobre a exceção para garantir a normalidade da vida dos cidadãos.

Na situação de anormalidade, segundo Schmitt (2009: 19), a norma vigente não contém eficácia para garantir a normalidade cotidiana, então, é necessário que o soberano realize uma articulação entre a situação de caos e a ordem jurídica, criando ou suspendendo normas temporariamente até que tudo volte ao estado de normalidade.

Já Giorgio Agamben (2003: 12-13), em *Estado de Exceção*, acredita que não existe uma relação de ou/ou (ou existem as normas, excluindo a exceção; ou se exclui as normas, aplicando a exceção), mas sim uma inclusão da exceção às normas. Ou seja, a regra passa a se confundir com a exceção que assume caráter permanente, e não existiria mais, como Schmitt acreditava, a distinção entre períodos de normalidade e períodos de exceção.

Uma das características essenciais do Estado de Exceção – abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário – mostra aqui, sua tendência a transformar-se em prática duradoura de governo (Agamben, 2003: 19).

Sendo assim, o Estado de Exceção agambeniano prevê que o governo constitucional deve ser alterado por meio de qualquer medida para neutralizar o perigo, o que implicaria um governo mais forte, ou seja, com mais poder e os cidadãos com menos direitos (Rossier, 1948 *apud* Agamben, 2003: 21). E o que se observa é que nos governos ocidentais, inclusive democracias, os dispositivos de exceção passaram a ser cada vez mais utilizados pelo Estado, principalmente no período das guerras (Primeira e Segunda Guerra e Guerra Fria), e em muitos dos casos, se tornaram permanentes.

Nesse sentido, o processo de securitização e a teoria do estado de exceção se completam, uma vez que é necessário que exista uma ameaça eminente (ou pelo menos a construção de tal ameaça), anunciada através de discursos, declarações e documentos governamentais e acatada pela audiência para que sejam tomadas medidas emergenciais capazes de neutralizar o perigo, o que faz com que passe a se viver em um Estado de Exceção temporário ou não.

1.5 Sintetizando a Securitização

A Escola de Copenhague trouxe grandes contribuições para os Estudos de Segurança, principalmente por pensar nas questões securitárias fora do contexto estadunidense, criticando os conceitos de segurança das teorias até então hegemônicas, como o realismo e liberalismo, que apenas enxergavam o mundo pela visão Estado-cêntrica. Além disso, os pensadores de Copenhague introduziram a discussão sobre novas fontes de ameaça, não se restringindo a questão militar, mas abrangendo outros setores como o político, ambiental, societal e ambiental. Com a influência do construtivismo, a Escola trouxe o conceito de segurança como intersubjetivo, socialmente construído, dando importância aos atos discursivos na formulação das ameaças. Assim, nasceria a teoria de securitização que o trabalho toma como base para justificar a investigação dos Estados Unidos aos próprios aliados.

O que significa securitização? A explicação da Escola de Copenhague para que alguns temas sejam englobados na questão da segurança e outros não, vem do que eles chamam de “ato de securitização”. Ou seja, um determinado assunto vira um problema relacionado à segurança a partir do momento em que existe um esforço, através de discursos e documentos, para transformá-lo em tal. Tal esforço é chamado de “ato de fala”, em que algo é colocado como ameaça a sobrevivência de algo ou alguém, passando de um estado normal para uma categoria especial de análise relacionada a segurança, devendo receber maior atenção e, principalmente, medidas excepcionais como resposta.

O que pode ser securitizado? Como já foi dito anteriormente, o grupo de Copenhague analisou as questões de segurança para além do âmbito militar. Sendo assim, qualquer tema pode ser securitizado, a partir do momento em que há o entendimento que algo é prejudicial à sobrevivência do estado. Para exemplificar, terrorismo, imigração e até o descongelamento das calotas polares podem se enquadrar na temática da segurança, basta um ator securitizador apontá-los como ameaças à sobrevivência de um país, nação, ou até mesmo da espécie humana, como é o caso do aquecimento global e os consequentes danos ao planeta.

Quem securitiza? Assim que lemos sobre o processo de securitização, logo vem à mente a dúvida de quem teria o poder de fazer algo se transformar em uma questão de

segurança. Segundo os pensadores de Copenhague, é necessário que o agente securitizador seja um líder, político, social ou intelectual, que tenha poder de se fazer ouvido para conceder maior atenção a um tema e, conseqüentemente, sugerir o uso de medidas excepcionais para que as ameaças sejam controladas. Nesse sentido, o processo de securitização se dá através de um discurso político e não de uma construção de diferentes intelectuais, por exemplo.

O que é uma ameaça existencial? E para quem? Uma ameaça existencial é algo que, como o próprio nome diz, confere um perigo à sobrevivência de algo ou alguém. Como já foi dito anteriormente, qualquer tema pode ser securitizado e qualquer pessoa, grupo ou até patrimônio pode ser considerado ameaçado. Segundo os pensadores de Copenhague, é mais fácil de indicar uma ameaça existencial a um grupo, a algo que confira um sentido de coletividade e atinja o maior número de pessoas.

O que significam medidas extraordinárias? O sucesso do ato de securitização está diretamente ligado a aceitação da audiência e a tomada de medidas extraordinárias ou excepcionais para que as ameaças sejam controladas e até extintas. Por isso, a securitização é considerada intersubjetiva, por ter sempre um agente securitizador que depende de uma audiência para ter sucesso na construção de uma ameaça. As medidas extraordinárias são tomadas com o intuito de eliminar as ameaças existenciais, e são assim chamadas porque, na maioria dos casos, representam uma transgressão as normas vigentes. O problema está em transformar tais medidas em algo duradouro e ter uma situação emergencial permanente e institucionalizada.

O trabalho se propõe a analisar a vigilância dos Estados Unidos aos próprios aliados pela ótica da Escola de Copenhague, uma vez que se acredita que há a construção de um discurso de medo depois dos atentados de 11 de setembro em que são apresentadas ameaças existenciais a soberania e ao território estadunidense e em que são tomadas medidas extraordinárias, como foi o caso do Ato Patriota, muito criticado por ser contra aos princípios democráticos do país. A partir de então, iniciou-se uma caçada aos inimigos dos EUA, e muitos aliados também viram seus dados interceptados pelo governo estadunidense. No próximo capítulo, veremos como se deu a formação da NSA e como ela se transformou depois dos atentados às Torres Gêmeas devido a uma nova política do país. Veremos também os escândalos envolvendo a agência, desde sua origem até os documentos vazados por Edward Snowden, que tornaram pública a vigilância em massa realizada pelo governo.

Capítulo 2. As relações de vigilância dos Estados Unidos

No dia 5 de junho de 2013 o jornal *The Guardian* publicou documentos confidenciais dos Estados Unidos, em que era possível constatar uma rede de vigilância mundial orquestrada pelo país. O responsável pela liberação desses documentos foi Edward Snowden, um analista de sistemas contratado pela NSA, que queria tornar público o sistema de espionagem dos EUA.

O que sabemos dos mecanismos da política de vigilância estadunidense não vem de hoje. Desde o surgimento da NSA, no pós-Segunda Guerra, foram vários os escândalos envolvendo a agência, que suscitaram discussões sobre os limites da vigilância e os direitos civis dos cidadãos, principalmente, no que tange à questão do direito à privacidade. Neste capítulo, será mostrado o surgimento, evolução e fortalecimento da NSA, bem como os escândalos e discussões envolvendo a agência em toda sua história, culminando com a liberação dos documentos por Snowden, em 2013.

2.1 Comunidade de Inteligência

Antes de mais, é importante definir o que significa “inteligência” para os Estados Unidos. De acordo com o Ato de Segurança Nacional de 1947, o termo inclui inteligência estrangeira e contrainteligência. A primeira se trata de informações relacionadas às capacidades, intenções, ou atividades de governos estrangeiros ou outras organizações, pessoas e atividades terroristas. Já contrainteligência se refere às informações coletadas e atividades conduzidas para proteger o país de contraespionagem, sabotagem ou assassinatos realizados por governos, organizações ou pessoas estrangeiras (Stanton, 2009: 76).

Espionagem, por sua vez, é a prática de coletar informação confidencial, em que, na maioria dos casos, provém de organismos governamentais, sem a autorização do detentor. De acordo com Androulidakis *et al* (2016: 5), os EUA definem espionagem como: “O ato de obter, entregar, transmitir, comunicar, ou receber informações sobre a defesa nacional

com a intenção, ou razões para acreditar que tais informações podem ser usadas para prejudicar os Estados Unidos ou para tirar vantagens de qualquer outra nação¹⁸”.

Ao longo dos anos, os Estados Unidos desenvolveram uma enorme Comunidade de Inteligência, com capacidades de captação e armazenamento de dados sem igual no mundo. As atividades de inteligência e contrainteligência são realizadas não só por uma, mas por várias agências do país. Juntas, elas são chamadas de CI (Comunidade de Inteligência) e têm origem no Ato de Segurança Nacional de 1947, que ajudou a moldar os paradigmas de inteligência dos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial, criando a *Central Intelligence Agency* (CIA) e o *National Security Council* (NSC), agências de papel fundamental na CI (Hastedt, 2011: 393).

A CI é uma comunidade governamental administrada pelo *Office of the Director of National Intelligence* (ODNI) e formada por 16 agências: *Central Intelligence Agency* (CIA); *Defense Intelligence Agency* (DIA); *Federal Bureau of Investigation* (FBI); *National Geospatial-Intelligence Agency* (NGA); *National Reconnaissance Office* (NRO); *National Security Agency* (NSA); *Department of Energy* (DOE); *Department of Homeland Security* (DHS); *Department of State* (DOS); *Department of Treasury* (OIA); *US Air Force Intelligence*; *Drug Enforcement Administration* (DEA); *US Army Intelligence* (G-2); *US Coast Guard Intelligence*; *US Marine Corps*; *Office of Naval Intelligence* (ONI).

Existem cinco principais tipos de inteligência:

- (1) HUMINT: significa Inteligência Humana, e exige que agentes sejam enviados a outros países para espionar e onde eles também podem recrutar outros estrangeiros como espiões. Os relatórios diplomáticos são um tipo de HUMINT, bem como informações voluntárias cedidas ou aquelas que são roubadas ou observadas pelos agentes;
- (2) SIGINT: significa Inteligência de Sinais, e se refere a informações coletadas através da interceptação de sinais de comunicação em território terrestre – navios, aviões, bases militares – e por satélites. A NRO produz os satélites e a NSA é responsável por coletar as informações. As atividades SIGINT podem ser divididas em 3 categorias:

¹⁸ Tradução livre da autora: “The act of obtaining, delivering, transmitting, communicating, or receiving information about the national defense with an intent, or reason to believe, that the information may be used to the injury of the United States or to the advantage of any foreign nation.” (Androulidakis, 2016: 1).

- a. COMINT: acrônimo para *Communications Intelligence*, centrado nas comunicações humanas;
 - b. FISINT, acrônimo para *Foreign Instrumentation*, que analisa comunicações não-humanas, como as que se dão entre aeronaves e mísseis.
 - (i) TELINT: Subcategoria do FISINT, significa *Telemetry Intelligence*, e é responsável por coletar informações de mísseis e outros dispositivos monitorados remotamente, enviando dados sobre localização, velocidade, status do mecanismo e métricas;
 - c. ELINT: acrônimo para *Electronic Intelligence*, que cuida do processo de interceptação e análise de inteligência eletrônica;
- (3) IMINT: significa Inteligência de Imagens, e também pode ser referida como PHOTINT ou GEOINT, que a NGA define como “informação sobre qualquer objeto – natural ou feitos pelo homem – que podem ser observados ou referenciados à Terra, e tem implicações à segurança nacional¹⁹”;
- (4) MASINT: significa Inteligência de Medições e Assinaturas, e se trata das informações sobre armas e atividades industriais.
- (5) OSINT: significa Inteligência de Código Aberto, e inclui informações que estão disponíveis abertamente, como da mídia, Internet, dados públicos e publicações profissionais e acadêmicas. Para cada “INT” tem um componente OSINT (Stanton, 2009: 80-81).

2.1.1. CIA

A CIA é uma das agências mais conhecidas da CI e é responsável pela coleta e disseminação de informação que contribui diretamente para a segurança nacional dos Estados Unidos. Ela providencia inteligência ao Presidente, Congresso, e vários outros “*policy makers*” que ajudam o governo a tomar decisões (Hastedt, 2011: 142). Através de informações coletadas no exterior e em solo estadunidense, a agência é importante para guiar

¹⁹ Tradução livre da autora: “information about any object—natural or manmade—that can be observed or referenced to the Earth, and has national security implications” (Stanton, 2009: 80).

as respostas do governo às ameaças identificadas pelas informações coletadas (Streissguth, 2013: 45).

Durante a Segunda Guerra Mundial, houve a criação do *Office of Strategic Services* (OSS), primeira agência de organização de inteligência dos Estados Unidos. A OSS representou a revolução nos serviços de inteligência do país, não só por significar a existência de uma organização que exercia todas as funções de Inteligência, como também por conduzir pesquisas para uma melhor atuação no campo (Richelson, 2015: 47). Com o final da Guerra, o Presidente Harry Truman ordenou o final da OSS, que daria lugar à criação de outra agência com as mesmas funções.

O surgimento da CIA se deu com o Ato de Segurança Nacional de 1947, que também estabeleceu o NSC e fez o DCI (*Director of Central Intelligence*) o chefe da agência de inteligência. Apesar do final da Segunda Guerra Mundial, os EUA acreditavam que a coleta de informações e a espionagem ainda se faziam necessárias, por isso, criaram a CIA em 1947 (Streissguth, 2013: 37).

De acordo com o Ato, a CIA era responsável pela coordenação das atividades de inteligência, que incluíam a avaliação de informações para a manutenção da segurança nacional e tinha cinco funções:

- (i) Aconselhar o NSC em assuntos relacionados às atividades de inteligência do governo e de outras agências relacionadas à segurança nacional.
- (ii) Fazer recomendações ao NSC em relação à coordenação das atividades de inteligência dos departamentos e agências governamentais relacionadas à segurança nacional.
- (iii) Correlacionar e avaliar a inteligência relacionada à segurança nacional e fornecer aos órgãos competentes tais informações coletadas.
- (iv) Atuar em benefício das agências de inteligência, a fim de garantir que as informações cheguem ao NSC mais eficientemente.
- (v) Atuar em outras funções relacionadas à segurança nacional que o NSC determinar de tempos em tempos (Richelson, 2015: 48).

Em 1949, o *Central Intelligence Agency Act* permitiu que a agência funcionasse em segredo, não tornando público o orçamento, atos e funções da CIA. Essa determinação durou até meados de 1973, quando estourou o caso de Watergate e a agência passou a responder

ao Congresso dos Estados Unidos sobre suas ações. A partir de então, começou a orientar seus esforços para os meios tecnológicos (satélites, aviões de reconhecimento, escutas eletrônicas, pirataria, informática e etc), em que dependeria minimamente de agentes em terra.

Depois dos atentados de 11 de setembro, a CIA aumentou em tamanho e em demandas. Até outubro de 2008, por exemplo, teve um aumento de 150% das atividades em território estrangeiro (Richelson, 2015: 57). Além disso, passou a investir ainda mais em tecnologia, se envolvendo mais em atividades MASINT e SIGINT, estando à frente de novas tecnologias para identificar ameaças à segurança dos Estados Unidos ao longo dos anos.

2.1.2 FBI

O FBI tem como responsabilidade investigar atividades criminosas, terroristas e de contrainteligência dentro do território dos Estados Unidos (Richelson, 2015: 195). Ele foi fundado em 1908 pelo General Charles Bonaparte, com o apoio do presidente Theodore Roosevelt, e tinha como função principal a investigação de violações a lei federal. A primeira vez em que teve que lidar com questões relacionadas à segurança nacional foi na Primeira Guerra Mundial, quando o presidente Wilson deixou o Bureau responsável pela espionagem e investigação dos inimigos. Ao final da guerra, voltou às funções fundamentais de investigação de atividades criminosas em território nacional (Hastedt, 2011: 287).

Com a Segunda Guerra Mundial, o FBI retomou investigações em relação à segurança nacional, devido à suspeita de ameaças em território estadunidense de origem comunista, alemã, italiana, japonesa e etc. Além disso, foi autorizado pelo Presidente Roosevelt a realizar investigações fora dos Estados Unidos, com a criação do *Special Intelligence Service* (SIS), em que focava na coleta de informações inimigas no Brasil, México e Argentina (Richelson, 2015: 200).

Em 1949, o FBI criou a lista dos “Dez mais Procurados”, que foi uma importante ferramenta no combate a criminosos pois permite a pessoas comuns ajudar a encontrá-los. A lista ainda existe e, até 2011 o primeiro nome era o de Osama Bin Laden, da Al-Qaeda e acusado de coordenador os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos (Streissguth, 2013: 87).

Ao final da Guerra Fria, o FBI passou a cuidar também da defesa das tecnologias e sistemas de informação dos EUA. O Bureau identificou nações, amigas e inimigas, que

poderiam servir de ameaça à inteligência do país, além de passar a cuidar da investigação da proliferação de armas de destruição em massa (químicas, biológicas e radiológicas) (Hastedt, 2011: 289).

Após os atentados de 11 de setembro, o FBI também passou a concentrar esforços na luta contra o terrorismo. Para essa função, entretanto, o Bureau conta com a ajuda da NSA para investigar suspeitos e consegue investigar fisicamente a casa ou escritório atrás de provas que demonstrem ligação com atividades terroristas (Streissguth, 2013: 87). Em 2005, foi criada a subdivisão *National Security Branch* (NSB), que cuida das atividades contraterrorismo e contrainteligência do FBI. Entre as atividades da NSB estão: vigilância da internet e interceptação de comunicações de voz, vigilância de helicópteros e drones, além de grampos telefônicos, espionagem e coleta de informações através de mandados (Richelson, 2015: 197).

Assim como a CIA, o FBI e a NSA tiveram suas atividades alteradas depois do 11 de setembro e do Ato Patriota, em que passaram a concentrar esforços na luta contra o terrorismo. É importante enxergar que as agências, apesar de distintas, devem trabalhar em conjunto (segundo o Ato Patriota) para compartilhar informações a fim de garantir a segurança nacional dos Estados Unidos.

2.1.3 DHS

Em 2002, o sistema de vigilância doméstica sofreu um novo acréscimo, com a criação do Departamento de Segurança Doméstica (DHS), em substituição ao *Office of Homeland Security* (OHS), criado inicialmente dentro do escritório da presidência, por recomendação da Comissão legislativa do 11/09. O escritório era responsável por um sistema de alerta de cores, que indicava o risco de novos ataques terroristas (Pecequilo, 2011: 379). O sistema de cores do OHS passou a funcionar a partir de março de 2002 da seguinte maneira:

- (a) Verde: baixo risco de terrorismo
- (b) Azul: alerta (existe risco, mas sem ameaças eminentes)
- (c) Amarelo: risco significativo de ataque terrorista
- (d) Laranja: alto risco de terrorismo
- (e) Vermelho: severo (um ataque terrorista ocorreu ou está para ocorrer)

Em novembro, o Congresso passou o *Homeland Security Act of 2002*, que criou o DHS e fez do diretor do departamento um membro do gabinete do presidente. O DHS engloba 22 agências, dentre as quais se destacam a Guarda Costeira e os serviços de imigração e transporte, visando maior coordenação das atividades de segurança nacional e, principalmente, prevenção ao terrorismo. O sistema de cores foi substituído em 2011, pelo *National Terrorism Advisory System*, que alerta para “ameaças eminentes” e “ameaças elevadas”, com uma escala de ameaças terroristas indo do menor risco ao maior (Streissguth, 2011: 22).

A criação do DHS responde à uma dupla demanda de reforço dos instrumentos de segurança doméstica (que haviam sido considerados descoordenados no 11/09) e de atualização dos aparatos burocráticos ao contexto do século XXI. Nesse sentido, a reformulação é vista como a maior e mais ambiciosa desde 1947 (Rosatti & Scott, 2011), em que o DHS adiciona um novo elemento de complexidade à rede de vigilância, visto que passa a compor, junto com as demais agências mais um pilar da já complexa comunidade de inteligência. O fato de esse aparato absorver burocracias já existentes dificulta consideravelmente as tarefas de coordenação.

2.2 Uma breve história da NSA nos Estados Unidos

A NSA foi criada em 29 de outubro de 1952, através de uma Ordem Executiva (*Executive Order*²⁰) do então presidente Harry Truman, mas foi anunciada apenas em 4 de novembro daquele ano, dia da eleição presidencial que colocou Dwight Eisenhower no poder. Segundo Aid (2009: 51), o documento deu à NSA um grau de poder e autoridade jamais dados a qualquer agência de inteligência, designando o secretário de defesa como agente executivo do governo para todas as atividades SIGINT, o que deixava a NSA fora da jurisdição da CIA.

A missão COMINT da Agência Nacional de Segurança (NSA) deverá ser de prover uma efetiva e unificada organização e controle das atividades de comunicações de inteligência dos Estados Unidos conduzidas contra governos estrangeiros, para prover políticas operacionais integradas e procedimentos correlacionados. Assim como usados nesta diretiva, o termo “Comunicações de

²⁰ Ordem Executiva (*Executive Order*) são diretrizes do presidente que têm força de lei. A primeira Ordem Executiva foi emitida pelo presidente George Washington e desde a Segunda Guerra Mundial, os presidentes dos EUA têm usado desse artifício legal para emitir diretrizes para a Comunidade de Inteligência do país (Hastedt, 2011: 279).

Inteligência” ou COMINT devem ser interpretados como todos os procedimentos e métodos usados na interceptação de comunicações que não sejam da imprensa estrangeira e propaganda de difusão e as informações obtidas com essas comunicações por outros meios que não os destinatários pretendidos, mas devem excluir censura e a produção e disseminação de inteligência acabada²¹ (NSA Memorandum, 1952: 5).

As atividades SIGINT realizadas pela NSA foram especificadas por uma diretiva, “*The National Security Service and Central Security Service*”:

- (1) Coletar (incluindo através de meios clandestinos), processar, analisar, produzir, e disseminar informações SIGINT e dados de inteligência e contra inteligência estrangeiros com propósito de auxiliar missões e departamentos de segurança nacional.
- (2) Fornecer suporte SIGINT para auxiliar em operações militares designadas pelo Secretário de Defesa.
- (3) Estabelecer e organizar as atividades SIGINT.
- (4) Desenvolver leis, regulações, e regras governamentais sobre a classificação das atividades e agências que coletam informações SIGINT (Richelson, 2015: 67).

De acordo com Ransom (2007: 11), as atividades de criptologia que deram início à NSA não poderiam ter origem antes do advento do rádio, por isso, a proteção dada a comunicação dos Estados Unidos por meio de códigos, ciphers e outras medidas, ainda durante a Guerra de Independência, não podem ser consideradas como parte da história da agência. A produção de inteligência eletrônica (ELINT) veio depois da Segunda Guerra Mundial, porém, podemos ver traços desse sistema de inteligência ainda nos tempos da Primeira Guerra.

2.2.1. A Origem da NSA no período das Guerras Mundiais

Apesar de ter sido criada oficialmente em 1952, a agência de segurança tem suas origens durante a Primeira Guerra Mundial. Em abril de 1917 nasceu a *Cable and Telegraph*

²¹ Tradução livre da autora: “The COMINT mission of the National Security Agency (NSA) shall be to provide an effective, unified organization and control of the communications intelligence activities of the United States conducted against foreign governments, to provide for integrated operational policies and procedures pertaining thereto. As used in this directive, the terms “communications intelligence” or COMINT shall be construed to mean all procedures and methods used in the interception of communications other than foreign press and propaganda broadcasts and the obtaining of information from such communications by other than the intended recipients, but shall exclude censorship and the production and dissemination of finished intelligence” (NSA Memorandum, 1952: 5).

Section, que tinha um braço no *Military Information Section* (MIS), o MI-8, também conhecido como “Câmara Negra” (“*Black Chamber*”), uma agência de decifração de códigos estabelecida em Washington, DC. Além de interceptar comunicações estrangeiras, a Câmara Negra foi responsável por estabelecer pela primeira vez uma seção de inteligência externa do Departamento de Estado, que seria usada também nos tempos de paz (Hastedt, 2011: 29). Depois da Guerra, em 1919, a unidade mudou para Nova York e passou a ser chamada de *Code Compilation Company*, um nome fictício usado para despistar a sociedade estadunidense e mundial. A unidade tinha 25 criptoanalistas e o orçamento de \$100.000 anuais era sustentado tanto pelo Departamento de Estado como pelos Departamentos de Guerra (Hastedt, 2011: 510). Entretanto, em 1929, o Secretário de Estado Henry Stimson retirou a ajuda financeira às atividades exercidas pela unidade, considerando-as inapropriadas, uma vez que a Câmara Negra quebrou algumas leis ao fazer acordos secretos com companhias como a *Western Union* e a *Postal Telegraph* para interceptar mensagens de diplomatas estrangeiros (Harris, 2009: 24). Stimson deixou claro seu desgosto com a unidade de inteligência com a sua famosa afirmação: “Cavalheiros não leem as correspondências dos outros²²”. Até ser encerrada, a Câmara Negra tinha interceptado mais de 45 mil comunicações de mais de 20 países diferentes (Hastedt, 2011: 510).

Depois de fechar a Câmara Negra, Stimson criou a *Signal Intelligence Service* (SIS), que ajudaria a consolidar a compilação de códigos e a quebra de códigos. A SIS focou seus trabalhos em cima das atividades criptografadas dos japoneses. Em 1935, conseguiu quebrar os códigos de uma das máquinas de criptografia do Japão, que ficou conhecida como *Japanese Red Machine* (Hastedt, 2011: 33). As mensagens e códigos japoneses que eram interceptados e descobertos foram chamados de “*Magic*” (Streissguth, 2013: 60).

Apesar da eficiência do SIS em decifrar os códigos japoneses, os Estados Unidos não conseguiram prever o “dia da infâmia” (“*Day of Infamy*”), em que houve os ataques à base naval dos Estados Unidos em Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941. De acordo com Hastedt (2011: 34), uma das contribuições do desastre de Pearl Harbor, que deixou mais de 2000 mortos, foi a consequente disseminação das informações coletadas, que antes permaneciam nas mãos de apenas algumas figuras do governo. Não se sabia ao certo se o comandante das bases de Pearl Harbor, Husband Kimmel, estava recebendo as informações “Mágicas” (Streissguth, 2013: 60).

²² Tradução livre da autora: “Gentlemen do not read each other’s mail” (Hastedt, 2011: 33).

Após os ataques à Pearl Harbor, o governo dos Estados Unidos fez uma série de reformas nas suas instituições de inteligência. Durante a Segunda Guerra, o SIS foi renomeado para *Signal Security Service* (SSS), em 1942 e começou a interceptar mensagens soviéticas através do que foi chamado de projeto “VENONA”. Até 1945, mais de 200.000 mensagens da URSS haviam sido decifradas (Hastedt, 2011: 704).

Assim como o VENONA atuou na interceptação de mensagens da URSS, e o Magic nas do Japão, o projeto Ultra²³ ajudou na interceptação de mensagens em território europeu. Com auxílio da inteligência britânica, polaca e francesa, foi possível estabelecer uma sofisticada rede de comunicação para decifrar códigos e mensagens alemãs durante a Segunda Guerra. Estados Unidos e Reino Unido mantiveram boas relações para que ambos pudessem tirar vantagens das mensagens interceptadas (*Ibidem*: 36).

A Segunda Guerra começou uma “revolução” na inteligência. O impacto da inteligência na estratégia e tática dos Aliados (e em menor escala para os alemães e japoneses) foi realmente revolucionário, e é só agora reconhecido como tal²⁴ (Johnson, 1995: 1).

A Segunda Guerra contribuiu para mudar as instituições dos Estados Unidos responsáveis pela política de inteligência. Os ataques à Pearl Harbor estimularam a necessidade de criar uma agência central de inteligência e, diferente do que acontecera no final da Primeira Guerra, os serviços de inteligência do governo continuariam e se fortaleceriam, até se tornarem permanentes.

2.2.2 NSA na Guerra Fria

A guerra sem combate direto entre as potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, teve mais de quarenta anos de história e começou com o colapso da aliança entre ambos contra a Alemanha Nazi, logo depois do final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. A Guerra Fria ajudou a construir uma nova política externa nos Estados Unidos e, para tal, o sistema de inteligência do país precisaria ser forte e eficaz contra as ameaças soviéticas.

Mesmo com o final da Segunda Guerra, a União Soviética continuava a expansão do comunismo pela Europa Oriental, e os EUA tinham a percepção de que pouco sabiam

²³ Ultra era o código usado pelos britânicos para as informações decifradas que vinham da máquina de cifras/códigos alemã chamada de Enigma (Hastedt, 2011: 849).

²⁴ Tradução livre da autora: “The Second War began a true ‘revolution’ in intelligence. The impact of intelligence on the strategy and tactics of the Allies (and to somewhat lesser extent on the Germans and Japanese) was truly revolutionary, and it is just now coming to be recognized for what it was” (Johnson, 1995: 1).

sobre os soviéticos, com quem, à época, temiam um conflito por Berlim. “No fim da Guerra, as organizações de criptologia montavam esforços extensivos contra as comunicações soviéticas, apesar da designação oficial da URSS como aliado²⁵” (Johnson, 1995: 159). Porém, os primeiros meses depois do fim do conflito mundial não foram de muito movimento na área de inteligência porque as informações coletadas pouco diziam para que fossem usadas politicamente (Aid, 2009: 24).

Era necessária a criação de uma agência de inteligência central e eficaz, que pudesse trazer informações sobre os planos soviéticos. Em setembro de 1945, depois do final da Guerra, a SSS passou a ser chamada de *Army Security Agency* (ASA) e estava sob as ordens do Diretor de Inteligência Militar. Com a criação da ASA, o sistema de inteligência dos EUA, que antes era comandado por diversas agências e áreas do governo, passou a ser centralizado. A agência passou a ser responsável pela produção de comunicação de inteligência, bem como pela pesquisa de técnicas clandestinas de comunicação, e a preparação, produção, armazenamento de todos os materiais usados nos sistemas de criptografia do exército (Hastedt, 2011: 51).

O sentimento de falha no sistema de espionagem estadunidense começou a mudar com a assinatura oficial de acordos com os britânicos, o que foi realizado em 1946, com o Acordo Brusa²⁶ e que garantiu aos Estados Unidos um acesso maior a informações soviéticas. Segundo Aid (2009: 28), em menos de um ano, os agentes de inteligência dos dois lados do Atlântico foram capazes de quebrar códigos e decifrar mensagens que os fizeram ficar a par dos planos militares da URSS, chegando a 341 mensagens decifradas por dia, em 1947.

Em 1946, informações decifradas da KGB (*Komitet Gosudárstvennoi Bezopasnosti*) mostravam uma lista de cientistas dos Estados Unidos que estariam envolvidos na pesquisa da bomba atômica (Johnson, 1995: 161). E as dúvidas dos norte-americanos continuavam, quais seriam os objetivos soviéticos?

²⁵ Tradução livre da autora: “By the end of the war, both cryptologic organizations [army and navy] were mounting extensive efforts against Soviet communications, despite the official designation of the USSR as an ally” (Johnson, 1995: 159).

²⁶ Os acordos “informais” de cooperação nos serviços de inteligência entre Estados Unidos e Reino Unido, realizados durante a Segunda Guerra Mundial, foram finalmente oficializados em 5 de março de 1946, com a assinatura do *British-United States Communication Intelligence Agreement*, que ficou conhecido como Acordo BRUSA (Aid, 2009: 25).

Fazia-se necessária a criação de um plano para garantir a segurança do país. Em 26 de Julho de 1947, o presidente Truman assinou o Ato de Segurança Nacional de 1947 (*National Security Act of 1947*), que reformou o sistema militar dos Estados Unidos, criando novas agências de segurança e aumentando a coordenação doméstica e externa das forças armadas. Entre as agências criadas estavam o NSC e a CIA. O NSC foi formado para coordenar a política de segurança nacional e discutir os problemas relacionados a defesa do país (Hastedt, 2011: 551). O *National Security Act of 1947* foi indispensável para a construção e manutenção da estratégia dos EUA na Guerra Fria. E no que tange às políticas de espionagem e inteligência, além de criar a CIA, ajudou a concentrar os esforços de inteligência a favor da segurança nacional e contra a expansão da URSS.

Apesar dos esforços da ASA para coordenar as atividades de inteligência, ainda existia sobreposição de poder e um certo caos em relação às informações coletadas. Por isso, em 1949, a ASA foi destituída e deu lugar à *Armed Forces Security Agency* (AFSA), uma diretiva secreta que seria responsável pelo controle de todas as comunicações de inteligência dos EUA e pelas comunicações de atividades relacionadas à segurança do país, exceto por atividades de criptologia táticas, que continuariam sob o controle do Exército, Marinha e Forças Armadas (Hastedt, 2011: 47). De acordo com Aid (2009: 32), desde a criação, a AFSA estava fadada ao fracasso por vários fatores. O primeiro deles era a falta de financiamento que recebia do governo, comparada a CIA. Além disso, os aparatos militares criados com o Ato de Segurança Nacional de 1947, e a própria CIA, faziam com que a AFSA perdesse poder de decisão sobre os assuntos de inteligência (Bamford, 1982: 74).

Com a ineficiência da AFSA, o presidente Truman decide criar a NSA, em 1952. A agência nasceu nos últimos meses do governo de Truman, mas seria com o presidente Dwight Eisenhower que ela se fortaleceria. Nos primeiros meses de seu governo, em 4 de março de 1953, viria a primeira decepção com a então criada NSA. A morte do secretário-geral do Partido Comunista soviético, Joseph Stalin, chegou aos ouvidos do presidente através de agências de notícias. A NSA fora incapaz de interceptar as mensagens da URSS e descobrir o falecimento antes do que qualquer um. A razão para o baixo aproveitamento era que a agência ainda não havia conseguindo decifrar os códigos das máquinas usadas pelos soviéticos (Aid, 2009: 53). E a insatisfação do governo se mostrava visível em documentos como este:

Entretanto, a cobertura parece inadequada em áreas críticas, como: planos de Guerra do inimigo, aviso prévio de ataques, ordem de batalha, intenções militares e paramilitares localizadas, desenvolvimento e produção de equipamento militar,

mísseis guiados, armas nucleares, e desenvolvimento de pesquisa militar²⁷ (NSC, 1954: 5).

A NSA deu início ao recrutamento de civis para compor o quadro de funcionários da agência e tentar minimizar as falhas no sistema de inteligência. Além de recrutar, a NSA ainda fornecia treinamento aos novos operadores. Quando John F. Kennedy chegou à presidência dos Estados Unidos em 1961, a NSA já era a mais importante e maior componente da comunidade de inteligência do país, com um orçamento de U\$ 654 milhões e 59 mil funcionários, muito mais do que a CIA, que tinha em torno de 16 mil funcionários e um orçamento de U\$ 401 milhões (Aid, 2009: 63).

No início dos anos 1960, a comunidade de inteligência dos EUA voltou seus esforços a outras partes do globo, que não somente a Rússia e China. O presidente Kennedy solicitava à NSA uma maior participação na interceptação de sinais e comunicações vindas da Ásia, principalmente do Vietnã, e de Cuba, afinal, era um braço comunista no Ocidente. Em 1962, mais de 80 homens foram chamados para reforçar a equipe da NSA para cuidar das interceptações vindas dos cubanos (Aid, 2009: 67). Em conjunto com a GCHQ e a CBNRC (*Communications Branch of the National Research Council*), agência de inteligência do Canadá, a NSA conseguiu interceptar os sinais vindos de navios de carga soviéticos que chegavam à Baía de Cuba. De acordo com Johnson (1995: 323), não só as comunicações SIGINT foram importantes para descobrir o que se passava em Cuba, como também as fotografias aéreas e os sistemas HUMINT. Não se sabia o conteúdo dos navios, até que em meados de agosto, através de algumas imagens, descobriram-se caixotes de Mísseis Komar em uma das embarcações. Apesar das informações, ainda não era possível saber o que se passava em território cubano, até o dia 14 de outubro, em que caças da CIA registraram as primeiras imagens claras de que haviam mísseis soviéticos na baía da cidade de São Cristóvão, em Cuba. A partir de então, o episódio tomou conta da diplomacia dos Estados Unidos e da União Soviética e durou até o dia 27 de outubro de 1962, quando os EUA concordaram em retirar os mísseis que estavam localizados no Sul da Itália e na Turquia. O episódio em Cuba é tido como um dos sucessos da CI, por terem conseguido interceptar as comunicações soviéticas e transmitir as informações à presidência a tempo, algo que não ocorria com facilidade por causa da falta de coordenação das agências.

²⁷ Tradução livre da autora: “Nevertheless, coverage remains inadequate in critical areas, such as: enemy war plans, early warning of attack, order of battle, enemy localized military and para-military intentions, military equipment development and production, guided missiles, tactical atomic weapons, and technical and scientific military developments” (NSC, 1954: 5).

Coordenação essa que até os atentados de 11 de setembro não teve eficácia, e que viria a ser uma das grandes críticas à CI.

Após o assassinato do presidente Kennedy, em novembro de 1963, Lyndon B. Johnson assumiu o governo dos Estados Unidos. Na sua gestão, a NSA cresceu em números, de 59 mil funcionários passou a ter 93 mil. Na Guerra dos Seis dias, em junho de 1967, entre israelitas e países árabes, a agência foi fundamental para prever as intenções egípcias. Em maio de 1967, a NSA interceptou uma mensagem do Embaixador do Egito em Moscou, que mostrava a insatisfação com as tropas da ONU na Península de Sinai (Aid, 2009: 124). Os episódios de sucesso contribuíam para fortalecer a NSA, porém, a falta de coordenação da CI também fazia com que o sistema de inteligência dos EUA recebesse duras críticas.

Com a ascensão de Richard Nixon à presidência, a CI começou a perder investimento federal. A NSA, por exemplo, teve uma diminuição significativa no quadro de funcionários, de 95 mil em 1969, passaram a ser 50 mil em 1980 (Aid, 2009: 135). Apesar disso, a agência continuava a exercer um papel importante na interceptação de mensagens vindas de Moscou. Com a ajuda dos satélites Canyon, Jumpseat e Chalet, capazes de interceptar mensagens SIGINT, e em órbita desde o final da década de 1960, a NSA tinha acesso total ao tráfego de telefone e rádio da União Soviética.

Após a renúncia de Richard Nixon, em 1974, em consequência aos escândalos do caso Watergate, Gerald Ford assumiu a presidência e, apesar das tentativas do governo em manter o apoio e investimento a CI, novas investigações a práticas ilegais da NSA, CIA e FBI, fizeram com que estas instituições diminuíssem de tamanho e importância (Johnson, 1995b: 7). Com comissões formadas no Senado e Congresso para investigar a Comunidade de Inteligência, Ford assinou em 1975, a OE 11905, que propunha reorganizar a CI. Segundo Hastedt (2011: 301), o presidente deu aos Diretores de Inteligência Central a autoridade para supervisionar o orçamento da CI. E também, cunhou o primeiro banimento ao assassinato político por qualquer funcionário do governo dos EUA, devido aos escândalos envolvendo a CIA e documentos que mostravam intenção em assassinar o presidente de Cuba, Fidel Castro (Johnson, 1995b: 105).

Em 1977, quando Jimmy Carter assumiu a presidência dos Estados Unidos, ele investiu em novas tecnologias de inteligência para a NSA, o que contribuiu para diminuir o quadro de funcionários da agência (Aid, 2009: 146). Para estabelecer uma nova diretiva à CI, Carter assinou a OE 12036, em substituição à OE 11905. Na nova ordem, foram mantidas

a cláusula de banimento à assassinato político e a centralização da coleta de informação e do orçamento pelo DIC. De diferenças, apenas o tom mais punitivo e com restrições à CI, que deveriam cumprir as leis domésticas (Johnson, 1995b: 199). Esta limitação demonstra preocupação com a preservação de liberdades e direitos fundamentais num contexto em que as preocupações com segurança sobressaltavam as demais.

Quando os anos 1980 entraram, Ronald Reagan assumiu a presidência do país, com um discurso de reorganização da força militar contra o que ele chamava de “Império do mal”, argumentando que a URSS seria uma ameaça à existência dos Estados Unidos (Hastedt, 2011: 647). A Doutrina Reagan, como ficou conhecida nos dois mandatos (1981 a 1989), buscava recuperar a fé do povo no poder e destino do país, e pregava a promoção da democracia e liberdade para o mundo, o que significava eliminar sem constrangimentos o comunismo (Pecequilo, 2011: 205). Reagan foi responsável pelo encaminhamento do fim da Guerra Fria, e pela mudança de direção na política de inteligência do país, com a assinatura da OE 12333, que permitia a coleta de informações estrangeiras pela CIA, desde que não envolvesse a coleta de dados de cidadãos estadunidenses.

Esta incursão na história das agências de informação e outros organismos relacionados mostra como atividades de monitorização em massa, que por vezes ultrapassam os limites legais, não são uma novidade. De fato, os avanços e recuos em termos de mandados destas organizações e do seu poder e alcance, mostram a tensão existente entre a busca por maior segurança e que implica maior vigilância. São, entretanto, nos escândalos, como o do caso Watergate, em que a sociedade tem ciência dessa monitoração em massa, e o debate entre as liberdades individuais, direitos civis e segurança ganha força, uma vez que a história mostra que houve violação dos direitos fundamentais. A partir de então, alguns dispositivos legais são alterados a fim de garantir à população que seus direitos estariam assegurados pelo Estado, bem como a segurança nacional.

2.2.3 Dispositivos Legais para vigilância na Guerra Fria

Em 1975, as investigações sobre o caso Watergate, realizadas pelo Congresso, revelaram que a NSA estava interceptando, sem mandados, comunicações internacionais por mais de 20 anos a pedido da CIA e outras agências. A campanha de espionagem, chamada

de “Shamrock²⁸”, levou a criação de vários dispositivos legais para regular a CI e proteger os estadunidenses de uma vigilância em massa, como o FISA e a EO 12333.

2.2.3.1 Foreign Intelligence Surveillance Act of 1978 (FISA)

O *Foreign Intelligence Surveillance Act of 1978* forneceu bases legais que auxiliaram na coleta de informações dos serviços de inteligência dos Estados Unidos. O FISA regulava, entre outras coisas, a vigilância eletrônica, definida como:

A aquisição por um dispositivo de vigilância eletrônico, mecânico ou outro de conteúdo de qualquer comunicação por fio de uma pessoa dos Estados Unidos, sem o consentimento de qualquer parte, se tal aquisição acontecer nos EUA²⁹ (Estados Unidos da América, 1978: 3)

Além de identificar o que seriam os poderes e agentes estrangeiros a quem a vigilância seria aplicada, o documento estabeleceu como deveria ser aplicada:

- (i) Sob um mandado concedido pelo corte do FISA (*FISA Court*); ou
- (ii) Em situações de emergência, com autorização do *Attorney General*, desde que um requerimento fosse feito a corte do FISA no prazo de 24 horas.

(A) *FISA Court* (FISC): a corte do FISA é um mecanismo para obtenção de mandados para a coleta de inteligência doméstica realizada pelas agências do país, com objetivo de assegurar os direitos dos cidadãos estadunidenses previstos na Quarta Emenda, “o direito do povo de ter seguro suas pessoas, casas, documentos contra buscas e apreensões sem razão³⁰” (Estados Unidos da América, 1787). Inicialmente, era composta por quatro juízes e todos os seus procedimentos mantidos em segredo. Para obter um mandado, o governo tinha que submeter um requerimento ao FISC que identificasse o alvo da vigilância; descrevesse as justificativas das agências para acreditarem que o alvo fosse ligado à inteligência estrangeira; descrevesse os procedimentos que

²⁸ O projeto Shamrock foi uma operação doméstica de coleta de informações que correu entre os anos de 1945 e 1975, em que mais de 500 mil mensagens eram interceptadas por mês, pela NSA. Ela coletava e analisava todas as informações telegráficas que entravam e saíam dos EUA, com a ajuda de companhias de cabo, como RCA Global, ITT, e Western Union (Hastedt, 2011: 700).

²⁹ Tradução livre da autora: “The acquisition by an electronic, mechanical, or other surveillance device of the contents of any wire communication to or from a person in the United States, without the consent of any part thereto, if such acquisition occurs in the United States” (Estados Unidos da América, 1978).

³⁰ Tradução livre da autora: “the right of the people to be secure in their persons, houses, papers, and effects, against unreasonable searches and seizures” (Estados Unidos da América, 1787).

seriam usados para aquisição de tais informações e justificasse que o objetivo da vigilância seria para obter informações relevantes de inteligência estrangeira.

A primeira categoria que o FISA identifica como alvo de vigilância é a dos poderes estrangeiros, que seriam:

- (A) Um governo estrangeiro;
- (B) Um diplomata, ou outro empregado de um governo estrangeiro;
- (C) Uma facção ou governo estrangeiro que não é composto por cidadãos estadunidenses;
- (D) Uma entidade reconhecida por um governo estrangeiro, e governada por este;
- (E) Um grupo envolvido em terrorismo internacional.

A segunda categoria, seriam a de agentes estrangeiros:

- (A) Qualquer um, que não um cidadão estadunidense, que age nos EUA como empregado de um governo estrangeiro;
- (B) Qualquer um que aja como parte ou suporte de um poder estrangeiro para coletar informações, de forma clandestina, nos EUA.

Em 1995, o FISA foi expandido pelo Congresso para incluir buscas físicas, que tivessem como alvo um agente ou poder estrangeiro, e como premissa a busca de informações de inteligência estrangeira. Além disso, reconheceu o presidente, por meio do *Attorney General*, a autorizar tais buscas físicas, sem um mandado do FISC, por até um ano.

2.2.3.2 Executive Order 12333

Desde a aprovação do Ato de Segurança Nacional de 1947, que estabeleceu a criação da CIA e do posto de Diretor de Inteligência Central (DCI), os presidentes mandavam guias escritos e explicativos sobre a política de inteligência vigente. A primeira Ordem Executiva (EO 11905) que estabelecia um guia de conduta aos diretores de inteligência foi assinada em 1976, pelo presidente Gerard Ford. Em 1981, o presidente Ronald Reagan assinou a EO 12333, que substitui as anteriores e está em vigor até os dias de hoje. A parte 1 da ordem determina os objetivos da CI e de seus diretores, como o DCI, que deveria responder ao presidente e ao NSC, agindo como conselheiro de ambos. Na

segunda parte, a EO estabelece a conduta das atividades de inteligência, permitindo na seção 2.3 que:

Agências da Comunidade de Inteligência estão autorizadas a coletar, manter e disseminar informações referentes a cidadãos dos Estados Unidos só em acordância com procedimentos estabelecidos pelo chefe da agência em questão e pelo *Attorney General*³¹ (Executive Order 12333, 1981).

Entre as informações que poderiam ser coletadas, armazenadas e disseminadas na CI, estão:

- (A) Informações públicas disponíveis ou coletadas com consentimento;
- (B) Informações classificadas como de inteligência e contrainteligência estrangeira, incluindo informações de corporações e outras organizações comerciais;
- (C) Informações coletadas no curso de um processo legal de inteligência e contrainteligência, narcóticos e terrorismo;
- (D) Informações necessárias para proteger a segurança de pessoas ou organizações;
- (E) Informações necessárias para proteger fontes de inteligência e contrainteligência estrangeira;
- (F) Informações de pessoas que podem ser consideradas como potenciais fontes com objetivo de determinar sua credibilidade;
- (G) Informações decorrentes de uma investigação legal sobre uma pessoa física ou meios de comunicação;
- (H) Informações adquiridas por meio indireto, e não dirigidas a pessoas específicas dos Estados Unidos;
- (I) Informações que podem indicar o envolvimento em atividades que podem violar as leis federais;
- (J) Informações necessárias para propósitos administrativos.

A seção 2.5 empodera o *Attorney General* a autorizar que a CI conduza uma investigação sobre um cidadão estadunidense dentro ou fora do território nacional, sem obter mandado prévio, desde que seja relacionado a um assunto estrangeiro. De acordo com a EO, os termos de vigilância do FISA, que proíbem a vigilância sem mandado, devem ser

³¹ Tradução livre da autora: “Agencies within the Intelligence Community are authorized to collect, retain or disseminate information concerning United States persons only in accordance with procedures established by the head of the agency concerned and approved by the Attorney General” (Executive Order 12333, 1981).

respeitados, e esta seria uma exceção. Além disso, a EO 12333 determina a proibição de participação em assassinato: “Nenhuma pessoa empregada ou agindo em nome do governo dos Estados Unidos deve se envolver ou conspirar a favor de um assassinato³²” (Executive Order 12333, 1981). De acordo com a EO, a NSA tem duas missões de inteligência: (a) garantia à informação, que significa prover à CI soluções, produtos, serviços, e informações de defesa para garantir a segurança da estrutura de informação dos EUA; (b) SIGINT, o que significa dizer que tem como objetivo coletar, armazenar e disseminar as informações coletadas por sinais eletrônicos. E a CIA recebe permissão para coletar inteligência estrangeira “significativa” nos Estados Unidos, se a coleta não for direcionada a cidadãos estadunidenses.

Nos últimos anos, a EO 12333 tem sido utilizada pela CI, e principalmente pela NSA, como garantia de expansão e autorização das atividades de coleta de informações de inteligência estrangeira e, em muitos casos, nacional também. Este desenvolvimento demonstra a tendência da valorização dos assuntos de segurança da política dos EUA no que se refere ao combate ao terrorismo e que vai permitir medidas de excepcionalidade, como analisado em seguida e no terceiro capítulo.

2.3 NSA no pós-11 de setembro

Após momentos iniciais de apatia perante a quebra da “invulnerabilidade” norte-americana, o governo Bush iniciou uma ofensiva de combate ao terrorismo de caráter bidimensional (Pecequilo, 2011), para abranger interesses doméstico e internacional. O primeiro movimento de alteração foi a passagem no Legislativo, em 11 de outubro de 2001, da emenda constitucional do Ato Patriota.

O *US Patriot Act*, acrônimo para “*Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism*”, alterou as leis de vigilância do país, além de flexibilizar as regras existentes sobre a interceptação de comunicações privadas por parte de autoridades governamentais, em casos de perseguição a suspeitos pela prática de terrorismo. Nas primeiras seções (sec. 105, 103), o ato inclui a necessidade de aumentar a capacidade de inteligência do país, criando um fundo

³² Tradução livre da autora: “No person employed by or acting on behalf of the United States Government shall engage in, or conspire to engage in, assassination” (Executive Order 12333, 1981).

contraterrorismo e aumentando o investimento no FBI (Estados Unidos da América, 2001). Das seções 201 a 225, os procedimentos de vigilância do país sofrem significativa alteração, concedendo autorização às agências estadunidenses para interceptar comunicação de civis. Destacam-se as seguintes seções:

- (i) Seção 213: autoriza o governo a entrar em uma residência civil e procurar por provas que comprovem a participação em algo ilícito, sem mandado de busca, e até mesmo sem que o indivíduo saiba.
- (ii) Seção 214: Muda o texto do FISA, autorizando o governo a coletar os registros eletrônicos capazes de armazenar todos os números para os quais determinada pessoa ligou. O que antes era permitido apenas em pessoas que fossem suspeitas de terrorismo, passou a ser autorizado em qualquer cidadão não-estadunidense, suspeitos de terrorismo internacional e suspeitos de estarem ligados a atividades clandestinas de inteligência.
- (iii) Seção 215: autoriza o governo a acessar registros pessoais realizados por terceiros. Essa seção permite que o FBI force qualquer um (incluindo empresas, médicos, livrarias, bibliotecas, universidades, e companhias telefônicas e de internet) a entregar documentos de seus clientes ou consumidores através das *National Security Letters*³³ (NSL), sem que estes saibam que estão sendo investigados. De acordo com Cohen (2010: 9), a seção 215 viola a Constituição do país de diversas formas, como a quarta emenda, que prevê que o governo não pode conduzir buscas sem um mandado e sem mostrar as razões pelas quais o indivíduo está sendo investigado.
- (iv) Seção 218: muda o texto do FISA de 1978, em particular a provisão 104(7)(B) que exigia que “o propósito” de conduzir uma vigilância eletrônica sem mandado era para obter informações de inteligência estrangeira. O Ato Patriota mudou o texto, e diz que “um propósito significativo” de conduzir uma investigação é obter informações de inteligência estrangeira. Apesar de sutil, a mudança prevê que as pessoas podem ser investigadas sem uma causa específica, implicando que a inteligência poderia ser empregada para outros fins não previstos e seu emprego poderia não se restringir ao âmbito externo

³³ As *National Security Letters* são cartas que o governo estadunidense emite para permitir que o FBI obrigue determinadas companhias ou pessoas a fornecerem as informações requisitadas. Essas cartas, na sua grande maioria, dizem que as informações solicitadas servirão para combater o terrorismo internacional ou atividades clandestinas de inteligência.

Além disso, altera o texto do FISA, reduzindo algumas das restrições impostas pela lei à obtenção de informações de particulares sem mandado judicial, pelo governo. Com a emenda, a *FISA Court* passaria a contar com um total de 11 juízes federais e a obtenção da autoridade judicial não seria atrelada à coleta de dados de inteligência estrangeira como razão central da vigilância. A lei também ampliaria o período emergencial de emprego da vigilância sem autorização judicial para 72 horas (Fisher, 2013), além de tipificar novas categorias de crime como patrocínio do terrorismo e posse de armas químicas e biológicas, abrindo precedentes para a suspensão de *habeas corpus* (Pecequilo, 2011).

O Ato Patriota ainda criou um novo crime, o “terrorismo doméstico”, que transforma qualquer um em terrorista se ele se envolver em atos que arrisquem vidas humanas. E também, o ato permite que o Procurador Geral ordene a detenção de um indivíduo que ele tenha “razão para acreditar” que esteja envolvido em atividades que coloquem em risco a segurança nacional.

Ainda no governo Bush o Ato Patriota sofreu uma renovação, em 2006, em um contexto legislativo mais contestatório, marcado pela ascensão da oposição democrata e pela denúncia das violações cometidas pelo Estado em nome da Guerra ao Terror. Apesar de não alterar significativamente as disposições iniciais, a expansão prevê maior observância à proteção dos direitos civis daqueles intimados nos marcos da *FISA Court*.

2.3.1 A NSA e o Ato Patriota

Em dezembro de 2005, o jornal *The New York Times* expôs um dos primeiros escândalos envolvendo a CI na era do Ato Patriota. A reportagem afirmava que o presidente Bush autorizou secretamente que a NSA espionasse cidadãos estadunidenses e de outras nacionalidades em busca de evidências relacionadas às práticas terroristas, sem a aprovação de mandados pela *FISA Court* (The New York Times, 2005). Ainda de acordo com a matéria, desde os atentados de 11 de setembro, o governo estadunidense conduziu uma vigilância em massa de e-mails, chamadas de telefone, mensagens eletrônicas que passam por território estadunidense e fora dele. A NSA, a partir dos atentados, passou a ganhar novas funções e responsabilidades, uma vez que até então só podia interceptar comunicações de estrangeiros.

O programa de espionagem surgiu de preocupações após os ataques de 11 de setembro de que as agências de inteligência da nação não estavam preparadas para lidar eficazmente com a nova ameaça da Al Qaeda e que foram algemadas por

restrições legais e burocráticas mais adequadas ao tempo de paz do que a guerra, de acordo com Funcionários³⁴ (The New York Times, 2005).

O *Terrorism Surveillance Program* (TSP), nomeado assim por Bush, fazia parte do *President's Surveillance Program*, uma coleção de informações de agências de inteligência autorizada pelo presidente depois do 11 de setembro. O TSP gerou muita discussão nos Estados Unidos assim que foi revelado pelo *NY Times*, pois era responsável pela condução de uma vigilância em massa em território estadunidense. No Congresso, por exemplo, o senador Russel Feingold propôs uma moção para censurar o presidente no que referiu como uma aprovação ilegal de um programa que “espiona Americanos, em território Americano” (Yoo, 2007: 567).

Em maio de 2006, a revista *Wired* publicou uma reportagem que apontava que a companhia telefônica AT&T, em trabalho conjunto com a NSA, havia instalado um computador capaz de espionar o tráfego de internet de seus clientes. Tal computador ficava localizado nos escritórios da AT&T, na Califórnia, em uma sala, chamada de 641A. As operações da sala começaram em 2003 e teriam capacidade de armazenar todo tráfego de internet que passavam pelos cabos da companhia (Wired, 2006).

Em novembro de 2006, o jornal *USA Today* trouxe à tona outro escândalo envolvendo a NSA e o TSP, em que afirmava que a agência estava secretamente coletando chamadas telefônicas de milhões de cidadãos, usando informações providas pelas companhias telefônicas, como a AT&T, Verizon e Bell South, as três maiores do país e que, à época, tinham mais de 200 milhões de clientes. Segundo o jornal, a intenção da agência seria criar uma base de dados com a coleta de ligações telefônicas dos cidadãos e investigar a ligação com o terrorismo. Com a Seção 215 do Ato Patriota, a coleta dessas informações de porte das companhias telefônicas tornou-se possível.

Entre as práticas da NSA de vigilância em massa descobertas por reportagens destacam-se:

- (i) *Pen Register Tap*: é um registro eletrônico capaz de armazenar todos os números para os quais determinada pessoa ligou. A seção 216 do Ato Patriota autoriza as agências de inteligência a praticarem tal ação;
- (ii) Base de dados de chamadas telefônicas: como o nome diz, a NSA passou a coletar as chamadas telefônicas de cidadãos e analisar seu conteúdo;

³⁴ Tradução livre da autora: “The eavesdropping program grew out of concerns after the Sept. 11 attacks that the nation's intelligence agencies were not poised to deal effectively with the new threat of Al Qaeda and that they were handcuffed by legal and bureaucratic restrictions better suited to peacetime than war, according to officials” (The New York Times, 2005).

(iii) Armazenagem de informação da internet: com a Sala 641A descobriu-se que a NSA era capaz de interceptar e armazenar todas as informações de um cidadão com acesso a internet (no caso, clientes da AT&T);

(iv) Uso de cabos submarinos: os EUA, junto com o governo britânico, grampearam cabos de comunicação submarinos e, através deles, são capazes de interceptar milhões de comunicações diariamente.

Os dispositivos legais do Ato Patriota facilitaram as investigações e espionagem da NSA, isso porque criaram arcabouços legais capazes de tornar legal ações da agência consideradas inconstitucionais, por violarem os direitos civis dos cidadãos estadunidenses. São poucas as informações que se tem sobre o programa, porém, o que se sabe é que apesar de ter como objetivo a investigação de pessoas ligadas ao terrorismo, o TSP conduziu uma espionagem em massa de cidadãos em território estadunidense e ao redor do globo. Em 2007, depois da assinatura da emenda do FISA (ver seção 2.3.2), o TSP deixou de existir. Porém, com as informações divulgadas por Snowden, descobriu-se que ele apenas foi substituído pelo PRISM e outros programas da NSA.

A partir da assinatura do Ato Patriota, pode-se perceber uma expansão não só das políticas de inteligência dos EUA, mas também do poder de vigilância do governo do país, que convence a população de que seria voltada a determinados alvos apenas e da necessidade para garantir a segurança e evitar novos atentados. O Ato Patriota se comporta como uma dessas medidas que viriam a ajudar a detecção de possíveis terroristas, mas também corroborou para a vigilância em massa estadunidense, o que nos leva a acreditar em um excesso por parte do governo e instituições que deveriam proteger, ao invés de violar os direitos individuais. O Ato, entretanto, não seria a única medida legal que auxiliou no aumento da capacidade de coleta de informação das agências de inteligência.

2.3.2 Pretextos legais para continuidade da vigilância

Em 2002, com a aprovação do Congresso, o presidente Bush nomeou a Comissão do 11 de Setembro para investigar o que havia acontecido na ocasião e o porquê de não conseguir prever os atos terroristas. Apesar das reformas propostas pelo Ato Patriota e com a criação do DHS, ainda permanecia a demanda por maior coordenação da Comunidade de Inteligência dos EUA. Por isso, em 2004, com a recomendação da Comissão do 11 de setembro, o Executivo assinou o *Intelligence Reform and Terrorism Prevention Act* (IRTPA) que traz como uma de suas principais contribuições a criação do cargo do Diretor Nacional

de Inteligência (DNI), cuja função seria liderar a Comunidade de Inteligência e se tornar o principal intermediário presidencial nesse setor. Até então, a última mudança drástica na CI havia ocorrido com a assinatura do Ato de Segurança Nacional de 1947, que estabeleceu a CIA e o DCI, que ao longo dos anos, perdeu importância à medida em que o Secretário de Defesa assumia muitas de suas funções, como a própria coordenação da CI. O novo cargo de DNI pretendia eliminar essas discordâncias e centralizar a coordenação em apenas um cargo. Tal qual argumentado em Rosati e Scott (2011), a eficácia de tal alteração ainda deveria ser devidamente auferida, posto que, em princípio, as culturas burocráticas pré-existentes e o histórico de ausência de coordenação poderiam neutralizar a presença do DNI na nova cadeia de comando.

Além disso, o ato criou o *National Counterterrorism Center* (NCTC), que é um braço do DNI e tem como objetivo centralizar os dados sobre terroristas providos pela NSA, CIA, FBI e outras agências. A NCTC é responsável pelo *Terrorism Identities Datamart Environment* (TIDE), uma base de dados (fornecida pelas agências de inteligência) que contém informações de terroristas conhecidos e de suspeitos. Num documento de 2013 do NCTC, houve a divulgação que mais de um milhão de nomes compõe a lista de suspeitos da TIDE (National Counterterrorism Center, 2013: 2).

Outra provisão foi a solicitação para que o DHS assumisse e colocasse em prática o sistema de análise de informações de passageiros de voos. O *Transportation Security Administration* (TSA), criado em 19 de novembro de 2001, como uma das medidas em resposta aos ataques terroristas daquele ano, passou a fazer parte do DHS em 2003. O TSA é responsável pela segurança nos aeroportos, pela prevenção de sequestros de voos e pela análise dos dados dos passageiros. Essa última é feita através do programa *Secure Flight*, colocado em prática em 2009, e que mapeia as informações dos passageiros dos voos e conecta com dados obtidos pelas agências de inteligência, como a NSA, para prevenir de possíveis ataques.

Com os escândalos envolvendo a NSA através de matérias publicadas no jornal, que questionavam a atuação da agência (ver seção 2.3.1), houve um aumento dos processos contra o Executivo no judiciário. Isso e a vitória democrata nas eleições de meio de mandato de 2007 fizeram com que o cenário para a reforma pretendida pela presidência ao FISA se tornasse menos favorável. Apesar da dificuldade de obtenção do consenso, o presidente Bush logrou a aprovação de uma nova emenda ao FISA, intitulada como *Protect America Act of 2007*, que prevê maior controle por parte do Diretor de Inteligência Nacional (DNI) e do *Attorney General* sobre a obtenção de dados de indivíduos fora de solo americano. A emenda

permite o monitoramento de todas as comunicações eletrônicas de “estadunidenses se comunicando com estrangeiros que são alvos de investigações sobre terrorismo”. Além disso, estabelece que as espionagens poderiam ser realizadas sem mandado judicial, através de companhias de comunicação, durante o período de duração, estipulado inicialmente para 180 dias e expandido posteriormente para quase um ano, e com o propósito de coletar o maior número de informações estrangeiras (Congressional Research Service, 2007). Estes desenvolvimentos mostram alguma tensão, mas claramente um caminho no sentido da valorização da segurança em sobreposição aos direitos civis, quando se trata do combate ao terrorismo. O caráter de excepcionalidade, que será tratado no terceiro capítulo, é visível na adoção de tais medidas, que legitimam a política de vigilância dos EUA.

Em 2008, o Congresso aprovou o *FISA Amendments Act of 2008*, que reautorizou as provisões do PAA, que diminuía o papel da *FISA Court* e concedeu imunidade retroativa às companhias telefônicas privadas que haviam auxiliado a NSA na coleta de dados pessoais (Fisher, 2013: 206). Cohen (2010: 32) argumenta que o FAA ajudou a criar dispositivos legais para a continuidade da política de vigilância do governo Bush, apesar do *President's Surveillance Program* ter sido encerrado em janeiro de 2007.

Com a assinatura do PAA e do FAA, o governo estadunidense conseguiu bases legais para a aquisição, via provedores de internet e telecomunicações, de informações e comunicações de seus cidadãos dentro do território nacional. A vigilância conduzida sob esses termos, é diferente da que era conduzida sob o FISA, isso porque os alvos do governo não precisam ser necessariamente agentes estrangeiros, engajados em atos criminosos ou até terrorismo, eles podem ser qualquer estrangeiro localizado dentro ou fora dos EUA desde que o intuito da vigilância seja aquisição de “informação de inteligência estrangeira”.

Em julho de 2008, o presidente Bush emitiu uma emenda a EO 12333, que precisava ser atualizada de acordo com as provisões estabelecidas pelo IRTPA de 2004. Com a criação do DNI, toda a comunidade de inteligência passou a responder ao diretório, o que significa dizer que os chefes das agências da CI deveriam “prover ao Diretor acesso a todas as informações e inteligência relevantes a segurança nacional³⁵” (Executive Order 13470, 2008). Nesse sentido, a NSA passou a responder ao DNI e ao presidente do país, o que significa que a vigilância em massa conduzida pela agência é de conhecimento de ambos.

³⁵ Tradução livre da autora: “Provide the Director access to all information and intelligence relevant to the national security or that otherwise is required for the performance of the Director’s duties” (Executive Order 13470, 2008).

De acordo com Cohen (2010: 36), a EO 12333, juntamente com o PAA e o FAA de 2008, colocaram todas as atividades de inteligência nas mãos do DNI, e ao mesmo tempo removeram barreiras judiciais que garantiam a investigação com mandados judiciais, o que leva a um controle maior das políticas de inteligência por parte do presidente, que é quem está acima do DNI, e pode ser perigoso, porque pode levar a vigilância em massa.

De acordo com Greenwald (2014: 101), o Estado de Vigilância se caracteriza como a existência de mecanismos estatais capazes de vigiar uma grande parte da população, eliminando a privacidade e com objetivo definido: “coletar, armazenar, monitorar e analisar as comunicações eletrônicas de todas as pessoas ao redor do mundo”. É por isso, que podemos dizer que existe um Estado de Vigilância estadunidense.

O Estado de Vigilância dos Estados Unidos é construído e fortalecido no contexto de uma sociedade tomada pelo medo, que enxerga na legitimação de políticas de vigilância adotadas pelo governo uma solução para insegurança deixada pelos ataques de 11 de setembro. A aceitação de medidas que levem ao aumento da capacidade de inteligência do país, mesmo que violem os direitos civis, se dá em nome de maior segurança para a população. A NSA, portanto, age como um meio para o Estado conquistar seus objetivos de vigilância, coletando o maior número de informações possíveis.

2.3.3 NSA no Governo Obama

Durante o Governo Obama, a vigilância em massa não apenas continuou, como aumentou. Em documentos revelados pelo jornal *The Guardian*, durante os dois primeiros anos de seu governo, Obama permitiu a coleta em massa de metadados de internet, que havia iniciado em 2001, no governo Bush. Tal coleta era realizada através de um mandado autorizado pelo FISC e que deveria ser renovado a cada 90 dias e tanto Bush, quanto Obama, aprovavam as renovações para dar continuidade a coleta de metadados (The Guardian, 2013).

Além disso, para garantir a continuidade dos programas de vigilância, em 2011 o presidente assinou o *Patriot Sunsets Extension Act of 2011*, que significou uma extensão da lei por mais quatro anos, até 2015. No mesmo ano, sabe-se que a AT&T passou a passar mais de 1 bilhão de registros de chamadas telefônicas de celular realizadas diariamente para a NSA, depois de uma demanda do governo em obter tais informações devido ao aniversário de 10 anos do 11 de setembro (Pro Publica, 2015).

Em 2012, o Congresso aprovou a continuação do FAA até o ano de 2017, que começou na era Bush e autorizou a NSA a coletar dados e informações de companhias estadunidenses. A continuação do FAA, ainda inseriu autorização para a CI monitorar conversas telefônicas, e-mails e outras comunicações de cidadãos estadunidenses e do mundo por até uma semana, sem mandado, mas com solicitação ao FISC (Estados Unidos da América, 2012). No mesmo ano, o governo de Obama viu o seu Departamento de Justiça autorizar, sem mandado, a NSA a realizar uma busca por hackers por meio dos cabos de fibra ótica, aos quais a agência já tinha acesso. O objetivo seria buscar por endereços e cyberassinaturas (comandos associados com invasão de computadores) que poderiam estar ligados a um governo estrangeiro, mas o que se viu, foi mais uma vez uma busca em massa por qualquer fonte, mesmo não sendo estrangeira (The New York Times, 2015a). Uma evidência clara de como a preocupação com a segurança nacional é mais importante do que a com os direitos civis, o que nos leva a perceber a continuidade das medidas excepcionais, como é o caso da monitorização constante das vidas dos cidadãos, para garantir a segurança.

É nesse sentido que podemos confirmar a continuidade do Estado de Vigilância dos Estados Unidos no governo Obama, afinal, a coleta de informações pessoais não cessou e os abusos de poder, legitimado pelas leis e medidas excepcionais, foram estendidos e ampliados. Pode-se perceber, então, que quando o assunto é vigilância das comunicações em detrimento a segurança, o governo democrata age em conformidade com as políticas exercidas há anos pelos EUA. Afinal, as políticas de inteligência, que pretendem coletar, armazenar, monitorar e analisar as comunicações de todo o globo, se iniciaram ainda na Primeira Guerra Mundial, como vimos, e só se intensificaram após os atentados do 11 de setembro porque tiveram apoio de uma sociedade tomada pelo medo.

2.4 Edward Snowden e os documentos confidenciais liberados

Após o 11 de setembro, os Estados Unidos passaram a interceptar e espionar comunicações de milhões de pessoas, sem mandados exigidos por lei, o que desencadeou em um sistema de vigilância em massa. Em 5 de junho de 2013, o jornalista Glenn Greenwald divulgou as primeiras informações que o ex-agente da CIA e NSA, Edward Snowden, tinha em posse sobre a política de vigilância dos EUA.

Não seria a primeira vez, porém, que algum agente da NSA tentaria expor o sistema de vigilância dos EUA. Os primeiros escândalos envolvendo a agência e sua espionagem massiva, como já citamos, datam da década de 1970, no caso Watergate. Em 1999, a rede inglesa BCC publicou as primeiras reportagens sobre a existência de um sistema controlado pelo *Five Eyes*³⁶, o Echelon, capaz de interceptar via 120 satélites as comunicações eletrônicas e digitais ao redor do globo, obtendo mais de 2.000 informações políticas, econômicas e comerciais por dia (Costa, 2003). Como já citamos, em 2005, o jornal *The New York Times*, publicou uma matéria em que diz que o Governo Bush passou a espionar e-mails e telefonemas de cidadãos americanos sem mandato (The New York Times, 2005). Em 2006, o *USA Today* divulgou um artigo mostrando que as empresas de telefonia dos EUA (AT&T, Verizon e Bellsouth) estariam cedendo os dados de chamadas e as gravações a NSA, não apenas de ligações internacionais, mas de chamadas em território nacional (USA Today, 2006). Todas essas denúncias foram feitas através de fontes anônimas e sem documentos que realmente provassem as afirmações. Julian Assange, nos documentos divulgados no Wikileaks, já apontava a vigilância em massa que as empresas de telefonia e internet eram capazes de fazer com os dados de seus clientes e que estas mantinham relações com as agências de inteligência dos próprios governos (CBS, 2011). Em 2013, Snowden seria mais perspicaz na tentativa de mostrar ao mundo um dos maiores e mais estruturados sistemas de inteligência mundial. Foram mais de 50.000 documentos expostos pelo ex-agente, que viriam comprovar o que antes só se especulava, as agências do governo orquestram uma vigilância em massa sobre os próprios cidadãos estadunidenses e sobre o mundo inteiro (Lyon, 2015).

De acordo com os documentos divulgados por Snowden, em 2013, o sistema de vigilância da NSA tem três áreas de atuação:

- (A) Interceptação de dados em trânsito: o programa Fairview é um exemplo pelo qual a NSA tem acesso a 88 mil km de cabos óticos entre os EUA e outros países;
- (B) Acesso a dados armazenados: o programa PRISM é um exemplo pelo qual a NSA tem acesso aos servidores de companhias de internet dos EUA;
- (C) Instalação de spyware em computadores individuais: O programa Quantum Insert é um exemplo pelo qual a NSA injeta secretamente os chamados Malware

³⁶ O “*Five Eyes*” é uma rede de cooperação de serviços de inteligência formada por Estados Unidos, Grã-Bretanha, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, pela qual sabe-se que a NSA conseguiu aumentar sua capacidade de vigilância ao longo dos anos (Bauman *et al*, 2014, p. 127).

nos computadores que permite a investigação de todos os dados da máquina (Lyon, 2015).

O total de dados coletados pela CI nos Estados Unidos é assustador, em um dia os sistemas de inteligência interceptam e armazenam mais de 1,7 bilhões de e-mails, telefonemas e outros tipos de comunicação (Greenwald, 2014: 106). Os programas de coleta em massa da NSA vão desde os criados durante a Guerra Fria, de coleta de dados telefônicos, até outros mais sofisticados como: PROJECT BULLRUN (projeto corrida de touros), usado para burlar formas corriqueiras de criptografia usadas para garantir a segurança de transações na internet; EGOSTICAL GIRAFFE (girafa egomaniaca) cujo alvo é o navegador Tor, destinado a permitir navegação anônima na internet; MUSCULAR, que invade as redes pessoais do Google e Yahoo para coletar informações; SHELLTRUMPET, que começou em dezembro de 2007 como um analisador de metadados quase em tempo real, e até o ano de 2012 já tinha processado mais de 1 trilhão de registros; e OLYMPIA, programa canadense usado para vigiar o Ministério das Minas e Energias do Brasil (*Ibidem*: 101). Para entendermos melhor o sistema de vigilância global que se desenvolveu nos últimos anos, faz-se necessária a explicação de alguns programas utilizados pela NSA

2.4.1 ECHELON

Echelon é o nome dado a uma rede de espionagem internacional, conduzida pelo *Five Eyes*, que intercepta comunicações de satélites ao redor do globo. O acordo Brusa, de 1946, deu início a colaboração entre as agências de inteligência dos países, mas foi só em 1971 que o Echelon passou a ser construído. Em 2013, o mundo teve a confirmação da existência do sistema, com os documentos revelados por Edward Snowden.

O Sistema Echelon tem capacidade de interceptar grande parte das comunicações eletrônicas realizadas no mundo, que podem ser desde uma ligação telefônica, mensagens de telefone, fax e email até uma transmissão de satélite. Ele captura todo o tráfego que pode, através de antenas de rádio, telefonia e também através dos próprios satélites instalados na órbita terrestre, e depois armazena em um sistema, e só então, os agentes de inteligência procuram por dados suspeitos. Com a evolução das comunicações, o sistema Echelon não ficou atrás, com a instalação de dispositivos de espionagem em centros de roteamento de internet e de cabos submarinos de comunicação (Costa, 2003).

2.4.2 FAIRVIEW

O programa Fairview faz parte da coleta de dados em trânsito (*Upstream collection*), que também tem outros programas, como BLARNEY³⁷, STORMBREW³⁸, e OAKSTAR³⁹. O objetivo desses programas é interceptar e coletar dados de comunicação telefônica e tráfego de internet, por meio de cabos de fibra ótica presentes em território estadunidense e também fora. Nesses programas, a NSA explora o acesso de determinadas companhias telefônicas no exterior (criação, suporte e melhora de redes), e redirecionam os dados de comunicação para seu repositório (Greenwald, 2014: 11).

O Fairview é um dos programas mais citados após os documentos divulgados por Snowden. Ele começou a funcionar em 1985, quando a AT&T surgiu no mercado de telefonia estadunidense, e se tornou parceira da NSA. A confirmação da existência do Fairview e da colaboração da AT&T com o programa veio através de uma matéria do jornal *The New York Times*, em agosto de 2015. De acordo com o jornal, as empresas de telecomunicações MCI e AT&T se tornaram importantíssimas na coleta de dados sem mandado realizadas depois do 11 de setembro. Em 2011, o programa Fairview era capaz de captar mais de um bilhão de ligações telefônicas domésticas por dia, com um orçamento de US\$ 188,9 milhões (The New York Times, 2015). Além da parceria com empresas estadunidenses, a NSA ainda tem parcerias com empresas de telefonia ao redor do globo, o que garante a vigilância global.

A forma como os dados chegam a NSA ainda não é tão clara, uma vez que os slides divulgados por Snowden explicam que a agência não tem acesso a base de dados da companhia, mas são as próprias telefonias que coletam as informações, fazem uma filtragem e repassam a NSA. Porém, sabe-se da existência da Sala 641A, nos escritórios da AT&T na Califórnia, à qual a NSA tem acesso aos cabos que por ali passam, e conseqüentemente, aos dados coletados. Quando os dados chegam a NSA, são copiados e filtrados mais uma vez,

³⁷ Blarney é o nome do programa da NSA responsável pela coleta de metadata – informações técnicas sobre tráfego de comunicação e dispositivos de rede – obtida através do PRISM, FAIRVIEW, STORMBREW. Além disso, o Blarney é responsável por explorar a rede social Facebook (Greenwald, 2014: 170).

³⁸ Stormbrew é o nome do programa da NSA que conta com a colaboração da empresa Verizon, sob os mesmos moldes do Fairview, e proporciona acesso ao tráfego de internet e telefonia que entra e sai do país, além de administrar dois pontos de entrada de cabos submarinos, um na Costa Leste e outro na Oeste (*Ibidem*: 113).

³⁹ O programa Oakstar é semelhante aos demais já que trabalha com a cooperação de parceiros da NSA, com intuito de acessar sistemas de telecomunicações estrangeiros (*Ibidem*: 112).

para os agentes selecionarem o que consideram suspeito e as informações podem ser acessadas por um programa de busca, chamado XKEYSCORE.

2.4.3 PRISM

PRISM é o programa pelo qual a NSA coleta comunicações através de companhias de internet estadunidense, como Microsoft, Yahoo, Google, Facebook, Paltalk, Youtube, AOL, Skype e Apple. O PRISM coleta, identifica, classifica e armazena posts em chats online, e-mails, transferência de arquivos, telefonemas via internet, senhas e Ids, fotos, networking, vídeos, videoconferência e etc. O programa começou a funcionar depois da assinatura do PAA em 2007, mas só ficou conhecido com a liberação dos documentos secretos feita por Snowden, em 2013, que indicavam que o PRISM era um dos principais meios usado pela NSA para a coleta de informação. A apresentação do programa descrevia a plataforma como uma das mais importantes para o *President's Daily Brief*, que cita os dados coletados pelo PRISM diariamente (Washington Post, 2013). Os agentes da NSA podem solicitar uma tarefa ao sistema do PRISM, e receber os dados da empresa de internet, sem ter qualquer interação com os funcionários da companhia (Greenwald, 2014: 116).

As companhias são obrigadas a passarem os dados e informações solicitados pelos serviços de inteligência dos EUA, em troca da imunidade em processos judiciais. Em 2008, o Congresso deu ao Departamento de Justiça autoridade para, juntamente com o FISC, obrigar uma empresa relutante a cumprir com as demandas da CI. A monitorização em massa revela-se uma característica fundamental dos sistemas existentes.

2.4.4 QUANTUM INSERT

Quantum é o método de implantação de malware usado pela NSA para poder investigar o conteúdo acessado por uma pessoa e os arquivos armazenados por esta, mesmo não conectados à internet. Um malware é um software usado para invadir um sistema de computador, com intuito de roubar informações, causar danos ou realizar alterações na configuração. Assim como os demais programas, o Quantum Insert também é usado pela GCHQ, que usava páginas falsas de sites da internet para instalar os malware e invadir computadores de pessoas importantes, no caso, os alvos principais eram engenheiros de companhias de telecomunicação e internet, que tinham acesso a informações relevantes e poderiam contribuir para acessar outros sistemas e aumentar a vigilância global (Spiegel,

2013). Este tipo de atividade impacta diretamente na liberdade dos cidadãos, através da incursão em meios privados.

2.4.5 XKEYSCORE

O Xkeyscore é um programa de buscas e base de dados da NSA, que também é compartilhado com outros membros do *Five Eyes*, e tem acesso às informações coletadas pelos demais programas (metadata e comunicações). Através dele, é possível pesquisar por endereços de email, número de telefone, endereço de IP, conteúdo de mensagens eletrônicas, etc. O Xkeyscore é considerado importante para a CI pela sua capacidade de vigiar as atividades nas redes sociais, que o governo estadunidense considera vital para compreender a vida pessoal dos alvos. O programa começou a ser usado em 2007 e, de acordo com Greenwald (2014: 162), ele permitiu um salto no poder de vigilância da NSA, por se tratar do sistema de maior alcance para coleta de dados eletrônicos. Um dos documentos do Xkeyscore alega que o programa capta “praticamente tudo o que um usuário típico faz na internet” (*ibidem*: 162), podendo até monitorar atividades na internet em tempo real. O alcance destes programas revela o grau de intromissão em sistemas públicos e privados, não só nos EUA mas também mais além. A monitorização em massa está subjacente, legitimada pelo medo que os ataques do 11 de setembro causaram e que o discurso veio reforçar, sob a forma de ameaça permanente e da necessidade de desenvolver mecanismos mais sofisticados para dar resposta às novas ameaças do terrorismo, que se disfarça sob comunidades e indivíduos com identidades muitas vezes padronizadas no estilo ocidental.

Os analistas da NSA não precisam submeter nenhum pedido a um supervisor, basta preencher um formulário em que deve justificar a vigilância a determinada pessoa, e o sistema devolve a informação solicitada. A capacidade de coleta do programa é surpreendente, em trinta dias, no ano de 2012, o Xkeyscore era capaz de coletar mais de 41 bilhões de registros. O armazenamento do programa é reduzido, por isso, ele retém o conteúdo da vigilância por 3-5 dias, quando as informações são passadas para outros programas de armazenamento, como o Agility e Pinwale, onde podem ficar por mais tempo (*ibidem*: 169). Estes são exemplos claros de como a preocupação com a segurança se materializa em formas de vigilância concretas e diversas, bem como muito poderosas no seu alcance.

2.5 Espionagem dos EUA aos países aliados

“They’re your friends today and they’re your enemies tomorrow, and when they’re on your side find out as much as you can about them because you can’t when they become your enemy” – Carter Clarke (Aid, 2009: 18)

A partir dos documentos divulgados por Snowden, descobriu-se a capacidade da NSA em coletar dados em escala global. Em apenas um mês, uma unidade da agência, a *Global Access Operations*, era capaz de recolher mais de 97 bilhões de e-mails e 124 bilhões de chamadas do mundo inteiro, sendo destes, 500 milhões de dados coletados da Alemanha, 2.3 bilhões do Brasil, e 135 bilhões da Índia (Greenwald, 2014). Esta capacidade é indicativa do poder destas agências e do poder que a informação lhes confere, ao tornarem-se atores privilegiados em matéria de decisão política.

Para Bauman *et al* (2014), a vigilância em larga escala elimina as fronteiras nacionais, criando incertezas em relação ao que é de interesse doméstico ou internacional e os dados recolhidos transformam todos em suspeitos ao invés de inocentes em princípio. Era nessa crença que o general Keith B. Alexander, que ficou à frente da NSA por nove anos (2005-2014), acreditava, já que seu lema era “colem tudo” (Greenwald, 2014). E foi nessa lógica que os Estados Unidos conseguiram eliminar a privacidade eletrônica no mundo. Nem mesmo os líderes de governo estariam imunes. Mais de 29 números de telefones de políticos brasileiros, incluindo o da presidente à época, Dilma Roussef, foram grampeados em 2014 (Wikileaks, 2015). Na Alemanha, a chanceler Ângela Merkel também viu suas comunicações e de mais 56 políticos alemães interceptadas pela agência estadunidense (Wikileaks, 2015a). O presidente do México à época, Felipe Calderón, teve sua conta pública de e-mail acessada e interceptada pela agência em 2010, com o objetivo de saber o que se passava no país vizinho, principalmente na área econômica (Spiegel, 2013a). Apesar do discurso da NSA de coletar informações de suspeitos de terrorismo, fica claro que a vigilância também tem objetivos econômicos, políticos e diplomáticos. A publicitação desta dimensão no trabalho das agências de informação veio reforçar a ideia da vigilância em massa, visando um controle abrangente dos indivíduos e das sociedades. A capacidade de interceptar informação variada de países aliados e outros demonstra também o poder crescido, enquanto questionando a legitimidade para tais atos. Apesar das configurações

legislativas e de exceção aprovadas, muitas destas medidas parecem extravasar o alcance jurídico estabelecido. O contexto de medo estabelecido no pós-11 de setembro assume capacidade de legitimador junto à opinião pública dessa vigilância em massa tendo por base a segurança do Estado e dos cidadãos.

Além dos programas citados na secção anterior, a NSA utiliza outros programas para vigiar líderes mundiais, como o Dropmire, usado para vigiar embaixadas estrangeiras e diplomatas e o programa Stateroom, usados em consulados e embaixadas. Só o Dropmire tinha 38 missões em embaixadas, com o objetivo de vigiar as comunicações entre os diplomatas e seus governos. A lista de vigiados incluía, desde os países com quem os EUA tem diferenças ideológicas, até aliados, como embaixadas francesas, italianas e gregas (The Guardian, 2013a). Esta intromissão nos assuntos dos seus aliados leva a questionar políticas de partilha de informação em matérias sensíveis, como aquelas relacionadas com o terrorismo, evidenciando desconfiança da parte das autoridades dos EUA face aos seus parceiros. Este tipo de atividades gerou enorme controvérsia junto de aliados tradicionais, quanto ao grau de confiança, bem como quanto à legitimidade para tal tipo de atuação.

2.5.1 Vigiando a Europa

De acordo com Barber (2003: 24), enquanto os Estados Unidos lutavam contra o terrorismo no Oriente Médio, os terroristas do Oriente Médio continuavam a andar tranquilamente pela Inglaterra, Alemanha e até em território estadunidense. Dessa maneira, fazia-se necessária a investigação de tais terroristas, para que o terror fosse neutralizado, independente se em território estadunidense ou estrangeiro.

A União Europeia representa o maior aliado dos Estados Unidos, não só comercialmente, mas também na manutenção da paz no continente e na luta contra o terrorismo. Não seria necessário vigiar os próprios aliados, certo? Não foi bem isso o que os documentos divulgados por Snowden mostraram. Além de orquestrarem uma vigilância em massa em território nacional, os EUA também vigiavam cidadãos comuns estrangeiros e líderes mundiais. A NSA foi capaz de atacar o servidor da unidade diplomática da União Europeia em Washington, tendo acesso a conversas nas salas da UE, bem como e-mails, e documentos dos funcionários e diplomatas da embaixada (The Guardian, 2013a). Um dos documentos secretos da NSA contém uma lista de 38 embaixadas e missões europeias (como as da França, Itália e Grécia), as descrevendo como alvos, e que tiveram seus escritórios

espionados pela agência, através de sistemas de inteligência como o Dropmire, com intuito de coletar informações de possíveis desentendimentos políticos sobre assuntos globais e outras discórdias entre Estados membros (*Ibidem*). Isso reflete a necessidade dos Estados Unidos em interceptar o maior número de comunicações para se prevenir de possíveis ameaças e também para poderem se aproveitar das informações que detém para suas próprias estratégias políticas, econômicas, militares e etc.

Segundo os documentos liberados por Snowden, a NSA realizou uma operação de vigilância durante os Jogos Olímpicos na Grécia, em 2004, uma prática comum à agência, que realiza essas operações em Olimpíadas com pretexto de garantir a segurança. Após o término dos jogos, as estruturas montadas para interceptar comunicações foram mantidas para investigar e espionar líderes gregos nos anos seguintes (Edward Snowden, 2015). Estas atividades foram mantidas fora do conhecimento das autoridades locais, permanecendo fora dos contornos legais e questionando as ligações políticas entre ambos os países.

Em 2010, a GCHQ, parceira da NSA, conseguiu instalar um malware nos computadores da Belgacom, principal companhia de telecomunicação da Bélgica, através de softwares providenciados pela Microsoft. A partir de então, a agência de inteligência passou a ter acesso aos dados operados pela companhia, que oferece seus serviços aos cidadãos comuns e a membros do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia e do Conselho Europeu (The Intercept, 2014). A complexidade do malware instalado na Belgacom e a importância dos dados coletados através desse programa, cujo objetivo era espionar telefones usados por alvos de vigilância que viajam pela Europa e conversavam com outras pessoas fora da Bélgica, ao redor do globo, mostram que as agências de inteligência combinam as melhores tecnologias, de maneiras lícitas ou ilícitas para construir uma rede de vigilância em massa, que forneça dados privilegiados.

Na Polônia, documentos mostram que, por dia, mais de três milhões de ligações eram interceptadas pela NSA, e no final de trinta dias, somavam 71 milhões (Greenwald, 2014: 106). Na Espanha, no período de um mês a NSA era capaz de interceptar mais de 60 milhões de comunicações (El Mundo, 2013). Na Noruega, foram mais de 33 milhões de comunicações por mês. Na Itália, foram mais de 46 milhões de comunicações interceptadas em um mês. Além disso, o primeiro ministro Silvio Berlusconi foi outro líder mundial a ser espionado pela NSA, que mantém uma base dos serviços de inteligência estadunidenses na Itália desde 1988. Segundo documentos publicados pelo Wikileaks (2016), o então premier italiano teve um diálogo interceptado com o então primeiro-ministro israelense, Benjamin

Netanyahu, em que Berlusconi prometia auxiliar o governo de Israel em suas questões pendentes com os Estados Unidos. Outro momento em que Berlusconi foi espionado se refere a uma reunião que teve com a chanceler alemã, Angela Merkel, e o então presidente francês, Nicolas Sarkozy, em 22 de outubro de 2011, quando os três conversaram sobre os problemas financeiros italianos.

A França também teve as comunicações interceptadas pela NSA. Em um dos documentos divulgados por Snowden, descobriu-se que no período de 10 de dezembro de 2012 a 8 de janeiro de 2013, mais de 70 milhões de registros de telefones de cidadãos franceses eram coletados pela agência estadunidense (Le Monde, 2013). Segundo o Wikileaks (2015b), os Estados Unidos construíram uma rede de vigilância na França, a partir de 2002, que agia em diversas áreas: interceptação de todos os contratos corporativos e negociações do governo francês avaliadas em mais de U\$ 200 milhões; espionagem das comunicações do ministro das finanças, do embaixador francês nos Estados Unidos, do ministro das relações exteriores do país e outros líderes governamentais. Os documentos mostram deliberações econômicas e políticas francesas sobre a Organização Mundial do Comércio (OMC), o G7, o G20, o orçamento francês, o declínio da indústria automotiva, e outros envolvimento econômicos do país com demais nações. É possível perceber que os interesses estadunidenses em vigiar seus próprios aliados fugiam a justificativa da segurança, e passavam a englobar outros assuntos políticos, econômicos, militares e etc., que dariam ao país maior controle sobre as ações dos demais Estados.

A partir dos documentos liberados por Snowden, descobriu-se que a NSA tinha acesso aos dados e informações das companhias de telecomunicações Telekom, a principal da Alemanha, que tem mais de 60 milhões de clientes, e a Netcologne, uma companhia regional localizada na cidade de Colônia, que tem mais de 400 mil clientes. Além das companhias, a GCHQ interceptava sinais vindos de satélites alemães, capazes de fornecer internet a regiões remotas do globo, principalmente na África (Spiegel, 2014). No período de um mês, em 2012, a NSA era capaz de coletar mais de 500 milhões de metadados só em território alemão. Segundo o jornal *The Intercept* (2014b), a chanceler alemã, Angela Merkel, foi colocada em uma lista de 122 líderes mundiais que são alvos de espionagem pela NSA. Os documentos, divulgados pelo Wikileaks (2015a), mostram a preocupação da NSA em interceptar comunicações da chanceler no que concerne a questões econômicas, como os planos alemães para responder à crise financeira internacional e o resgate aos bancos europeus, bem como questões pertinentes à política, como a opinião pessoal de Merkel em

relação ao compromisso dos EUA com o Iran, fornecida em uma conversa com o príncipe dos Emirados Árabes. Além da chanceler, outros líderes e assessores parlamentares tiveram suas ligações interceptadas, o que mostra a complexidade da espionagem estadunidense aos aliados, em que os objetivos vão além da justificativa de segurança.

Os Estados Unidos passaram a vigiar e espionar muitos de seus aliados, mas o que pouco se sabia, também, é que em muitos casos, quem abria a porta para a NSA entrar em seus sistemas, eram os próprios aliados. Segundo o jornal *Zeit*, através de documentos divulgados por Snowden, descobriu-se que o BND (*Bundesnachrichtendienst*), escritório de inteligência alemão, firmou um acordo com a NSA, em 2013, em que cederia todas as informações coletadas por eles em território alemão à agência estadunidense, em troca dos direitos de usar o Xkeyscore (*Zeit*, 2015). De acordo com o jornal *Spiegel* (2014), a NSA possui bases em território alemão que datam da Guerra Fria, em cidades como Frankfurt, Berlim e Stuttgart, e que funcionam até hoje, muitas com o consentimento do governo alemão. Além da Alemanha, os serviços de inteligência francês, italiano, espanhol e sueco contribuíam com a GCHQ e a NSA, através de interceptação de cabos de fibra ótica e comunicações via empresas de telefonia, e repassavam as informações coletadas às agências britânicas e estadunidense (*The Guardian*, 2013b).

Segundo Bauman *et al* (2014: 125), a alta coleta de dados e informações através das redes torna impossível saber a diferença entre nacionais e estrangeiros, isso porque diferentes serviços de inteligência se comunicam e trocam serviços e informações. Sendo assim, o que é nacional e o que é estrangeiro é irrelevante aos olhos dos serviços de inteligência e, são aceitos quando se trata de uma vigilância aos cidadãos e a favor da segurança contra o terrorismo e outras ameaças transnacionais. E é por isso que as agências de inteligência se comunicam e trocam informações, em nome de acabar com uma ameaça em comum. Porém, quando a espionagem tem como alvos os líderes governamentais, há a percepção de que os serviços de inteligência, tanto estadunidense quanto britânico, tenham passado dos limites, uma vez que tratam da mesma forma inimigos e aliados, vigiando e espionando tudo e a todos.

2.5.2 Respostas dos EUA aos documentos liberados

Diante à crise, o governo Obama respondeu às críticas de que o Ato Patriota e o sistema de vigilância da NSA feriam as liberdades individuais garantidas pela constituição,

com o apoio à criação do *USA Freedom Act (Uniting, and Strengthening America by Fulfilling Rights and Ending Eavesdropping, Dragnet-collection and Online Monitoring Act)*. Assim, o Ato Patriota deixaria de existir em 31 de maio de 2015 para dar lugar ao *USA Freedom Act*.

A nova lei traz algumas mudanças em relação à anterior: a NSA não pode fazer uma coleta massiva de dados, e sim focar em uma pessoa específica, em um número de telefone ou aparelho, que eles considerem ter ligações ao terrorismo, que tem que ser comprovada; a agência tem que fazer um relatório anual detalhando todas as atividades de espionagem que realizaram no ano anterior, porém, respeitando a segurança nacional; as companhias telefônicas que serão as armazenadoras de dados, e a NSA tem que pedir uma autorização individual para obter tais registros; as companhias ou servidores que receberem uma ordem do governo americano para fornecerem os dados, podem, a partir de agora, tornar essa ordem pública. Porém, algumas sessões do Ato Patriota foram mantidas, como: *roving wiretap*, que permite aos agentes a espionagem de uma determinada pessoa que usa múltiplos telefones; *lone wolf*, que permite a espionagem de um indivíduo suspeito de ter ligação a um grupo terrorista (Estados Unidos da América, 2015).

Apesar das mudanças, existe uma incerteza entre os defensores das liberdades civis, uma vez que o PAA ainda está em vigor e que pouco se fala das informações que já foram coletadas. Os grampos foram extintos? As informações coletadas em massa foram apagadas? E internacionalmente, os cidadãos comuns e os chefes de Estado continuarão a ser espionados? São muitas as dúvidas que pairam pelo ar e poucas respostas. O que se pode perceber é que existe uma tentativa do governo Obama em atender as demandas da sociedade por mais transparência e maior respeito às liberdades e direitos civis, porém, na prática, pouco se sabe sobre o que a NSA e as outras agências da Comunidade de Inteligência fazem em seus escritórios, se continuam a orquestrar uma vigilância em massa, incluindo a espionagem aos aliados. Além disso, a temática da segurança é ainda evocada para justificar a política de inteligência dos Estados Unidos, de vigiar tudo e a todos, em busca de culpados, e não de vigiar apenas os suspeitos.

Capítulo 3. Securitização da Vigilância dos Estados Unidos

A temática da segurança voltou a fazer parte do noticiário e da preocupação da população após o 11 de setembro. Até então, com o fim da Guerra Fria e durante a década de 1990, tinha-se a noção de que as questões econômicas seriam mais importantes a serem analisadas e deveriam receber o olhar atento de todas as nações.

Os ataques às Torres Gêmeas, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington, trouxeram de volta a percepção de que os Estados deveriam se preocupar com questões securitárias. E, apesar do evento ter ocorrido em solo estadunidense, os Estados Unidos não deveriam ser os únicos a se preocuparem em se proteger.

O argumento principal deste trabalho é o de que a política de vigilância e espionagem aos países aliados dos Estados Unidos sofreu influência direta do processo de securitização do terrorismo, que tomou forma depois dos atentados de 11 de setembro. Para verificar se a segurança estadunidense contra terroristas foi utilizada como justificativa para a espionagem aos aliados, buscou-se mostrar no capítulo 1 os fundamentos e dinâmicas da Teoria de Securitização e do Estado de Exceção. Já no segundo capítulo, foram apresentados a evolução do sistema de vigilância dos EUA, bem como os principais dispositivos utilizados pelo país para investigar outros países e como intensificaram a espionagem e política de vigilância no pós-11 de setembro. Neste capítulo, busca-se analisar se o processo de decisão dos Estados Unidos em vigiar os aliados deu-se sob a securitização do terrorismo e no âmbito do Estado de Exceção agambeniano.

Para tanto, o capítulo começa com a explicação do processo de securitização do terrorismo, depois explica o Estado de Exceção em vigor nos Estados Unidos, para então, mostrar a política de vigilância estadunidense em relação aos aliados e as justificativas de tal. Apesar do trabalho focar na política de vigilância dos Estados Unidos, é importante compreender como se deu a construção do terrorismo como inimigo do país e do mundo ocidental e da consequente aceitação do público em relação as políticas de exceção adotadas pelo país em relação a espionagem e a vigilância.

3.1 Securitização do Terrorismo

Os ataques de 11 de setembro representaram a primeira grande ofensiva em território estadunidense depois dos ocorridos em Pearl Harbor. Assim como aconteceu no período da Segunda Guerra Mundial, a política externa dos Estados Unidos mudaria para atender as novas demandas securitárias do país. O que aconteceu no país mostrou a vulnerabilidade deste, colocando em dúvida a segurança global (Pecequillo, 2011, 375).

Política externa, ou mais precisamente, a guerra ao terrorismo, tornou-se a missão definitiva da presidência dele (Bush). O mal de repente tinha uma cara e uma identidade, e até um *locus*. Agora que isso deixou de ser uma mera abstração, Bush e seus conselheiros tinham que descobrir como lidar com isso⁴⁰ (Daalder e Lindsay, 2003: 80).

Já na noite dos atentados, o presidente Bush discursou sobre o que havia acontecido naquela manhã e como os valores estadunidenses haviam sido atacados por terroristas. Foi nesse primeiro discurso, também, que Bush fez referência a luta do bem contra o mal: “Hoje, nossa nação viu o mal – o pior da natureza humana – e nós respondemos com o melhor da América⁴¹” (Bush, 2001b).

Depois dos atentados de 11 de setembro, os EUA iniciaram uma caçada ao que eles chamaram de terroristas, responsáveis pela autoria dos ataques. A chamada Guerra Mundial ao Terror (*Global War on Terror*) deu início a um processo de securitização do terrorismo, não só em território estadunidense como mundial. Logo após os atentados, em 20 de setembro de 2001, o presidente George W. Bush discursou em favor de uma guerra mundial ao terror: “Nossa guerra ao terrorismo começa com a Al Qaeda, mas não termina aí. Ela não vai terminar até que o último grupo terrorista seja encontrado, parado e eliminado⁴²” (Bush, 2001c).

Nesse momento se dá a construção do discurso do bem *versus* mal, que é vista neste contexto como estadunidenses *versus* terroristas (ou todos aqueles que são contra os ideais dos EUA e seus aliados). É possível enxergar nos discursos e documentos governamentais a

⁴⁰ Tradução livre da autora: “Foreign policy, or more precisely, the war on terrorism, became the defining mission of his presidency. Evil suddenly had a face and an identity, even a locus. Now that it was more than an abstraction, Bush and his advisers had to figure out how to deal with it” (Daalder; Lindsay, 2003: 80).

⁴¹ Tradução livre da autora: “Today, our nation saw evil -- the very worst of human nature -- and we responded with the best of America” (Bush, 2001b).

⁴² Tradução livre da autora: “Our war on terror begins with Al Qaida, but it does not end there. It will not end until every terrorist group of global reach has been found, stopped, and defeated” (Bush, 2001c).

existência da dicotomia amigo *versus* inimigo e a exaltação aos valores liberais dos Estados Unidos, como algo que seja o certo e ideal ao mundo, bem como a benevolência dos cidadãos estadunidenses, que respondem aos ataques com aquilo que tem de melhor e tem piedade dos povos que ainda não se encontram em sistemas democráticos e gozam da liberdade de direitos, como vemos no discurso abaixo de Bush:

Nós estamos em um conflito entre o bem e o mal, e a América vai chamar o mal pelo seu nome. Confrontando o mal e os regimes sem lei, nós não criamos um problema, nós revelamos um problema. E nós vamos liderar o mundo em oposição a ele⁴³ (Bush, 2002c).

Segundo Barber, a arma mais potente de um terrorista é o medo que ele deixa no imaginário das pessoas, e não a sua própria capacidade de matar. “(...) já que o medo é a única arma do terrorismo, o primeiro trabalho do terrorista (...) é iniciar o contágio⁴⁴” (Barber, 2003: 24). A partir de então, a disseminação do medo se torna automática e, no caso dos EUA, o governo tem papel importante no aumento da sensação de pavor. O medo passa a fazer parte da rotina dos estadunidenses e esse sentimento é perpetuado por informações divulgadas pelo governo, para que a população o apoie incondicionalmente em suas ações (Pecequilo, 2011: 394).

Nesse sentido, pode-se dizer que o governo estadunidense contribuiu para acelerar o sentimento de medo que os ataques de 11 de setembro e o terrorismo, por consequência, geraram na população. É por isso também, que podemos falar em um processo de securitização do terrorismo nos Estados Unidos pós-ataques, em que enxergamos a invocação do mal em discursos, como este: “nós não podemos entender completamente o desenho e poder do mal. Só é necessário saber que o mal, assim como bem, existe. E nos terroristas, o mal achou um servente⁴⁵” (Bush, 2001d).

Além dos discursos do Presidente, Congressistas e Chefes de Estado, é possível perceber a securitização do terrorismo em outros documentos. Como já explicado no capítulo 1, a securitização não se dá apenas com um discurso sobre o tema. Na verdade, ele é apenas o início do processo, que só é efetivo quando há a aceitação da audiência em relação a ameaça apontada pelas falas e documentos do agente securitizador (Buzan *et al*, 1998: 25).

⁴³ Tradução livre da autora: “We are in a conflict between good and evil, and America will call evil by its name. By confronting evil and lawless regimes, we do not create a problem, we reveal a problem. And we will lead the world in opposing it” (Bush, 2002d).

⁴⁴ Tradução livre da autora: “because fear is terrorism’s only weapon, the terrorist’s primary job (...) is to initiate the contagion” (Barber, 2003: 24).

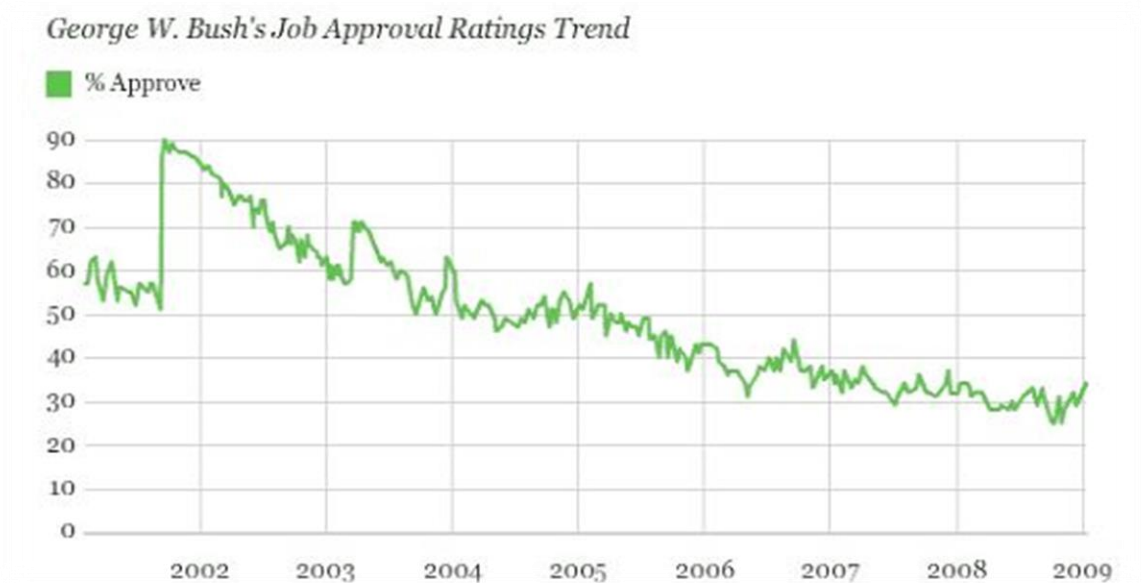
⁴⁵ Tradução livre da autora: “We cannot fully understand the designs and power of evil. It is enough to know that evil, like goodness, exists. And in the terrorists, evil has found a willing servant” (Bush, 2001d).

É possível dizer que a securitização do terrorismo teve sucesso, uma vez que teve aceitação do público em nível mundial e que as medidas emergenciais tomadas pelos Estados Unidos também tiveram consentimento global. A resolução 1373 (2001) assinada pelo Conselho de Segurança da ONU seria um desses instrumentos realizados após o 11 de setembro que mostra a aceitação ao discurso estadunidense, já que estabelecia parâmetros internacionais contraterrorismo, como: (a) a criminalização do financiamento ao terrorismo; (b) congelamento de fundos ligados a pessoas envolvidas com terrorismo; (c) impedimento a concessão de abrigo a terroristas; (d) compartilhamento de informações com outros países sobre a investigação, detecção, prisão, extradição de envolvidos com terrorismo; (e) criminalização da assistência ao terrorismo.

Um processo de securitização só tem sucesso quando um tema é apresentado como ameaça ao Estado, no caso o terrorismo seria a ameaça à segurança dos Estados Unidos, depois a audiência aceita o discurso e, por fim, o governo passa a tomar medidas emergenciais para neutralizar a ameaça. Assim, o governo estadunidense passou a usar de medidas excepcionais para lutar contra o terrorismo. A partir de então, iniciou-se uma estratégia contraterrorismo de quatro pilares:

- i) Não permitir nenhuma concessão ou margem para acordo com terroristas;
- ii) Trazer os terroristas à justiça pelos crimes que cometeram;
- iii) Isolar e pressionar Estados que patrocinam o terrorismo para forçá-los a mudar de comportamento;
- iv) Fortalecer as capacidades de contraterrorismo dos países que trabalham com os Estados Unidos e necessitam de ajuda (Estados Unidos, 2003).

Além disso, é possível enxergar a aceitação da audiência em relação a securitização do terrorismo em diversos sentidos, até mesmo na aceitação do presidente. Bush teve o mais alto nível de popularidade presidencial da história dos Estados Unidos, passando de 51% antes dos atentados a 90% nos primeiros dez dias pós-atentados, como observado no gráfico abaixo:



Fonte: Gallup

Segundo Buzan *et al* (1998: 26), a securitização de um tema faz com que sejam adotadas medidas emergenciais, saindo da esfera da política normal para a excepcional, que pressupõe confidencialidade e desconsideração dos mecanismos institucionais existentes. Waever (1995) cita a “política do pânico” em que justifica a adoção da confidencialidade e de medidas que seriam consideradas em outros momentos como ilegais a partir da quebra das regras normais.

A *Authorization for Use of Military Force Against Terrorists* (AUMF) pode ser considerada como uma dessas medidas emergenciais tomadas pelo Congresso dos EUA no combate ao terrorismo, em 14 de setembro de 2001. O documento concede ao presidente a autorização para tomar qualquer medida necessária contra o terrorismo:

Em geral – Que o Presidente está autorizado a usar toda força necessária e apropriada contra outras nações, organizações, ou pessoas que ele determine que planejaram, autorizaram, cometeram, ou ajudaram os ataques terroristas que ocorreram no dia 11 de setembro de 2001, ou que deram refúgio a essas organizações ou pessoas, para prevenir quaisquer outros atos terroristas no futuro

contra os Estados Unidos por tais organizações ou pessoas⁴⁶ (Estados Unidos, 2001b: 1).

Além do AUMF, o Congresso aprovou por unanimidade a Lei Antiterrorismo, que ampliou o poder das agências federais e locais, instalou tribunais militares de exceção, relativizou, por parte do Departamento de Justiça, a definição de tortura, autorizou a prisão e isolamento de suspeitos de terrorismo e o monitoramento de telefones, computadores e correio, movimentação bancária e invasão de privacidade da população estadunidense (Pecequillo, 2011: 379). O Ato Patriota foi a lei adotada para regulamentar esse monitoramento em massa, indo contra aos direitos dos cidadãos do país (ver seção 3.2). A criação do DHS se dá nesse contexto de Guerra do Terror e, como vimos no capítulo anterior, além de aumentar a complexidade da coordenação da Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos, seria mais um aparato legal no combate ao terrorismo e mais um exemplo de uma medida com consentimento do governo e população.

O medo e a insegurança do momento ajudaram o Congresso na aprovação de medidas com poder de restrição das liberdades individuais domésticas. No âmbito internacional, o governo Bush passou a receber poderes adicionais na luta contra o terrorismo através de medidas que desobstruíam as normas e regras internacionais, como por exemplo o tratamento dado aos prisioneiros de guerra, que mostravam um claro descumprimento às leis de direito humanos. As duas grandes intervenções orquestradas no pós-11 de setembro marcaram esse período de guerra ao terror. A intervenção ao Afeganistão se deu em 2001 com a aprovação do CSNU, o que mostra a aceitação da comunidade internacional às medidas emergenciais tomadas pelos Estados Unidos. Já a segunda, a invasão ao Iraque, em 2003, aconteceu sem o aval do Conselho, através de um posicionamento unilateral dos EUA. É nesse sentido que podemos vislumbrar a existência de um processo de securitização do terrorismo no pós-11 de setembro, em que as medidas excepcionais tomadas pela administração Bush são aceitas pela sociedade, para que o sentimento de segurança volte a fazer parte do cotidiano das pessoas, e não mais o medo.

⁴⁶ Tradução livre da autora: “In general.—That the President is authorized to use all necessary and appropriate force against those nations, organizations, or persons he determines planned, authorized, committed, or aided the terrorist attacks that occurred on September 11, 2001, or harbored such organizations or persons, in order to prevent any future acts of international terrorism against the United States by such nations, organizations or persons” (Estados Unidos, 2001b: 1).

3.1.1 A Doutrina Bush

Após o final da Guerra Fria, os Estados Unidos estavam em uma realidade unipolar, em que nenhuma potência poderia enfrentar o poder do país. Nesse contexto, os EUA viam-se como a nação capaz de manter a paz, através da disseminação da democracia e ideais liberais. É possível perceber essa filosofia em um dos primeiros discursos de Bush como presidente dos EUA, em fevereiro de 2001, em que ele afirma que a “América tem uma janela de oportunidades para estender e assegurar a nossa paz atual através da promoção do internacionalismo americano⁴⁷” (Bush, 2001a). Neste mesmo discurso, Bush afirma que o país precisa de uma estratégia clara e uma reforma militar para combater as novas ameaças do Século XXI, que detém o poder de armas de destruição em massa e poderiam acabar com a paz mundial. “Uma América forte é a melhor opção para a paz e Liberdade no mundo⁴⁸” (*ibidem*).

É interessante perceber que existe a construção de um discurso em que os Estados Unidos seriam a “nação indispensável” e a única capaz de proteger os valores democráticos e liberais. Apesar disso, Bush ainda não tinha um inimigo claro para associar à política de disseminação (e o que se viu depois, imposição) da democracia em outros Estados. Depois do 11 de setembro, os objetivos mantiveram-se, mas a realidade de um inimigo da democracia e da liberdade, fez com que o país tratasse o terrorismo como motor de sua ação de propagação de seus valores (Pecequilo, 2011: 394).

(...) nós somos um país despertado para o perigo e chamado para defender a liberdade. Nosso sofrimento transformou-se em raiva e a raiva em resolução. Se levamos nossos inimigos à justiça, ou trazemos a justiça aos nossos inimigos, a justiça será feita⁴⁹ (Bush, 2001c).

O terrorismo, por se tratar de uma ameaça transnacional, poderia ser considerado como de difícil assimilação, por isso, o governo dos Estados Unidos personificou o terror na imagem de Osama Bin Laden, e depois Saddam Hussein (Pecequilo, 2011: 394). A estratégia adotada de divulgação dos inimigos da América, fez com que Bush conseguisse justificar a invasão ao Afeganistão, dentro do que ele chamou de “guerra ao terror”.

⁴⁷ Tradução livre da autora: “America has a window of opportunity to extend and secure our present peace by promoting a distinctly American internationalism” (Bush, 2001a).

⁴⁸ Tradução livre da autora: “A strong America is the world's best hope for peace and freedom” (Bush, 2001a).

⁴⁹ Tradução livre da autora: “Tonight we are a country awakened to danger and called to defend freedom. Our grief has turned to anger, and anger to resolution. Whether we bring our enemies to justice, or bring justice to our enemies, justice will be done” (Bush, 2001c).

Este grupo e seu líder – uma pessoa chamada Osama Bin Laden – estão ligados a muitas outras organizações em diferentes países (...) Eles são recrutados nas suas próprias nações e vizinhança e levados a campos em lugares como o Afeganistão, onde eles são treinados nas táticas do terror⁵⁰ (Bush, 2001c).

No *State of the Union Address*⁵¹, realizado em 29 de janeiro de 2002, o presidente Bush focou nos assuntos de segurança nacional e deu nome ao “eixo do mal”, formado por Iraque, Irã e Coreia do Norte, que continuavam a desenvolver armas de destruição em massa: “Estados como este e seus aliados terroristas constituem um eixo do mal, se armando para ameaçar a paz do mundo⁵²” (Bush, 2002). Além da instrumentalização da Guerra ao Terror, Bush já dava indícios de seus próximos passos, dizendo que a guerra tinha apenas começado e que mesmo que nações se recusassem a agir contra o terrorismo, a “América” o faria para manter a segurança estadunidense e mundial. Nesse sentido, o governo dos EUA aumentou os gastos com o departamento de defesa, em 81% do orçamento, só no ano de 2001 (QDR, 2006: 44), algo que não se via desde o final da Guerra Fria.

Em setembro, o discurso daria lugar à uma nova medida de segurança. A Estratégia Nacional de Segurança de 2002 (*National Security Strategy*) deve ser vista como um documento importante na construção do inimigo e do medo no processo de securitização do terrorismo. Ela ficou conhecida como o fio condutor do que viria a ser chamado de Doutrina Bush e reduzia o mundo entre aliados e inimigo dos Estados Unidos e da democracia: “Liberdade e o medo estão em guerra, e não haverá uma saída rápida e fácil para este conflito⁵³” (NSS, 2002: 7). O objetivo do presidente e seus secretários era que os EUA pudessem, não só identificar uma ameaça, como agir unilateralmente, se preciso, para contrabalanceá-la: “o único caminho para a paz e a segurança é o caminho da ação” (NSS, 2002).

A Doutrina Bush se estruturou em quatro pilares principais:

⁵⁰ Tradução livre da autora: “This group and its leader — a person named Osama bin Laden — are linked to many other organizations in different countries (...) They are recruited from their own nations and neighborhoods and brought to camps in places like Afghanistan, where they are trained in the tactics of terror” (Bush, 2001c).

⁵¹ O *State of Union Address* é um relatório apresentado pelo presidente dos Estados Unidos anualmente em uma sessão conjunta do Congresso e Senado do país. No discurso são apresentados pontos conquistados pelo governo, valores e também o que o presidente reserva para o próximo ano, que precisa da colaboração e aprovação do Congresso.

⁵² Tradução livre da autora: “States like these and their terrorist allies constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world” (Bush, 2002).

⁵³ Tradução livre da autora: “Freedom and fear are at war, and there will be no quick or easy end to this conflict” (NSS, 2002: 7).

- a) A percepção da existência de diversas ameaças internacionais que só podem ser derrotadas com políticas rigorosas, como a guerra preventiva;
- b) A disposição de agir unilateralmente quando necessário;
- c) A ideia de que para a manutenção da paz global seria necessário a manutenção da hegemonia estadunidense;
- d) A importância de transformar regimes ditatoriais em democracias, uma vez que estes influenciam na formulação da política externa e que se fossem democracias poderiam mudar a política internacional (Jervis, 2003).

Na visão do governo estadunidense, regimes autoritários e corruptos, com pretensão de hegemonia regional, que oprimem sua população, propiciam o surgimento de terroristas, que fazem uso de agressões físicas para chamar atenção aos seus ideais. Por isso, a NSS (2002: 4) buscava a mudança de regime no combate a essas ameaças, garantindo que “os aliados do terror são os inimigos da civilização⁵⁴”. A NSS de 2002 reorientou a política de defesa do país, traçando a diferença entre ação preventiva e preemptiva⁵⁵, e que os Estados Unidos deveriam estar preparados para usá-las no combate a ameaças à segurança nacional. Os inimigos dos EUA seriam os grupos terroristas, os *rogue states* e os Estados fracassados. O documento fala que a prevenção se daria através da cooperação internacional e que, se essa não fosse possível, os EUA poderiam agir unilateralmente (Pecequilo, 2011: 399).

Nós devemos estar preparados para parar os *rogue states* e seus clientes terroristas antes que eles sejam capazes de ameaçar e usar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e nossos aliados e amigos. Nossa resposta deve aproveitar ao máximo da força das nossas alianças, do estabelecimento de novas parcerias com antigos adversários, da inovação no uso das forças militares, modernas tecnologias (...), e do aumento da coleta e análise de inteligência⁵⁶ (NSS, 2002: 14).

⁵⁴ Tradução livre da autora: “the allies of terror are the enemies of civilization” (NSS, 2002: 4).

⁵⁵ A ação preemptiva reconhece que uma nação não precisa ser atacada para tomar medidas de autodefesa, tendo em vista a situação de perigo eminente (Neves, Leonardo Paz, 2009: 125). A ação preventiva decorre de uma estratégia de defesa em relação a uma ameaça de longo prazo. Por isso, na NSS de 2002, o governo estadunidense fala em ação preemptiva, uma vez que se sentia ameaçado pelos terroristas e deveria agir imediatamente, e de ação preventiva, no sentido de que deveria investigar e continuar sua estratégia global contra o terrorismo.

⁵⁶ Tradução livre da autora: “We must be prepared to stop rogue states and their terrorist clients before they are able to threaten or use weapons of mass destruction against the United States and our allies and friends. Our response must take full advantage of strengthened alliances, the establishment of new partnerships with former adversaries, innovation in the use of military forces, modern technologies (...), and increased emphasis on intelligence collection and analysis” (NSS, 2002: 14).

A Doutrina Bush encontrou pouca ou quase nenhuma resistência em seus primeiros anos, até a invasão do Iraque, que trouxe críticas internacionais ao modelo de segurança nacional do país (Pecequillo, 2011: 394).

Apesar das críticas ao seu governo, Bush se reelegeu em 2004 com o slogan “mais quatro anos⁵⁷” e ainda com o discurso de guerra ao terror, como podemos perceber em seu discurso de posse em que faz lembrança ao 11 de setembro e alerta para os perigos do terrorismo transnacional:

Nossa maior responsabilidade é a defesa ativa do povo americano. Vinte e oito meses se passaram desde o 11 de setembro – mais de dois anos sem um ataque em solo americano. E é tentador acreditar que o perigo ficou para trás. Essa esperança é compreensível, confortante – e falsa (...). Os terroristas continuam a tramar contra a América e o mundo civilizado. E pela nossa vontade e coragem, esse perigo vai ser derrotado⁵⁸ (Bush, 2004).

A NSS de 2006 vem para atualizar os mesmos paradigmas da NSS de 2002, em que são construídas as ameaças aos Estados Unidos, e reafirmar a importância da guerra ao terror: “nós lutamos contra nossos inimigos estrangeiros ao invés de esperar que eles cheguem ao nosso país⁵⁹” (NSS, 2006). O documento de 2006 traz o terrorismo como algo que tem que ser combatido, tanto na guerra, quanto no campo das ideias. Além disso, reafirma a importância da prevenção ao terrorismo e da instalação de democracias efetivas em países ditatoriais, por se tratarem de patrocinadores e facilitadores dos terroristas.

Nos discursos presidenciais e nos documentos governamentais, percebe-se a construção do inimigo dos Estados Unidos, o terrorismo. De acordo com Weaver (1995:55), a linguagem empregada por um líder pode levar qualquer tema para a área de segurança, o que faz com que o governo ganhe condições para usar de qualquer meio para combater a ameaça latente. É isso o que ocorre com a Doutrina Bush nos EUA, em que o presidente Bush e seus assessores usam os discursos e documentos governamentais para, a todo instante, designar o terrorismo como uma ameaça eminente aos valores estadunidenses, usando termos como “Guerra ao Terror” e “eixo do mal” e, assim, requererem que medidas

⁵⁷ Tradução livre da autora: “Four more Years”

⁵⁸ Tradução livre da autora: “Our greatest responsibility is the active defense of the American people. Twenty-eight months have passed since September 11th, 2001 — over two years without an attack on American soil. And it is tempting to believe that the danger is behind us. That hope is understandable, comforting — and false (...). The terrorists continue to plot against America and the civilized world. And by our will and courage, this danger will be defeated” (Bush, 2004).

⁵⁹ Tradução livre da autora: “we fight our enemies abroad instead of waiting for them to arrive in our country” (NSS, 2006).

especiais sejam tomadas para que a segurança seja mantida, com anuência de uma população enfraquecida pelo medo.

O segundo mandado de Bush não foi mais do que uma continuidade do primeiro, e em meados de 2006, a população já dava indícios do esgotamento do discurso de Guerra ao Terror, quando votaram na maioria Democrata para o Legislativo nas eleições. Os democratas discursavam em favor da punição dos culpados pelas torturas em Abu Grabi e Guantânamo, pediam a reavaliação da GWT e o fim do Ato Patriota (Pecequilo, 2011: 446). Apesar de não conseguirem realizar nenhuma dessas reformas, os democratas haviam ganhado espaço para a corrida presidencial de 2008.

3.1.2 Doutrina Obama

A eleição de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos, em 2008, representara uma ruptura a alguns valores republicanos de Bush, que dariam lugar ao multilateralismo e crença na cooperação e instituições internacionais, como podemos ver em um de seus primeiros discursos como presidente: “nós estamos mostrando ao mundo que uma nova era de comprometimento começou. Até onde sabemos, a América não pode enfrentar as ameaças desse século sozinha, mas o mundo não pode enfrentar sem a América⁶⁰” (Obama, 2009). Obama acreditava em uma “ofensiva diplomática” para alcançar suas propostas de campanha, que ia desde a instalação de um novo sistema de saúde à retirada das tropas do Iraque (Pecequilo, 2011: 466).

No que se refere à luta contra o terrorismo, a presidência Obama abandonou o termo “Guerra ao Terror” para dar lugar à uma postura mais apaziguadora e de revisão das Guerras do Iraque, Afeganistão e Paquistão (onde a Al Qaeda passou a se abrigar), prometendo a retirada das tropas de solo iraquiano até 2011: “Por 7 anos, nós fomos uma nação em guerra (...) Eu estou agora revisando cautelosamente nossas políticas e ambas as guerras⁶¹” (Obama, 2009). Apesar do discurso pacifista, o que se observou do governo Obama, porém, foram atitudes parecidas ao de seu antecessor. Segundo Dueck (2015: 49), as razões que fizeram da presidência Obama mais uma continuidade moderada do que uma mudança do governo

⁶⁰ Tradução livre da autora: “We are showing the world that a new era of engagement has begun. For we know that America cannot meet the threats of this century alone, but the world cannot meet them without America” (Obama, 2009).

⁶¹ Tradução livre da autora: “For 7 years, we have been a nation at war (...) I'm now carefully reviewing our policies in both wars” (Obama, 2009).

Bush, seriam a de falta de informações que Barack tinha quando era apenas candidato (como por exemplo, o relatório diário de ameaças que é entregue ao presidente) que tornava impossível a execução de algumas de suas promessas de campanha e também porque a administração Bush já havia revisado várias táticas contraterrorismo adotadas em seu governo devido às críticas.

As atitudes ofensivas de Obama ficam claras logo nos primeiros dias de governo, em 2009, em que o presidente autorizou o envio de 20.000 tropas adicionais para o Afeganistão, no que ele chamou de “interromper, dismantelar, e derrotar a Al Qaeda”. Entretanto, as tropas enviadas não seriam suficientes para concretizar os objetivos da missão, e em dezembro do mesmo ano, autorizou o envio de mais 33.000 tropas, prometendo, porém, a retirada de parte das tropas a partir de julho de 2011, o que ele viria a cumprir em junho daquele ano com a volta de 5.000 tropas e a promessa da volta de mais 23.000 até setembro de 2012 enfatizando que seria o começo do fim da “Guerra de Bush” (Dueck, 2015: 54-56).

Apesar de moderadas, o governo Obama apresentou mudanças de estratégia, como podemos perceber no NSS de 2010, em que são apresentadas algumas diretrizes do que viria a ser chamado de Doutrina Obama. O termo “guerra ao terror” foi deixado de lado, mas o discurso de ameaças continua o mesmo: “(...) como enfrentamos ameaças múltiplas – de nações, atores não estatais e estados falidos – nós vamos manter a superioridade militar que tem protegido nosso país, e sustentou a segurança global, por décadas⁶²” (NSS, 2010).

Na NSS de 2010, o governo de Obama assume que vai continuar a assegurar a segurança global, através do comprometimento com seus aliados e instituições internacionais e a detenção da proliferação de armas de destruição em massa e do terrorismo, ainda focado na Al-Qaeda estabelecida no Afeganistão e Paquistão. A estratégia de Obama era a de valorizar as instituições internacionais, a fim de ter uma ação coletiva em assuntos de interesse comum, como o fim do terrorismo extremista (NSS, 2010: 3). Outra diferença, é o destaque para o fortalecimento interno dos valores estadunidenses e que servirão de exemplo para o mundo, e não serão impostos: “Mantendo o foco na base da nossa força e

⁶² Tradução livre da autora: “as we face multiple threats – from nations, nonstate actors, and failed states – we will maintain the military superiority that has secured our country, and underpinned global security, for decades” (NSS, 2010).

influência, estamos promovendo valores universais para o mundo por vivermos eles em casa, e não procuraremos impô-los com a força⁶³” (NSS, 2010: 5).

O que se pode observar é que o Governo Obama, assim como os anteriores, supervaloriza os valores democráticos dos Estados Unidos e determina como ameaça aqueles que querem destruir tais valores estadunidenses e de seus aliados, no caso o terrorismo:

Guiados por esses princípios mais uma vez, nós podemos atender às novas ameaças que demandam esforços ainda maiores – ainda mais cooperação e compreensão entre as nações. (...) Nós não vamos nos desculpar pelo nosso modo de vida, nem faremos sua defesa, e para aqueles que procuram avançar seus objetivos induzindo o terror e matando inocentes, nós dizemos à você agora que nosso espírito está mais fortalecido e não pode ser quebrado. Você não pode nos ultrapassar, nós vamos derrotá-lo!⁶⁴ (Obama, 2009).

A retórica adotada por Obama foi diferente da de Bush, ao não usar “guerra ao terror” e discursar a favor da cooperação e instituições internacionais para o fim das ameaças transnacionais, como o terrorismo e países que constroem armas de destruição em massa. Entretanto, o que se observa ao longo de seu governo é uma conduta tão ofensiva, quanto de seu antecessor. Afinal, ele caçou e matou Osama Bin Laden, entrou em uma guerra contra a Líbia, aumentou o uso de drones não tripulados contra suspeitos de terrorismo em vários países e deu continuidade à política de vigilância em massa, como vimos no capítulo anterior. Por isso, pode-se falar em uma continuidade do processo de securitização do terrorismo durante o governo Obama, uma vez que ele ainda faz a construção do terrorismo como ameaça existencial aos EUA e ainda adota medidas excepcionais e que vão contra os direitos civis para dar continuidade ao combate ao terrorismo.

Desde o dia em que eu assumi a presidência, nós renovamos nosso foco nos terroristas que ameaçam a nossa nação. Nós fizemos investimentos substanciais em nossa segurança nacional e interrompemos ações que ameaçavam as vidas americanas⁶⁵ (Obama, 2010b).

⁶³ Tradução livre da autora: ““In keeping with the focus on the foundation of our strength and influence, we are promoting universal values abroad by living them at home, and will not seek to impose these values through force” (NSS, 2010: 5).

⁶⁴ Tradução livre da autora: “Guided by these principles once more, we can meet those new threats that demand even greater effort -- even greater cooperation and understanding between nations. (...) We will not apologize for our way of life, nor will we waver in its defense, and for those who seek to advance their aims by inducing terror and slaughtering innocents, we say to you now that our spirit is stronger and cannot be broken. You cannot outlast us, and we will defeat you!” (Obama, 2009).

⁶⁵ Tradução livre da autora: “Since the day I took office, we've renewed our focus on the terrorists who threaten our nation. We've made substantial investments in our homeland security and disrupted plots that threatened to take American lives” (Obama, 2010b).

3.2 As políticas de Exceção dos Estados Unidos

De acordo com Agamben (2003), os atentados de 11 de setembro de 2001 podem ser considerados um marco na história, pois apontam para o surgimento de novos tipos de marginalização na sociedade, pessoas abandonadas pela política estatal, centradas na figura do inominável e inclassificável, sem nenhum estatuto jurídico, os terroristas.

Como vimos no primeiro capítulo, o Estado de Exceção, ao qual Agamben (2003) escreve, traça um embate entre direito e a adoção de medidas que vão de encontro aos direitos individuais em detrimento à segurança nacional. Isso quer dizer que, em nome da segurança, cria-se uma exceção em que se suspendem os direitos previstos e admite-se o uso de um certo tipo de violência ainda não regulamentada. Essa nova medida, entretanto, assume caráter permanente, o que gera um estado de exceção permanente: “a criação voluntária de um estado de emergência permanente (...) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos” (Agamben, 2003: 13).

Agamben (2003: 17) fala da expressão “plenos poderes”, que caracteriza o Estado de Exceção e refere-se à ampliação dos poderes governamentais, ao qual Schmitt (2009) já descrevia, dando ao executivo o poder de promulgar decretos com força-de-lei. Tal prática pode ser observada em vários episódios da democracia moderna, principalmente, em casos de guerra ou atentados terroristas. No caso dos Estados Unidos, Agamben (*ibidem*: 35) explica que existe uma dialética entre os poderes do Presidente e do Congresso presente na Constituição do país. Segundo o autor, essa dialética foi historicamente determinada como um conflito relativo à autoridade suprema em caso de uma situação de emergência, ou seja, quem deveria ter os “plenos poderes”, Congresso ou Presidente. O conflito está presente no artigo 1 da Constituição estadunidense, em que diz os direitos dos cidadãos não serão suspensos, exceto em caso de rebelião ou invasão, em que a segurança pública esteja em risco, porém sem definir quem seria a autoridade competente para decidir tal suspensão. O segundo ponto conflitante está no mesmo artigo, em que diz que o Congresso tem o poder de declarar guerra e que, nestes casos, o presidente seria o *Commander in Chief* do exército.

Ainda em Agamben (*ibidem*: 36), vemos que durante a Guerra Civil dos Estados Unidos, o presidente Lincoln convocou um exército de 75 mil homens, e determinou que os direitos civis fossem suspensos, sempre que considerasse necessário, “sob a pressão de uma

exigência popular e de um estado de necessidade pública”. A decisão sobre quem deveria assumir o papel de autoridade suprema em casos de emergência, ficaria no campo teórico, uma vez que na prática o presidente assumiu tal papel e continua assumindo desde então. Podemos perceber que a política dos “plenos poderes” foi colocada em prática após dos atentados de 11 de setembro, no AUMF, quando o próprio Congresso concede ao presidente a autorização para tomar qualquer medida necessária contra o terrorismo. A partir de então, Bush passa a responder como o *Commander in Chief* do país, e a tomar medidas excepcionais na tentativa de voltar à situação de normalidade.

É na perspectiva dessa reivindicação dos poderes soberanos do presidente em uma situação de emergência que se deve considerar a decisão do presidente Bush de referir-se constantemente a si mesmo, após o 11 de setembro de 2001, como o *Commander in Chief of the Army*. Se, como vimos, tal título implica uma referência imediata ao estado de exceção, Bush está procurando produzir uma situação em que a emergência se torne a regra e em que a própria distinção entre paz e guerra (e entre guerra externa e guerra civil mundial) se torne impossível (Agamben, 2003: 38).

Como vemos no trecho acima, o governo de Bush, ao usar o terrorismo como inimigo número um a ser derrotado, invocando sempre que possível a luta do bem contra o mal, busca a todo momento reproduzir o discurso de estado de exceção para justificar suas ações. Muitas foram as medidas adotadas para conter o avanço do terrorismo e proteger os Estados Unidos, como já mostramos na seção anterior. Uma delas recebe destaque por ter durado anos, o Ato Patriota. A lei que entrou em vigor em 2001, foi prolongada por diversas vezes, até ser substituída em 2015 pelo *Freedom Act*. Qualquer uma das medidas levou a uma suspensão dos direitos em detrimento a segurança e sobrevivência do Estado, e por isso, pode-se dizer que existe um Estado de Exceção estadunidense.

3.2.1 A Vigilância no Estado de Exceção

A segurança, que é prioridade para muitos Estados, leva a um aumento dos investimentos e da institucionalização das políticas de vigilância (Bauman e Lyon, 2013: 81). Como vimos no segundo capítulo, durante a Guerra Fria, por exemplo, Estados Unidos e URSS aumentaram os gastos com o sistema de espionagem, criando agências e estudando novas tecnologias para saber o que se passava no país inimigo e antecipar uma ofensiva. Clarke *et al* (2014: 41) resume: “apropriadamente conduzida e disciplinada, a vigilância

pode ajudar a eliminar riscos importantes a segurança nacional. Isso já ajudou no passado a salvar nossas vidas. E irá ajudar a fazer o mesmo no futuro⁶⁶”.

Diante de uma ameaça, os indivíduos sentem-se incapazes e fragilizados, e de acordo com Barber (2003: 26), “não existe nada mais condutivo para o medo do que a inação⁶⁷”. É nesse cenário de caos, que pode ser conduzido um processo de securitização e que são adotadas as políticas de espionagem e vigilância como medidas capazes de garantir a segurança. De acordo com Bauman *et al* (2014), o trabalho de Inteligência começa com a investigação de um indivíduo suspeito de causar perigo aos outros, depois passa a investigar as pessoas com quem o suspeito se relaciona e assim por diante, até formar uma rede de vigilância imensurável, na qual as pessoas passam a ser suspeitas antes de inocentes. Cohen (2010: 164) vai além e diz que os vigiados são todos aqueles que se recusam a se submeter a autoridade do Estado, como jornalistas que criticam o governo, o congressista que é contra as medidas do governante, e o civil que sai às ruas protestando.

Essa percepção de que todos são vigiados o tempo todo vai contra os direitos das pessoas de respeitar sua privacidade e de sua família e do dever do Estado de proteger os dados pessoais de seus cidadãos⁶⁸. O argumento de que quando a segurança nacional e internacional está em risco esses direitos podem ficar suspensos para que medidas de vigilância sejam tomadas, nos leva a crer na existência de um Estado de Vigilância de Exceção. A suspensão desses direitos se dá por meio de dispositivos legais que, como veremos a seguir, no caso dos Estados Unidos, confirmam o caráter de exceção de tais medidas que levam à vigilância em massa.

3.2.1.1 O Estado de Vigilância de Exceção dos EUA

Como vimos no capítulo anterior, a partir do 11 de setembro, os Estados Unidos intensificaram a vigilância e espionagem de cidadãos estadunidenses e do mundo, por meio

⁶⁶ Tradução livre da autora: “Appropriately conducted and properly disciplined, surveillance can help to eliminate important national security risks. It has helped to save lives in the past. It will help to do so in the future” (Clarke *et al*, 2014: 41).

⁶⁷ Tradução livre da autora: “There is nothing more conducive to fear than inaction” (Barber, 2003: 26).

⁶⁸ O direito de respeitar a privacidade de uma pessoa está presente no Artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948): “No one shall be subjected to arbitrary interference with his privacy, family, home or correspondence, nor to attacks upon his honor and reputation. Everyone has the right to the protection of the law against such interference or attacks”. Ou seja, o consentimento em usar os dados de uma pessoa fica a cargo do indivíduo e não do Estado (Bauman *et al*, 2014: 131).

de novas tecnologias e através de já existentes. Essa vigilância em massa tem suas bases na securitização do terrorismo, que estabeleceu um caráter emergencial em que deveriam ser tomadas medidas para voltar ao estado de normalidade. Ainda na noite do 11 de setembro o presidente Bush justifica as ações que seriam tomadas a seguir em detrimento à segurança do país, como vemos no trecho:

A busca está em andamento para aqueles que estão por trás destes atos malignos. Eu dirigi os recursos da nossa inteligência e aplicação da lei para achar os responsáveis pelos atos e trazer justiça a eles. Nós não vamos fazer distinções entre os terroristas que cometeram esses atentados e aqueles que os suportam⁶⁹ (Bush, 2001b).

Além dos discursos presidenciais, podemos enxergar essa ligação entre segurança e políticas de inteligência nos documentos dos EUA, como a NSS de 2002: “Então nós devemos estar preparados para acabar com os planos dos nossos inimigos, usando a melhor inteligência e procedendo com deliberação⁷⁰” (NSS, 2002: 4).

O Ato Patriota foi uma das medidas que possibilitou institucionalizar o Estado de Vigilância dos Estados Unidos. Como observado por Bush em discurso proferido na ocasião, as provisões da nova legislação e o reforço nas leis de vigilância se faziam essenciais, pois: “A lei existente foi escrita na era dos telefones rotativos⁷¹” (Bush, 2001e). Portanto, para ele, encontravam-se obsoletas para o enfrentamento de um inimigo imprevisível, o terrorismo. É interessante lembrar que o governo Bush já havia tentando passar algumas das providências do Ato Patriota antes do 11 de setembro, mas haviam sido rejeitadas. Só depois dos atentados terroristas que tais medidas conseguiram aprovação imediata do Congresso. Estas, porém, saíram do caráter emergencial e se tornaram permanentes, o que caracteriza o Estado de Vigilância de Exceção dos EUA.

O Estado de Vigilância, como vimos no capítulo anterior, pressupõe a coleta e controle de comunicações e dados de, praticamente, toda a população. E o Estado de Exceção vem do paradigma agambeniano, que diz que o Estado, quando em um momento de sítio, recebe plenos poderes para tomar decisões, ou melhor, medidas excepcionais, que podem ou não violar os direitos civis, em busca da volta à normalidade. No caso dos Estados Unidos,

⁶⁹ Tradução livre da autora: “The search is underway for those who are behind these evil acts. I’ve directed the full resources of our intelligence and law enforcement communities to find those responsible and to bring them to justice. We will make no distinction between the terrorists who committed these acts and those who harbor them” (Bush, 2001b).

⁷⁰ Tradução livre da autora: “So we must be prepared to defeat our enemies’ plans, using the best intelligence and proceeding with deliberation” (NSS, 2002: 4).

⁷¹ Tradução livre da autora: “The existing law was written in the era of rotary telephones” (Bush, 2001d).

podemos afirmar a existência de um Estado de Vigilância de Exceção que, com pretexto de retomar o sentimento de segurança pré-11 de setembro, orchestra uma vigilância em massa, legitimada por medidas excepcionais.

O Ato Patriota pode ser considerado como uma medida que confere o caráter de exceção aos Estados Unidos pós-11 de setembro, já que designa caráter legal a práticas ilegais, em detrimento da segurança nacional do país. A ilegalidade aqui está em violar os direitos civis da população estadunidense e mundial, como vimos no capítulo anterior, em que o ato flexibilizou as regras existentes sobre a interceptação de comunicações privadas, que permite ao governo acessar registros pessoais realizados por terceiros (incluindo empresas, médicos, livrarias, bibliotecas, universidades, e companhias telefônicas e de internet).

Quando, em 2005, o jornal *The New York Times* publicou a existência do *Terrorism Surveillance Program* (ver seção 2.3.1), que permitia, dentre outras coisas, que a NSA interceptasse ligações telefônicas de cidadãos americanos, sem mandado judicial, violando as normas domésticas e o FISA, o conflito entre controle e liberdades civis foi levado a um novo patamar. As denúncias culminaram em uma série de processos contra o Estado na Suprema Corte e em instâncias menores, alegando abusos por parte do Executivo. O governo Bush defendeu o programa e declarou que o TSP se encontrava em conformidade com o artigo II da Constituição, que faz do presidente o protetor da nação e comandante chefe, bem como com as determinações da AUMF.

Para prevenir um outro ataque – baseado na autoridade dada a mim pela Constituição e por estatuto – eu autorizei um programa de vigilância ao terrorismo para perseguir agressivamente comunicações internacionais de suspeitos da Al Qaeda e afiliados desde e para a América. Presidentes anteriores usaram a mesma autoridade constitucional que eu, e as cortes federais aprovaram o uso de tal autoridade. Membros apropriados do Congresso foram mantidos informados. O *Terrorist Surveillance Program* ajudou a prever ataques terroristas. Ele se mantém essencial para segurar a América. Se tiver pessoas dentro do nosso país em contato com a Al Qaeda, nós queremos saber, porque nós não vamos nos sentar e esperar que eles nos ataquem novamente⁷² (Bush, 2006).

⁷² Tradução livre da autora: “So to prevent another attack — based on authority given to me by the Constitution and by statute — I have authorized a terrorist surveillance program to aggressively pursue the international communications of suspected al Qaeda operatives and affiliates to and from America. Previous Presidents have used the same constitutional authority I have, and federal courts have approved the use of that authority. Appropriate members of Congress have been kept informed. The terrorist surveillance program has helped prevent terrorist attacks. It remains essential to the security of America. If there are people inside our country who are talking with al Qaeda, we want to know about it, because we will not sit back and wait to be hit again” (Bush, 2006).

Como argumentado por Bush e por figuras governamentais como o então diretor da NSA, Michael Hayden, a presidência não deveria justificar suas ações, pois os dispositivos existentes tornavam a coleta de dados legítima (Fisher, 2013: 106). Esse contencioso torna o limbo jurídico do pós-11/09 ainda mais complexo, se o analisarmos pelo ponto de vista do conceito de Estado de exceção. Nesse sentido, ao buscar justificativas para as violações aos direitos dos cidadãos, as autoridades reforçam o contexto de excepcionalidade. Assim, a vontade executiva prevaleceu uma vez mais. Contudo, a temática da vigilância adquiriu maior ressonância e proporção no processo eleitoral do ano seguinte, que elegeu Barack Obama, que a princípio, pretendia se distanciar das práticas de exceção do governo Bush.

Durante os anos em que Barack Obama ocupou a cadeira do Senado Nacional (2004-2008), ele se mostrou contra a vigilância em massa orquestrada pela administração de Bush. O que já podia ser percebido no discurso de sua campanha a senador em 2004, quando disse “nós não gostamos de agentes federais mexendo em nossas bibliotecas⁷³” (Obama, 2004). Em meio às acusações apresentadas pelos jornais, Obama era crítico ao modelo de vigilância do Governo Bush, quando discursou contra o Ato Patriota, afirmando que ele “compromete seriamente os direitos de todos os americanos e os ideais que a América representa⁷⁴” (Obama, 2005). O voto mais emblemático do então senador contra o sistema de vigilância de Bush, viria em 2006, quando se colocou contra a permanência de Michael Hayden como chefe da NSA, que como já foi dito, desenvolveu o sistema de escutas e espionagem sem necessidade de mandados judiciais. Entretanto, a postura de Obama mudou drasticamente quando iniciou a campanha à presidência em 2008, e no Senado votou a favor do PAA, que como já dissemos, prevê a espionagem sem mandados judiciais. Obama deveria mostrar aos americanos que estava preocupado com a segurança nacional, e que não mediria esforços para manter o país seguro, por isso o voto controverso.

Na presidência, Obama mais uma vez decepcionaria na luta a favor das liberdades individuais, quando deu continuidade aos programas da NSA e não se opôs a continuidade das leis: o Ato Patriota seria renovado em 2011 e o PAA, em 2012. O presidente, ainda, passaria a discursar a favor das reformas no setor de inteligência realizadas depois do 11 de setembro:

⁷³ Tradução livre da autora: “we don't like federal agents poking around our libraries in the red states” (Obama, 2004).

⁷⁴ Tradução livre da autora: “seriously jeopardizes the rights of all Americans and the ideals America stands for” (Obama, 2005).

No nosso mundo em mudanças, a primeira linha de defesa da América é uma inteligência precisa, compartilhada, integrada, analisada e atuante de maneira rápida e efetiva. Isso é o que as reformas depois dos ataques de 11 de setembro atingiram. Isso é o que a nossa Comunidade de Inteligência faz todos os dias⁷⁵ (Obama, 2010a).

Quando o governo de Obama noticiou a morte de Osama Bin Laden, em 2011, o presidente enalteceu as agências de inteligência do país, dizendo que sem elas nada daquilo teria sido possível, uma vez que foram elas as responsáveis por localizar o terrorista, e que agiram da maneira correta: “coletando, analisando, compartilhando e integrando inteligência⁷⁶” (Obama, 2011). Além disso, Obama reafirma a importância das agências para a segurança dos EUA:

Mesmo continuando focados nessa missão, nós precisamos que vocês estejam ágeis e flexíveis para encontrar todas as ameaças a nossa segurança, desde conluios contra nossa segurança nacional até nações em busca de armas de destruição em massa a ameaças transnacionais como criminosos cibernéticos e narcotraficantes⁷⁷ (Obama, 2011).

É possível perceber a continuidade da securitização do terrorismo, já que Obama continuava a tratar o terrorismo como uma ameaça existencial aos EUA, como vemos nos discursos e documentos de sua administração. Além disso, a continuidade do programa de vigilância, legitimado por leis como o Ato Patriota, PAA e FAA, não deixa dúvidas que no governo de Obama ainda são tomadas medidas excepcionais, que vão contra os direitos civis, em detrimento a segurança nacional. Apesar das críticas ao programa de vigilância, a aceitação da audiência, tida como a anuência da população às políticas de inteligência, se faz presente em uma sociedade que convive com o medo.

Como vimos nas seções anteriores, a administração Obama não significaria uma ruptura das políticas adotadas durante o governo Bush, pelo contrário, o presidente democrata, apesar do discurso mais pacifista e a favor de uma cooperação mundial, deu continuidade à securitização do terrorismo e, em consequência, às medidas excepcionais adotadas como meio para garantir a segurança. Não seria diferente, portanto, com as políticas de vigilância, que iniciaram com Bush, mas que também tiveram o respaldo da administração

⁷⁵ Tradução livre da autora: “In our ever-changing world, America's first line of defense is timely, accurate intelligence that is shared, integrated, analyzed, and acted upon quickly and effectively. That's what the intelligence reforms after the 9/11 attacks largely achieved. That's what our intelligence community does every day” (Obama, 2010a).

⁷⁶ Tradução livre da autora: “collecting, analyzing, sharing, integrating intelligence, and then acting on it” (Obama, 2011)

⁷⁷ Tradução livre da autora: “Even as we stay focused on this mission, we need you to stay nimble and flexible to meet the full range of threats to our security, from plots against our homeland to nations seeking weapons of mass destruction to transnational threats such as cyber criminals and narco-traffickers” (Obama, 2011).

Obama. É nesse sentido, que podemos acreditar na continuidade do Estado de Vigilância de Exceção dos EUA, ou se formos aplicar os termos agambenianos, Estado de Vigilância de Exceção Permanente dos EUA, uma vez que as medidas excepcionais atingem caráter permanente e são perpetuadas, independente das crenças individuais dos presidentes.

3.3 Vigiando os Aliados

A NSA primeiramente nasceu para quebrar códigos, manter escutas ao redor do mundo para espionar governos estrangeiros, diplomatas e negociações de comércio, bem como tráfico de drogas e terroristas. O que aconteceu depois do 11 de setembro foi um aumento considerável das funções da agência, que passou, não só a espionar estrangeiros como também os cidadãos estadunidenses e até os próprios aliados.

Através de uma coleta excessiva de dados e informações com a intenção de proteger a segurança nacional, as fronteiras se confundem e o que era para ser um serviço de inteligência contra os inimigos acaba por se transformar em um sistema em que todos são vigiados o tempo todo, e em que “(...) todos os usuários de internet são tratados como potenciais suspeitos, ao invés de inocentes em princípio⁷⁸” (Bauman *et al*, 2014: 126). Nesse sentido, Buzan (1997: 21), concorda dizendo que a securitização excessiva de um tema pode levar ao equivalente de uma paranoia internacional. E, no caso do terrorismo transnacional, levou a uma paranoia em que os serviços de inteligência seriam a única forma de combater o “mal”.

Essa paranoia é alimentada não só pelos discursos de medo, em que invocam a luta do bem contra o mal, mas também pelo vício que a própria segurança gera. Segundo Minton (2011: 171), “a necessidade de segurança torna-se viciante”, e como uma droga, as pessoas a desejam cada vez mais, apesar de já se sentirem satisfeitas, ou no caso, seguras. É nesse sentido, em que o “medo alimenta o medo”, que podemos dizer que o processo de securitização do terrorismo é latente e é a toda hora trazido pelos governantes estadunidenses, a fim de perpetuarem a figura do terrorista ameaçador e com intuito de justificarem as medidas excepcionais que devem ser tomadas para combatê-lo. É também por essa lógica que enxergamos que o vício da segurança fez com que os EUA procurassem,

⁷⁸ Tradução livre da autora: “(...) all Internet users are treated as potential suspects, rather than as innocent in principle⁷⁸” (Bauman *et al*, 2014: 126).

cada vez mais, controle sobre os demais, através de sua política de vigilância, ignorando fronteiras e tratando todos iguais, tanto aliados quanto inimigos, ou inocentes e suspeitos.

Como vimos nas seções anteriores, desde o 11 de setembro os Estados Unidos passaram a investir ainda mais em políticas de vigilância, a partir de um discurso de invocação do mal, em que as ameaças do terrorismo deveriam ser combatidas. Porém, o que começou com o ato de vigiar terroristas e suas conexões, evoluiu para uma vigilância em massa, na qual os próprios cidadãos e até aliados passaram a ser investigados e ter comunicações interceptadas. De acordo com Bigo (2002), podemos traçar um paralelo entre o sistema de vigilância atual e as ideias sobre sociedade disciplinar de Foucault, quando dizemos que segurança é vigilância, ou seja, quando os governos ou até mesmo nós mesmos temos a ideia de que para nos sentirmos seguros temos que saber o que o outro faz.

Segundo Greenwald (2014: 181), o sistema de vigilância dos EUA permite que o país mantenha controle sobre o mundo, pois conseguem saber tudo o que os outros estão fazendo, dizendo, pensando e planejando (seus próprios cidadãos, populações estrangeiras, corporações internacionais, líderes governamentais, etc.) e assim, maximizam seu poder em relação aos demais países. E, por se tratarem de informações confidenciais, “o sigilo cria um espelho de apenas uma direção: o governo dos Estados Unidos vê tudo o que o resto do mundo faz, inclusive sua própria população, mas ninguém sabe de suas ações” (*Ibidem*).

É nesse sentido que, depois de um excessivo processo de securitização do terrorismo, enxerga-se uma certa paranoia estadunidense, em que a figura do “outro” passa a vigorar como uma ameaça, mesmo que ele seja um aliado e não apresente reais perigos. E é nessa paranoia que o Estado de Vigilância dos EUA existe, em que se é exigido cada vez mais coleta de dados e informações e, por que não, mais controle da figura do outro. Os Estados Unidos querem saber tudo o que todo mundo faz o tempo todo, não só por questões securitárias, mas também econômicas, diplomáticas, políticas e outras, com objetivo de se adiantarem e prevenirem de possíveis ameaças ou mesmo de transações, contratos, acordos dos quais discordem ou que podem influenciar a agirem do modo como querem.

3.3.1 Aceitação dos Aliados

De acordo com a Escola de Copenhague um processo de securitização só tem sucesso quando há a aceitação da audiência ao Ato de Fala e que, então, legitima a adoção de medidas excepcionais. No caso da securitização do terror, mostramos que as audiências

doméstica e internacional aceitaram o discurso estadunidense em que aponta o terrorismo como uma ameaça eminente à segurança, não só dos Estados Unidos, como do mundo, principalmente dos valores democráticos ocidentais. A grande maioria das medidas excepcionais adotadas pelos EUA também tiveram anuência dessa mesma audiência, como foi a Guerra ao Afeganistão, medidas contraterrorismo e a adoção de medidas que possibilitassem o aumento da capacidade de vigilância do país, como foi o caso do Ato Patriota, PAA e FAA.

O Centro de Pesquisa Pew fez um levantamento sobre a aceitação da população em relação às políticas de vigilância dos EUA e até o ano de 2013, havia a crença de que o governo não tinha ido muito longe para proteger o país, como por exemplo, em 2010, quando 58% acreditavam nisso (Greenwald, 2014: 210). Entretanto, com a divulgação dos documentos confidenciais do governo por Edward Snowden, a percepção da população mudou, e já em julho de 2013, 47% mudaram de opinião e acreditavam que as políticas contraterrorismo tinham ido longe demais, restringindo as liberdades civis (*Ibidem*). O que se percebe é que, até descobrirem que viviam em um estado de vigilância em massa, os cidadãos estadunidenses não se opunham às políticas de inteligência do governo, uma vez que este declarava que apenas os terroristas estavam sendo espionados. A partir das descobertas de 2013, há um descontentamento da população com o sistema de vigilância do país e, apesar de um discurso mais moderado do governo, a favor de uma reforma nas leis de vigilância, como a substituição do Ato Patriota pelo *Freedom Act*, a securitização do terrorismo e a busca por legitimação de medidas excepcionais também ainda estão em curso, como vemos no discurso de Obama:

E então a defesa contra ameaças cibernéticas, assim como o contra o terrorismo e outras ameaças, é mais uma razão em que nós estamos chamando o Congresso, para não engajar com política – não é um problema Republicano ou Democrata – mas trabalharmos para termos certeza que a segurança está protegida e que nós financiemos adequadamente o DHS, porque ele tem grande responsabilidade nesta área⁷⁹ (Obama, 2015).

A mesma onda de descontentamento com as políticas de vigilância dos EUA atingiria os aliados. No segundo capítulo vimos que, em muitos casos, as políticas de vigilância dos Estados Unidos estavam vinculadas ao próprio serviço de inteligência dos países vigiados, como foi o caso da França, Alemanha, Espanha, Suécia, que cediam as

⁷⁹ Tradução livre da autora: “And so defending against cyber threats, just like terrorism or other threats, is one more reason that we are calling on Congress, not to engage in politics -- this is not a Republican or Democratic issue -- but work to make sure that our security is safeguarded and that we fully fund the Department of Homeland Security, because it has great responsibilities in this area” (Obama, 2015).

informações coletadas da própria população pelas suas agências de inteligência para a NSA, em troca de outros dados ou até de sistemas operacionais inventados pelo *Five Eyes* e que aumentariam a capacidade de coleta e armazenamento de vigilância. Segundo Bauman *et al* (2014: 124), as práticas de vigilância realizadas por uma rede de diferentes agências, que compartilham informações ao mesmo tempo que também agem contra os próprios parceiros, desestabilizam alianças tradicionais e o comportamento dos Estados.

A princípio, quando os primeiros documentos confidenciais foram divulgados por Snowden, os aliados reagiram sem surpresas e em conformidade com o que já sabiam, como mostra uma entrevista de Angela Merkel ao *Die Ziet*, em que defende o sistema de monitoramento estadunidense, dizendo que a prevenção ao terrorismo não seria possível “sem a possibilidade de monitorar as telecomunicações⁸⁰” (Spiegel, 2013b). Merkel foi além na proteção à vigilância: “o trabalho das agências de inteligência em Estados democráticos foi sempre vital para a segurança dos cidadãos e irá permanecer assim no futuro⁸¹” (*Ibidem*). Além da chanceler alemã, o ministro do interior Hans-Peter Friedrich, também enalteceu a inteligência dos Estados Unidos e a cooperação entre alemães e estadunidenses: “sem a informação dos EUA e a boa colaboração com as agências de inteligência, nós não teríamos conseguido prevenir ataques terroristas na Alemanha⁸²” (*Ibidem*).

Através da retórica adotada por líderes alemães é possível perceber uma clara aceitação às medidas excepcionais adotadas pelos Estados Unidos no combate ao terrorismo. A cooperação no sistema de vigilância entre aliados e EUA já dava indícios da aceitação, afinal, os dois colaboravam para aumentar a capacidade de informações coletadas e trocavam entre si. As declarações de Merkel, entretanto, deixam claro a aceitação da audiência no que tange à securitização do terrorismo e as medidas de vigilância tomadas.

A partir do momento em que demais documentos são divulgados e descobre-se a espionagem a comunicações de líderes mundiais, como o da própria chanceler alemã, a retórica dos aliados muda. Ao descobrir que a NSA interceptava ligações realizadas com seu celular pessoal, Merkel conversou com o presidente Obama e comparou a vigilância dos Estados Unidos à Stasi, os serviços de segurança da Alemanha Oriental, onde ela crescera.

⁸⁰ Tradução livre da autora: “without the possibility of telecommunications monitoring” (Spiegel, 2013).

⁸¹ Tradução livre da autora: “the work of intelligence agencies in democratic states was Always vital to the safety of citizens and will remain so in the future” (*Ibidem*).

⁸² Tradução livre da autora: “without the information from US and the good collaboration with the intelligence agencies, we most likely would not have been able to prevent terrorist attacks in Germany” (*Ibidem*).

O que a chanceler alemã quis dizer é que “o cerne de um Estado de Vigilância ameaçador (...) é a percepção de que, a qualquer momento, pode-se estar sendo monitorado por autoridades invisíveis” (Greenwald, 2014: 189).

É nesse sentido que podemos dizer que existe uma aceitação da securitização do terrorismo e uma anuência às práticas de vigilância, quando direcionadas à população em busca de suspeitos, e a favor da segurança. Porém, quando a monitoração ultrapassa o caráter de segurança e passa a ser realizada para dar maior controle a um Estado e constrange os demais, há um repúdio a tais práticas e uma relação de desconfiança surge. No caso da espionagem aos aliados, fica óbvio que os Estados Unidos, levados por uma sede de segurança e controle de informações, após uma paranoia da securitização excessiva ao terrorismo, investem em políticas de inteligência para vigiar tudo e a todos o tempo todo, sem considerar fronteiras e alianças pré-estabelecidas. O objetivo dessa vigilância, portanto, vai além da preocupação com segurança, e passa a se tratar de um controle de informações, que aumentem o poder dos EUA diante de outras questões, como econômicas, políticas, diplomáticas, em que o país tem necessidade de se prevenir de possíveis condutas que vão de encontro com o que desejam. Sendo assim, essa vigilância onipresente que aumenta o poder estadunidense não é vista com bons olhos e, por isso, repudiada tanto por cidadãos quanto por governos estrangeiros.

3.4 Securitização do terrorismo e o Estado de Vigilância de Exceção dos EUA

O que foi securitizado? A partir do conceito de securitização, em que se admite que qualquer tema pode ser securitizado, o terrorismo, depois dos ataques de 11 de setembro, foi securitizado. Como vimos ao longo do capítulo, os terroristas, principalmente de origem muçulmana, como a Al Qaeda, passaram a ser considerados como ameaças à segurança e sobrevivência dos EUA.

Quem securitizou? O agente securitizador do terrorismo, como analisamos, foi o próprio governo dos Estados Unidos, que através da linguagem, ou como os teóricos de Copenhague denominam, Ato de Fala, passaram a usar o discurso do bem contra o mal, em que os terroristas seriam encarados como ameaças a serem combatidas e que os estadunidenses seriam tidos como benevolentes e os únicos capazes de reestabelecer a paz e segurança no mundo.

Quem é a audiência? Um processo de securitização não se concretiza apenas com o Ato de Fala, é necessário que exista uma aceitação da audiência para que, então, sejam tomadas medidas extraordinárias para acabar com a ameaça eminente. No caso do processo de securitização dos EUA, a audiência foi a própria população do país e dos governos aliados, que deram anuência para que fossem tomadas medidas excepcionais.

Quais foram as medidas extraordinárias? A conclusão do processo de securitização se dá com a tomada de medidas extraordinárias ou excepcionais, e no caso da securitização do terrorismo, essas medidas vieram das mais diversas formas, como a Guerra Mundial ao Terror (que incluem a invasão ao Afeganistão e Iraque), a assinatura de leis que permitissem a expansão da política de inteligência e até o próprio Estado de Vigilância dos EUA.

A partir da adoção de novas leis para aumentar a capacidade de vigilância dos Estados Unidos, é possível perceber que o conceito de Estado de Exceção de Giorgio Agamben ajuda a explicar a condição do país no pós-11 de setembro, isso porque as medidas tomadas para garantir a segurança, tem caráter excepcional pois vão contra os direitos civis estabelecidos pela constituição. Por isso, podemos dizer que existe um Estado de Vigilância de Exceção dos Estados Unidos. Esse caráter de exceção, juntamente com a constante evocação do mal e das ameaças existenciais aos EUA, faz com que exista uma aceitação da população em relação à supressão de seus direitos em detrimento a segurança, uma vez que se encontram petrificadas pelo medo. A aceitação da comunidade estrangeira também se faz entendida nesse mesmo contexto de medo e de supervalorização da segurança, em que eles contribuem para aumentar a capacidade de vigilância das agências estadunidenses, como vimos, porém, é colocada em xeque quando líderes mundiais tem suas próprias ligações interceptadas e espionadas.

Conclusão

Este trabalho se propôs a explicar o porquê da vigilância dos Estados Unidos aos próprios aliados, através do conceito de securitização da Escola de Copenhague. Para isso, analisou-se a construção do discurso de medo depois dos atentados de 11 de setembro em que o governo estadunidense evoca a luta entre o bem e o mal em seus discursos e documentos, e apresenta os terroristas como ameaça à soberania e à segurança do país, e de todos aqueles que compartilham seus ideais democráticos. A partir de então, o trabalho mostrou que a administração do país lançou mão de medidas extraordinárias, como o Ato Patriota e outras leis e Ordens Executivas, que são contra os princípios democráticos nacionais e internacionais, com a justificativa do retorno ao estado de normalidade. Neste contexto iniciou-se uma caçada aos inimigos dos EUA, e muitos aliados também viram seus dados interceptados pelo governo estadunidense, em documentos divulgados por um ex-agente da NSA, Edward Snowden. A combinação dos conceitos de securitização, com uma análise crítica da política de vigilância dos Estados Unidos permitiu comprovar o argumento que os EUA utilizam o discurso das ameaças e medo para terem apoio da população nacional e internacional a suas políticas de vigilância excepcionais, que vão contra aos direitos individuais. E, nesse estado de aceitação, passaram a vigiar os próprios aliados que, apesar de não figurarem como inimigos, são tratados como tal, enaltecendo outro argumento de que os Estados Unidos querem vigiar tudo e todos com o intuito de controlar e se prevenir de possíveis ataques a segurança, não só territorial, como também, econômica, política, militar e etc.

No primeiro capítulo buscou-se mostrar os principais teóricos do construtivismo, pensamento que deu origem às ideias da Escola de Copenhague, bem como os teóricos do conceito de securitização, com o objetivo de explicar o processo de securitização, que assume três fases: indicar algo como ameaça à segurança, invocar medidas extraordinárias para voltar ao estado de normalidade e as consequências da decisão, que pode significar uma quebra das regras por se tratar de algo excepcional. Copenhague acredita que a linguagem tem papel fundamental na construção das ameaças, em que o Ato de Fala é tido como o pontapé inicial ao processo de securitização, ou seja, discursos e documentos governamentais que apontam algo como ameaça existencial e que, por isso, devem-se adotar medidas excepcionais. A securitização, entretanto, só tem sucesso quando há a aceitação da audiência, que por consequência concede apoio a tomada de decisões extraordinárias para

se sentirem seguras novamente. Além disso, buscou-se fazer uma analogia entre o conceito de securitização e a teoria de Estado de Exceção de Giorgio Agamben, que acredita que em momentos de caos (guerras, desastres naturais e etc.) existe a tendência de os líderes adotarem medidas emergenciais, que vão contra os direitos dos cidadãos, para voltar à normalidade, mas que, por muitas vezes tomam caráter permanente, e por serem excepcionais, levam a um Estado de Exceção permanente. Nesse sentido, pode-se concluir que quando há um processo de securitização de sucesso, existe adoção de medidas excepcionais e, portanto, um Estado de Exceção, em que a própria população concede poderes aos líderes para que a segurança volte ao estado de normalidade.

A partir da análise da Escola de Copenhague e do Estado de Exceção, foi possível entender que após os atentados de 11 de setembro, os Estados Unidos iniciaram um processo de securitização do terrorismo, em que este foi colocado como ameaça à segurança do país e de todos aqueles que apoiavam os ideais de democracia e liberdade estadunidenses. Através de uma análise de discursos presidenciais e documentos governamentais, o trabalho mostrou como se deu essa construção do terrorismo como ameaça, numa retórica quase que hollywoodiana, os discursos presidenciais expressam a luta do bem contra o mal, em que os EUA seriam os únicos possíveis de acabar com as ameaças transnacionais do século XXI. Num contexto em que o medo de um novo ataque reinava, a sociedade estadunidense e mundial (no trabalho foi citado o aval do Conselho de Segurança da ONU à política contraterrorismo dos EUA) aceitaram o discurso e, portanto, a adoção de medidas excepcionais para que tudo voltasse a normalidade. Várias foram as medidas extraordinárias tomadas pelos Estados Unidos, como a invasão ao Afeganistão, mas o presente trabalho buscou mostrar que as leis assinadas após o 11 de setembro, que ampliaram a capacidade de vigilância do país, se comportaram como excepcionais, por irem contra os direitos dos cidadãos.

No segundo capítulo, foram apresentadas as principais agências que compõe a Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos, como a CIA, FBI e DHS, com intuito de mostrar a diferença entre elas e a NSA e também argumentar sobre a falta de coordenação que muitas vezes prevalece, e que levou a uma incapacidade de prever os ataques de setembro de 2001. A falta de coordenação entre as agências também foi citada no mesmo capítulo quando a história da NSA foi apresentada, e que se viu que a inteligência do país falhou em muitos momentos, como nos ataques à Pearl Harbor. Além da falta de coordenação, o segundo capítulo ajudou a compreender a origem da política de inteligência,

que datam da Primeira Guerra Mundial, e a atenção dada a esse setor, que aumentava a cada ano em tamanho e qualidade, sempre colocando a segurança acima das preocupações com direitos dos cidadãos, até o caso Watergate. Após os escândalos que mostravam que as agências de inteligência do país estavam ultrapassando os limites constitucionais e espionando os próprios cidadãos, leis, como o FISA, e ordens executivas, como a EO12333, foram criadas para proteger o direito à liberdade, e funcionaram até os ataques de 11 de setembro. É possível perceber que a política de vigilância e debate entre direitos civis e vigilância não vem de hoje, começaram ainda na Guerra Fria e, com os anos, só ganharam mais força.

Após os ataques de setembro de 2001, o presidente Bush, através do poder concedido a ele pela AUMF (*Authorization for Use of Military Force Against Terrorists*) assinou uma série de leis e programas que autorizavam o aumento da vigilância dentro e fora do país, com a justificativa de que aquilo seria necessário para encontrar terroristas e reestabelecer a segurança. Neste contexto, a NSA foi a agência de inteligência do governo que ganhou destaque e passou a usar programas (alguns que já existiam e outros inventados) para interceptar comunicações, coletar dados, armazenar informações e etc., de cidadãos estadunidenses e estrangeiros. O que os Estados Unidos não contavam era que em 2013, um agente da NSA, Edward Snowden, fosse divulgar provas da política de vigilância e espionagem do país, que mostravam que a capacidade de coleta de informações da agência, através de programas como o PRISM, que coleta dados de empresas de internet, como Google, Yahoo, Facebook, AOL, Microsoft, Apple e etc. Com a análise dos documentos e programas divulgados por Snowden, o trabalho buscou mostrar a existência de uma complexa rede de espionagem do país, em que nem os próprios aliados foram poupados e que configura o Estado de Vigilância dos Estados Unidos.

O terceiro capítulo trouxe uma análise da Doutrina Bush e Doutrina Obama, argumentando que não apresentam diferença no que se refere à política de vigilância e ao processo de securitização, apesar de discursos diferentes, em que Bush tratava a política contraterrorismo de Guerra ao Terror, e Obama abandonou tais termos e deu maior importância à colaboração internacional. O trabalho procurou mostrar que nas duas administrações a importância dada a segurança fora maior do que a dada aos direitos individuais, uma vez que a vigilância em massa não cessou em nenhum dos dois governos e que o terrorismo ainda era apontado como uma ameaça ao país, que deveria continuar fazendo o possível para derrotá-lo. Outro ponto que o capítulo três trouxe foi a explicação

do conceito cunhado, Estado de Vigilância de Exceção dos Estados Unidos, que se refere à adoção de novas leis adotadas em caráter de excepcionalidade para garantir segurança e que aumentaram a capacidade de vigilância do país. Esse caráter de exceção, juntamente com a constante evocação do mal e das ameaças existenciais aos EUA, faz com que a população aceite a supressão de seus direitos em detrimento a segurança, uma vez que se encontram petrificadas pelo medo.

No que tange à espionagem aos aliados, o trabalho mostrou que a partir dos atentados de 11 de setembro os Estados Unidos orquestraram uma vigilância em massa com a justificativa de o fazerem para garantir segurança ao país e ao mundo contra os terroristas. O que se enxerga, entretanto, é um processo excessivo de securitização do terror e que cria uma certa paranoia por parte dos EUA, que intensificam a vigilância e passam a espionar os aliados. O que começa com uma busca por suspeitos, extrapola para uma busca por controle em que se deve saber tudo de todo mundo, para se prevenir de possíveis ameaças, não só militares, como econômicas, políticas, sociais, culturais e etc. A constante evocação do mal e das ameaças existenciais aos EUA, faz com que exista uma aceitação da comunidade estrangeira nesse contexto de medo e de supervalorização da segurança, que foi mostrada através de documentos que comprovam a colaboração das agências de inteligência de países aliados, como da Alemanha e França, a NSA e a GCHQ. Tal colaboração corrobora com o argumento de que os países aceitam a securitização do terrorismo, e as medidas excepcionais adotadas pelos Estados Unidos, porém, é colocada em xeque quando líderes mundiais tem suas próprias ligações interceptadas e espionadas. Conclui-se, portanto, que os Estados Unidos, aproveitando da aceitação a securitização do terrorismo e das medidas excepcionais tomadas no pós-11 de setembro, passaram a espionar os próprios aliados com intuito, não somente de garantir a segurança contra o terrorismo, mas também de saber informações-chaves sobre economia, política, cultura e etc., que garantem ao país maior controle sobre o mundo.

Referências Bibliográficas

Agamben, Giorgio (2003) *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Androulidakis, Iosif; Fragkiskos; Kioupakis, Emmanouil (2016) *Industrial Espionage and Technical Surveillance Counter Measurers*. Nova York: Springer International.

Aid, Mathew M. (2009) *The Secret Sentry: The untold History of the National Security Agency*. Nova York: Bloomsbury Press.

Austin, John L. (1962) *How Do Things with Words*. United Kingdom: Oxford University Press.

Balzacq, Thierry (2005) “The three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context”. *European Consortium for Political Research*, vol. 11 (2), 171-201.

Bamford, James (1982) *The Puzzel Palace: Inside the National Security Agency, America's Most Secret Intelligence Organization*. Nova York: Penguin Books.

Barber, Benjamin R. (2003) *The Fear's Empire – war, terrorism and democracy*. Nova York: Norton Paperback.

Barrinha, André (2015) “Dessecuritização e transformação dos conflitos securitização” In Barrinha, André e Freire, Maria Raquel, *Segurança, Liberdade e Política – pensar a Escola de Copenhague em português*. Lisboa: Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Bauman, Zygmunt; Bigo, Didier; Esteves, Paulo; Guild, Elspeth; Jabri, Vivienne; Lyon David e Walker, R. B. J. (2014) “After Snowden: Rethinking the Impact of Surveillance”. *International Political Sociology*, v. 8, issue 2, 121-144. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ips.12048/abstract>. [13/05/2016].

Bauman, Zygmunt e Lyon, David (2013) *Vigilância Líquida*. São Paulo: Zahar.

Bigo, Didier (2002) “Security: a field left fallow”, in Dillon, M. e Neal, A.W, *Foucault on Politics, Security and War*. Londres: Palgrave Macmillan.

Booth, Ken and Wheeler, Nicholas (2008) *Security Dilemma: Fear, Cooperation, and Trust in World Politics*. New York: Palgrave Macmillan.

Bush, George W. (2001a) *Address to the Joint Session of the 107th Congress*. Washington, 27 de fevereiro de 2001. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf [29/05/2017].

Bush, George W. (2001b) *Address to Nation on The September 11 Attacks*. Washington, 11 de setembro de 2001. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf [29/05/2017].

Bush, George W. (2001c) *Adress to the Joint Session of the 107th Congress*. Washington, 20 de setembro de 2001. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf [29/05/2017].

Bush, George W. (2001d) *Department of Defense Service of Remembrance at the Pentagon*. Arlington, 11 de outubro de 2001. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf [29/05/2017].

Bush, George W (2001e) *Address on Signing the USA Patriot Act of 2001*, 26 out. 2001. Disponível em: <http://www.americanrhetoric.com/speeches/gwbushusapatriotact2001.htm>. [29/05/2017].

Bush, George W. (2002) *State of Union Address to the 107th Congress*. Washington, 29 de janeiro de 2002. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf [31/05/2017].

Bush, George W. (2002a) *West Point Commencement*. West Point, 1 de junho de 2002. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. [31/05/2017].

Bush, George W. (2004) *State of Union Address to the 108th Congress*. Washington, 20 de janeiro de 2004. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf [31/05/2017].

Bush, George W. (2006) *State of the Union Address to the 109th Congress, Second Session*. Washington, 31 de janeiro de 2006. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf [31/05/2017].

Buzan, Barry (1983) *People, States and Fear – The National Security Problem in International Relations*. Brighton: Wheatsheaf Books.

Buzan, Barry (1997) “Rethinking Security after Cold War”. *Cooperation and Conflict*, vol. 32, No. 5, p. 5-28. Disponível em: <http://cac.sagepub.com/cgi/content/abstract/32/1/5> [15/10/2016].

Buzan, Barry e Hansen, Lane (2009) *The evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Buzan, Barry; Waever, Ole; Wilde, Jaap (1998) *Security: A New Framework for Analysis*. Londres: Lynne Rienner Publishers.

CBS (2011) *Wikileaks disclosure shines light on Big Brother*. 01 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.cbsnews.com/news/wikileaks-disclosure-shines-light-on-big-brother/> [30/06/2017].

Clarke, Richard; Morell, Michael; Stone, Geoffrey; Sunstein, Cass; Swire, Peter (2014) *The NSA Report – Liberty and Security*. Nova Jersey: Princeton University Press.

Cohen, Elliot D. (2010) *Mass Surveillance and State Control: The Total Information Awareness Project*. Nova York: Palgrave Macmillan.

Congressional Research Service (2002) *The USA Patriot Act: A Sketch*, 18 abr. 2002. Disponível em: <http://fas.org/irp/crs/RS21203.pdf> [20/10/2016].

Congressional Research Service (2007) *P.L. 110-55, the Protect America Act of 2007: Modifications to the Foreign Intelligence Surveillance Act*, 14 fev. 2008. Disponível em: <https://www.fas.org/sgp/crs/intel/RL34143.pdf> [20/10/2016].

Congressional Research Service (2007) *Authorization For Use Of Military Force in Response to the 9/11 Attacks (P.L. 107-40): Legislative History*, 16 jan. 2007. Disponível em: <https://www.fas.org/sgp/crs/natsec/RS22357.pdf> [20/10/2016].

Costa, Silvio (2003) O Sistema Echelon de espionagem global ou a lei do vale tudo. *Revista Espaço Acadêmico*, ano II, n.22, Março de 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22ccosta.htm> [20/10/2016].

Daalder, Ivo; Lindsay, James (2003) *America Unbound: The Bush Revolution in Foreign Policy*. Washington: Brookings Institution.

Deleuze, Gilles (1990) “Post-scriptum sobre as sociedades de controle”. *L’Autre Journal*, n. 1, maio de 1990.

Dueck, Colin (2015) *The Obama Doctrine: American Grand Strategy Today*. Nova York: Oxford University Press.

Duque, Marina Guedes (2009) “O papel de síntese da escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional”. *Contexto Internacional*, vol. 31, n. 3, p. 459-501. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v31n3/v31n3a03.pdf> [29/10/2016].

Edward Snowden (2015) *NSA Team Selected for Olympics Support*. Disponível em: <https://edwardsnowden.com/2015/10/03/nsa-team-selected-for-olympics-support/> [30/06/2017]

El Mundo (2013) *La NSA espíó 60 millones de llamadas em España em sólo um mês, outubro, 2013*. Disponível em: <http://www.elmundo.es/espana/2013/10/28/526dcbad61fd3d07678b456b.html> [30/06/2017]

Estados Unidos da América (1787) *Constituição de 1787*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/constituicao-dos-estados-unidos-da-america-1787.html> [08/08/2016]

Estados Unidos da América (1978) *FISA of 1978*. Washington: 95th Congress, Public Law No. 95-511, 92 Stat. 1783. Disponível em: <https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/STATUTE-92/pdf/STATUTE-92-Pg1783.pdf> [23/06/2017].

Estados Unidos da América (2001) *Patriot Act*. Washington: 107th Congress, HR 3162. Disponível em: <https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/BILLS-107hr3162enr/pdf/BILLS-107hr3162enr.pdf> [23/06/2017].

Estados Unidos (2001b) *Public Law 107-40: To authorize the use of United States Armed Forces against those responsible for the recent attacks launched against the United States*. Washington, 18 de setembro de 2001. Disponível em: <https://www.congress.gov/107/plaws/publ40/PLAW-107publ40.pdf> [31/05/2017].

Estados Unidos (2003) *Patterns of Global Terrorism. Departamento de Estado*. Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/31912.pdf> [31/05/2017].

Estados Unidos da América (2012) *FISA Amendments Act Reauthorization Act of 2012*. Washington: 112th Congress, Public Law No. 112-238, 126 Stat 1631. Disponível em: <https://www.congress.gov/112/plaws/publ238/PLAW-112publ238.pdf> [23/06/2017].

Estados Unidos da América (2015) Freedom Act. Washington: 114th Congress, Public Law No. 114-23. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/114th-congress/house-bill/2048/text> [23/06/2017].

Executive Order 12036 (1978) *United States Intelligence Activities*, January 24, 1978, 43 FR 3674. Disponível em: <https://fas.org/irp/offdocs/eo/eo-12036.htm> [10/01/2017].

Executive Order 12333 (1981) *United States Intelligence Activities*, December 4, 1981, 46 FR 59941. Disponível em: <https://www.archives.gov/federal-register/codification/executive-order/12333.html> [23/06/2017]

Executive Order 13470 (2008) *Further Amendments to Executive Order 12333*, United States Intelligence Activities, August 4, 2008, FR Vol. 73, No 150. Disponível em: <https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/FR-2008-08-04/pdf/E8-17940.pdf> [23/06/2017].

FAS Project on Government Secrecy, “NSA Celebrates its Fiftieth Anniversary”, *Secrecy News*, 4 de Novembro de 2002, Volume 2002, No. 110. Disponível em: <https://fas.org/sgp/news/secrecy/2002/11/110402.html> [10/12/2016].

Fearon, James e Wendt, Alexander (2002) “Rationalism vs Constructivism: a skeptical view” in Carlsnaes, Walter; Risse, Thomas; Simmons, Beth A., *Handbook of International Relations*. Londres: Sage Publications.

Fisher, Louis (2005) “The war power: no checks, no balances”. In: Bolt *et al.* (org.). *American Defense Policy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Fisher, Louis (2013) National Security Surveillance: Unchecked or Limited Presidential Power? In: Carter, Ralph G. (org.). *Contemporary Cases in America Foreign Policy*. 5 ed, Los Angeles: SAGE.

G1 (2013) *EUA monitoram telefonemas de 35 líderes mundiais, diz jornal*. São Paulo, 24 de outubro de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/10/eua-monitoram-telefonemas-de-35-lideres-mundiais-diz-jornal.html> [05/06/2016].

G1 (2014) *Entenda o caso de Edward Snowden, que revelou a espionagem dos EUA*. Julho, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/entenda-o-caso-de-edward-snowden-que-revelou-espionagem-dos-eua.html> [1/06/2016].

Gallup (2009) *George W. Bush Presidential Job Approval*. Disponível em: <http://www.gallup.com/poll/116500/presidential-approval-ratings-george-bush.aspx> [31/05/2017]

Garcia, Eugênio Vargas (2003) “A diplomacia dos armamentos em Santiago: O Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n 46, 173-200. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000200008 [04/01/2017].

Greenwald, Glenn (2014) *Sem Lugar para se esconder: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do governo americano*. Rio de Janeiro: Sextante.

Guzzini, Stefano (2015) “A história dual da securitização” In Barrinha, André e Freire, Maria Raquel, *Segurança, Liberdade e Política – pensar a Escola de Copenhague em português*. Lisboa: Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Harris, Davin (2014) *Surveillance State Exposed: Edward Snowden and the NSA Surveillance Scandal*. Amazon Digital.

Hastedt, Glenn (2011) *Spies, Wiretaps, and Secret Operations: an encyclopedia of American Espionage*. Santa Bárbara: ABC-CLIO, LLC.

Herz, John H. (1950) “Idealist Internationalism and the Security Dilemma”. *World Politics*, Vol. 2, No. 2, p 157-180. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2009187> [29/03/2016].

Huysmans, Jef (1998) “Revisiting Copenhagen: Or, On the Creative Development of a Security Studies Agenda in Europe”. *European Journal of International Relations*, vol. 4, 479-505.

Jervis, Robert (1978) “Cooperation under the Security Dilemma”. *World Politics*, Vol. 30, No. 2, p. 167-214. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2009958> [29/03/2016].

Jervis, Robert (2003) “The Compulsive Empire”. *Foreign Policy*. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2009/11/03/the-compulsive-empire/> [31/05/2017].

Johnson, Thomas (1995) *American Cryptology during the Cold War, 1945-1989, Book I: The Struggle for Centralization, 1945-1960*. Center for Cryptologic History. National Security Agency.

Johnson, Thomas (1995b) *American Cryptology during the Cold War, 1945-1989, Book III: Retrenchment and Reform, 1972-1980*. Center for Cryptologic History. National Security Agency.

Kupchan, Charles A. and TRUBOWITZ, Peter L (2007) “Dead center- the demise of liberal internationalism in the United States”. *International Security*, 32 (2) Fall 2007. p. 7-44.

Le Monde (2013) *France in the NSA's crosshair: phone networks under surveillance*, Outubro, 2013. Disponível em: http://www.lemonde.fr/technologies/article/2013/10/21/france-in-the-nsa-s-crosshair-phone-networks-under-surveillance_3499741_651865.html [30/06/2017]

Lyon, David (2009) “Surveillance, Power and Everyday Life” in Avgerou, Chrisanthi; Mansell, Robin; Quah, Danny; Silverstone, Roger, *The Oxford Handbook of Information and Communication Technologies*. London: Oxford University.

Lyon, David (2015) *Surveillance After Snowden*. Cambridge: Polity Press.

Lyra, Mariana P.O. e Martinez, Elias David Morales (2015) “O processo de dessecuritização do Narcotráfico na Unasul”. *Contexto Internacional*, Vol. 37, No. 2, 661-691. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v37n2/0102-8529-cint-37-02-00661.pdf> [26/11/2016].

Manwaring, Max G. (2011) “The Strategic Logic of The Security Dilemma”. *Strategic Studies Institute Monograph*, title 17, 101-105. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2011/ssi_manwaring.pdf [25 de maio de 2016].

Martinez, Elias e Lyra, Mariana (2015) “O processo de dessecuritização do Narcotráfico na Unasul”. *Contexto Internacional*, vol. 37, n. 2, maio/Agosto 2015, 661-691.

Mathews, Jessica T. (1989) “Redefining Security”. *Foreign Affairs*, vol. 68, No. 2, p. 162-177. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20043906> [29/10/2016].

Minton, Anna (2011) *Ground Control: Fear and happiness in the twenty-first-century city*. Nova York: Penguin Group.

National Counterterrorism Center (2013) *Directorate of Terrorist Identities (DTI) Strategic Accomplishments 2013*. Disponível em: <https://www.eff.org/files/2014/08/05/dti-strategic-accomplishments-2013.pdf> [23/06/2017].

Neves, Leonardo Paz (2009) *Estados Fracassados e o Eixo do Mal na política de Segurança norte-americana*. São Paulo: Biblioteca 24 horas.

NSA Memorandum (1952) *Communications Intelligence Activities*, October 24, 1952. Disponível em: <http://nsarchive.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB23/docs/doc02.pdf> [10/12/2016].

NSC (1954) *NSC Status Report*, 17 February 1954. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP80B01676R001100070001-4.pdf> [10/01/2017].

NSS (2002) *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington, setembro de 2002. Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf> [29/05/2017]

NSS (2006) *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington, março de 2006.

NSS (2010) *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington, Maio de 2010.

Obama, Barack (2004) *Illinois Senate Candidate Barack Obama*, 27 de Julho de 2004. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A19751-2004Jul27.html> [01/08/2016].

Obama, Barack (2005) *Senate Floor Statement of Senator Barack Obama*, 15 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://obamaspeeches.com/041-The-PATRIOT-Act-Obama-Speech.htm> [01/08/2016].

Obama (2009) *Remarks of President Barack Obama - Address to the Joint Session of Congress*. Washington, 24 de fevereiro de 2009. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/remarks-president-barack-obama-address-joint-session-congress> [01/06/2017]

Obama (2010a) *Strengthening Intelligence and Aviation Security Adress*. Washington, 7 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.americanrhetoric.com/speeches/barackobama/barackobamaaviationsecurity.htm> [01/06/2017].

Obama (2010b) *First Presidential State of the Union Address*. Washington, 27 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.americanrhetoric.com/speeches/stateoftheunion2010.htm> [01/06/2017].

Obama (2011) *Address to the Intelligence Community at CIA Headquarters*. Langley, 20 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.americanrhetoric.com/speeches/barackobama/barackobamaciaheadquarters.htm> [01/06/2017].

Obama (2015) *Cybersecurity and Consumer Protection Summit Address*. Stanford, 13 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.americanrhetoric.com/speeches/barackobama/barackobamastanfordcybersecurity.htm> [01/06/2017].

ONU (1948) Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/dudh.pdf>. [01/06/2017].

Pecequillo, Cristina Soreanu (2011) *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?*. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Pecequillo, Cristina Soreanu (2016) *Teoria das Relações Internacionais, o mapa do caminho – estudo e prática*. São Paulo: Alta Books.

Pro Publica (2015) *NSA Spying Relies on AT&T's 'Extreme Willingness to Help'*, August, 2015. Disponível em: <https://www.propublica.org/article/nsa-spying-relies-on-atts-extreme-willingness-to-help> [23/06/2017].

QDR (2006) *Quadrennial Defense Review*. Washinton, 6 de fevereiro de 2006.

Ransom, Harry Howe (2007) “A half century of Spy Watching”, in Johnson, Loch K. *Strategic Intelligence* vol. 5, 183-193.

Rees, Wyn (2006) *Transatlantic Counter-Terrorism Cooperation: The New Imperative*. New York: Routledge.

Richelson, Jeffrey (2015) *The US Intelligence Community*. Boulder: Westview Press.

Rosati & Scott, Jerel A, James M (2011) “The intelligence community” in: *The politics of United States Foreign Policy*. 5 ed, Boston: Wadsworth.

Rudalevige, Andrew (2006) *The new imperial presidency*. The University of Michigan Press.

Sarkesian, Williams & Cimbala, Sam C, John A. Stephen J (2008) *US National Security: Policymakers, processes and politics*. 4 ed. London: Lynne Rienner Publishers.

Schlesinger, Arthur M (2004) *The imperial presidency*. Boston: Houghton Mifflin Company.

Schmitt, Carl (2009) *Teología Política*. Madrid: Trotta Editora.

Spiegel (2013) *Britain's GCHQ Hacked Belgian Telecoms Firm*, September, 2013. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/europe/british-spy-agency-gchq-hacked-belgian-telecoms-firm-a-923406.html> [30/06/2017].

Spiegel (2013a) *NSA Accessed Mexican's President's Email*, October, 2013. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/world/nsa-hacked-email-account-of-mexican-president-a-928817.html> [30/06/2017].

Spiegel (2013b) *Chancellor Defends Intelligence Monitoring*, julho de 2013. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/germany/german-chancellor-merkel-defends-work-of-intelligence-agencies-a-910491.html>. [30/06/2017].

Spiegel (2014) *The NSA Breach of Telekom and Other German Firms*, September, 2014. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/world/snowden-documents-indicate-nsa-has-breached-deutsche-telekom-a-991503.html> [30/06/2017].

Stanton, Louise (2009) *The Civilian-military divide: obstacles to the integration of intelligence in the United States*. Santa Barbara: ABC-CLIO, LLC.

Streissguth, Tom (2013) *The Security Agencies of the United States: How CIA, FBI, NSA, and Homeland Security keep us safe*. Nova Jersey: Enslow Publishers.

The Guardian (2013) *NSA Collected US email records in bulk for more than two year under Obama*. June, 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/27/nsa-data-mining-authorized-obama> [30/06/2017]

The Guardian (2013a) *New NSA leaks show how US is bugging its European allies*, June 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/30/nsa-leaks-us-bugging-european-allies> [30/06/2017].

The Guardian (2013b) *GCHQ and European spy agencies worked together on mass surveillance*. 1 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2013/nov/01/gchq-europe-spy-agencies-mass-surveillance-snowden> [30/06/2017].

The Intercept (2014) *Operation Socialist*, December, 2014. Disponível em: <https://theintercept.com/2014/12/13/belgacom-hack-gchq-inside-story/> [30/06/2017].

The Intercept (2014b) *Der Spiegel: NSA put Merkel on list of 122 target leaders*. 29 de março de 2014. Disponível em: <https://theintercept.com/2014/03/29/der-spiegel-nsa-gchq-hacked-german-companies-put-merkel-list-122-targeted-leaders/> [30/06/2017].

The New York Times (2005) *Bush Lets U.S. Spy on Callers Without Courts*, 16 de Dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2005/12/16/politics/bush-lets-us-spy-on-callers-without-courts.html> [30/06/2017].

The New York Times (2015) *AT&T helped US spy on Internet on a vast scale*, August 15, 2015. Disponível em: https://www.nytimes.com/2015/08/16/us/politics/att-helped-nsa-spy-on-an-array-of-internet-traffic.html?_r=0 [30/06/2017].

The New York Times (2015a) *Hunting for Hackers, NSA Secretly Expands Internet Spying at US Border*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/06/05/us/hunting-for-hackers-nsa-secretly-expands-internet-spying-at-us-border.html> [30/06/2017].

The White House (2001) *National security presidential directive- NSPD 5*, 9 maio 2001. Disponível em: <http://fas.org/irp/offdocs/nspd/nspd-5.pdf> [20/10/2016].

United Nations (2001) *Resolution 1373*. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1373%282001%29 [29/05/2017].

UN (2017) *1944-1945: Dumbarton Oaks and Yalta*. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1944-1945-dumbarton-oaks-and-yalta/> [29/05/2017].

US Department of State (2001) *The Bretton Woods Conference, 1944*. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/time/wwii/98681.htm> [17/03/2017].

USA Today (2006) *NSA has massive database of Americans' phone calls*, 5 de Novembro de 2006. Disponível em: http://usatoday30.usatoday.com/news/washington/2006-05-10-nsa_x.htm [26/09/2016].

Waever, Ole (1995) “Securitization and Desecuritization” in Lipschultz, Ronnie D. *On Security*. New York: Columbia University Press.

Waever, Ole (2011) “Politics, Security, Theory”. *Security Dialogue*, Vol. 42, No. 4-5, p. 465-480.

Washington Post (2013) *US, British Intelligence mining data from nine US Internet companies in broad secret program*, June 7, 2013. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/investigations/us-intelligence-mining-data-from-nine-us-internet-companies-in-broad-secret-program/2013/06/06/3a0c0da8-cebf-11e2-8845-d970ccb04497_print.html [23/06/2017].

Wendt, Alexander (1992) “Anarchy is what States make of it: the Social Construction of Power Politics. In: *International Organization*, 46(2) Spring 1992, 391-425.

Wikileaks (2015) *Bugging Brazil*. 4 de julho de 2015. Disponível em: <https://wikileaks.org/nsa-brazil> [23/06/2017].

Wikileaks (2015a) *All The Chancellor's Men*. 8 de julho de 2015a. Disponível em: <https://wikileaks.org/nsa-germany> [23/06/2017].

Wikileaks (2015b) *Espionnage Élysée*. 29 de junho de 2015. Disponível em: <https://wikileaks.org/nsa-france/> [30/06/2017].

Wikileaks (2016) *NSA targets World Leaders for US Geopolitical Interests*. 23 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://wikileaks.org/nsa-201602/> [30/06/2017].

Williams, Michael C. (2003) “Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics”. *International Studies Quarterly*, n. 47, 511-531.

Wired (2006) Whistle-Blower’s evidence, uncut. 5 de julho de 2006. Disponível em: <https://www.wired.com/2006/05/whistle-blowers-evidence-uncut/> [30/06/2017].

[Yoo, John \(2007\) *The Terrorist Surveillance Program and the Constitution*. 14 Geo Mason L. Rev 565.](#)

Zeit (2015) *A Dubious Deal with the NSA*, August 2015. Disponível em: <http://www.zeit.de/digital/datenschutz/2015-08/xkeyscore-nsa-domestic-intelligence-agency> [30/06/2017].

Zizek, Slavoj (2003) *Bem-Vindo ao Deserto do Real*. São Paulo: Boitempo.